

09/12/2019

Grande Imprensa
FOLHA DE S. PAULO - SP

[Pedalada eleitoral](#)

[Intenso entra e sai caracteriza cargos de confiança do governo federal](#)

[Faculdade de Direito da USP realiza workshop sobre reforma administrativa do Estado](#)

[Pós-graduação em varejo digital ajuda empresário a integrar canais de venda](#)

[Escola municipal do Rio Pequeno que parecia prisão perde grades e se abre à população](#)

[Damares abre Disque 100 para professores alertarem sobre pais](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Mudança demográfica e ensino](#)

[IDH desacelera e Brasil fica na 79ª posição, ao lado da Colômbia](#)

O GLOBO - RJ

[LIMITES NA INTERNET](#)

[BRASIL RECUA](#)

["É UM CRIME FORMAR PROFESSOR NÃO DIGITAL"](#)

[De quem é a culpa?](#)

Imprensa Estadual

A TARDE - BA

[Weintraub falará de acusação sobre plantações de maconha](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA BRASIL

[Jovens que cumprem medida socioeducativa veem no Enem chance de mudar](#)

AGÊNCIA ESTADO

[O entrincheiramento do formalismo no ensino do direito](#)

AGÊNCIA GLOBO

[De quem é a culpa?](#)

[Livros didáticos são triturados e transformados em papel higiênico por falhas de gestão no Brasil](#)

CONGRESSO EM FOCO

[Weintraub terá de explicar plantações de maconha em universidades](#)

G1

[Pesquisa Datafolha aponta Moro com aprovação de 53%, acima de Bolsonaro](#)

[Pesquisadores da UFV descobrem mecanismo inédito de resistência entre vírus e bactérias que pode combater pragas na agricultura](#)

[Inscrições para mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Cirurgia começam em janeiro](#)

METRÓPOLES

[Enem : jovens que cumprem medida socioeducativa veem nova chance](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Jovens que cumprem medida socioeducativa veem no Enem chance de mudar](#)

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Bolsas para a Alemanha](#)

[Passe livre em risco](#)

[À QUEIMA-ROUPA](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Reivindicando o fracasso](#)

[Somos mesmos cordiais?](#)

[Um jabuti gigante olhando para Bolsonaro](#)

CLIPPING



Mensagem na garrafa

Imprensa Estadual

A TARDE - BA

Capex vai distribuir R\$ 5 milhões em prêmios

ESTADO DE MINAS - MG

Brasil é vice-campeão em desigualdade no mundo

Agências de notícias e sites

180 GRAUS

Prêmio Capex vai distribuir R\$ 5 mil para os primeiros mil colocados

BAHIA.BA

Prêmio Capex vai distribuir R\$ 5 mil para os primeiros mil colocados

IMIRANTE

Prêmio Capex vai distribuir R\$ 5 mil para os primeiros mil colocados

J. DO COMMERCIO - PE

Prêmio Capex vai distribuir R\$ 5 mil para os primeiros mil colocados

LAPADA LAPADA

Prêmio Capex vai distribuir R\$ 5 mil para os primeiros mil colocados

O DOCUMENTO - MT

Prêmio Capex vai distribuir R\$ 5 mil para os primeiros mil colocados

O FLUMINENSE - RJ

Prêmio Capex vai distribuir R\$ 5 mil para os primeiros mil colocados

PARAÍBA ONLINE

Prêmio Capex vai distribuir R\$ 5 mil para os primeiros mil colocados

TUDO NEWS

Prêmio Capex vai distribuir R\$ 5 mil para os primeiros mil colocados

CADA MINUTO

Prêmio Capex vai distribuir R\$ 5 mil para os primeiros mil colocados

NEWS PARAÍBA-PB

Crise e medo de desemprego levam a aumento de 74% de alunos em cursos de especialização

RONDONOTÍCIAS - RO

Mais de 20 mil estudantes realizam prova do Talento Universitário neste domingo

URGENTE NEWS

Prêmio Capex vai distribuir R\$ 5 mil para os primeiros mil colocados

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

Desafio na educação

FOLHA DE S. PAULO - SP

De manobra em manobra

Pisa

Fundo eleitoral não pode prejudicar áreas prioritárias no orçamento, diz Maia

Matrículas em cursos de especialização crescem 74% em quatro anos

Fuvest 2020: confira a nota de corte para a segunda fase do vestibular

O ESTADO DE S. PAULO - SP

O Pisa e o futuro da educação

O GLOBO - RJ

Questão de prioridade

EM BUSCA DA ESPECIALIZAÇÃO

Revistas

ISTOÉ - SP

[A cultura é maior que os partidos ideológicos](#)

[Mercosul na mira do Ernesto](#)

[A tragédia da educação](#)

[Grotescos no poder](#)

Imprensa Estadual

O DIA - RJ

[Escuta essa, deputado!](#)

A CRÍTICA - AM

[Preocupação com crise aumentou em quatro anos a procura por pós-graduação](#)

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO

[Resultado do Enceja já pode ser consultado no site do Inep](#)

HOJE EM DIA - MG

[Escuta essa, deputado!](#)

O ESTADO - MS

[Vereadores de Dourados discordam da municipalização](#)

Agências de notícias e sites

DOURADOS AGORA

[Decreto presidencial institui o Ciência na Escola como programa de governo](#)

GAUCHA - RS

[Pesquisadores de universidades internacionais buscam talentos em evento na Capital](#)

SURGIU

[Servidores da CGE participam de capacitação sobre editais de licitação](#)

AGÊNCIA ESTADO

[A educação básica deve representar uma escada de ascensão social](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Matrículas em cursos de especialização crescem 74% em quatro anos](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Crise e medo de desemprego levam a aumento de 74% de alunos em cursos de especialização](#)

CARTA CAPITAL - SP

[Jovens saídos da universidade têm empregos precários e empobrecem mais que a média](#)

CORREIO WEB

[MEC – Mais de dois milhões de alunos já podem solicitar a ID Estudantil](#)

G1

[Programa oferece dez vagas para pós-graduação em cirurgia na Ufam](#)

PORTAL ISTOÉ

[Pesquisa revela crescimento de 74% dos alunos de pós-graduação no país](#)

[Resultado do Enceja já pode ser consultado no site do Inep](#)

UFMG

[UFMG apresenta iniciativa em prol de Brumadinho com uso da web](#)

Revistas

VEJA - SP

[Ordem no batalhão](#)

Agências de notícias e sites

JORNAL DA CIÊNCIA

[“O conhecimento transforma uma nação”](#)

NE 10

[Amargo exílio](#)

SEGS - PORTAL NACIONAL

CLIPPING



[Faculdade São Leopoldo Mandic inaugura pós-graduação em Ciências Médicas](#)

PORTAL ISTOÉ

[Pesquisa revela crescimento de 74% dos alunos de pós-graduação no país](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Pesquisa revela crescimento de 74% dos alunos de pós-graduação no país](#)

[Bolsonaro exclui Defesa e Ciência de cortes de verbas em 2020](#)

Imprensa Estadual

ALÔ BRASÍLIA

[MEC lança projeto que estimula leitura infantil com familiares](#)

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO

[MEC lança projeto que estimula leitura infantil com familiares](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Pesquisa, extensão e prestação de serviços são receita de sucesso](#)

O TEMPO - MG

[Reitores exigem que Weintraub prove plantio de maconha em universidades](#)

Agências de notícias e sites

JORNAL DA USP - SP

[Marisa Midori faz balanço da Festa do Livro da USP](#)

O PARANÁ - PR

[Prova do Prêmio Capes Talento Universitário será no domingo](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[Prêmio CAPES Talento Universitário: atenção às regras da prova!](#)

AGÊNCIA BRASIL

[MEC lança projeto que estimula leitura infantil com familiares](#)

AGÊNCIA GLOBO

[MEC destina R\\$ 45 milhões a programa voltado para incentivar pais a lerem para os filhos](#)

G1

[AP anuncia instituições que vão receber projeto do MEC para escolas cívico-militares](#)

[Estudante de Manaus ganha medalha de ouro nas Olimpíadas de Matemática das](#)

[Escolas Públicas](#)

METRÓPOLES

[Bolsonaro poupa Defesa e Ciência de cortes no Orçamento de 2020](#)

PAINEL POLÍTICO

[‘Nem chineses estão dispostos a pagar preço da carne’, diz CNA](#)

PORTAL ÉPOCA

[Pelo fim da desigualdade nas salas de aula](#)

PORTAL ISTOÉ

[MEC lança projeto que estimula leitura infantil com familiares](#)

[Bolsonaro exclui Defesa e Ciência de cortes de verbas em 2020](#)

PORTAL VEJA

[Bolsonaro reclama de polêmicas provocadas por ministros no governo](#)

R7

[MEC lança projeto que estimula leitura infantil com familiares](#)

REUTERS BRASIL

[Cruzeiro do Sul Educacional compra Universidade Positivo no Paraná](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[CAPES prorroga prazo para envio de propostas para o PAEP](#)

TERRA

[Bolsonaro exclui Defesa de cortes de verbas em 2020](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MEC lança projeto que estimula leitura infantil com familiares](#)

[Contra gravidez na adolescência, Damares busca inspiração nos EUA para estimular jovens a não transar](#)

[Bolsonaro exclui Defesa e Ciência de cortes de verbas em 2020](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP - EDITORIAL

Pedalada eleitoral

Congresso afronta o Orçamento com proposta de destinar R\$ 3,8 bi a campanhas

Beira o achincalhe a proposta gestada no Congresso para dotar o fundo eleitoral com R\$ 3,8 bilhões em 2020, ou R\$ 1,8 bilhão além do que antes se previa. Do PSL ao PT, passando pelo famigerado centrão, 13 partidos se mancomunaram para impor ao país uma despesa que só interessa a políticos.

Parlamentares agem como se o Brasil não padecesse sob um draconiano arrocho orçamentário, imposto pela escalada da dívida pública —que levou à adoção do teto constitucional de gastos durante o governo Michel Temer (MDB).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/12/pedalada-eleitoral.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO

Intenso entra e sai caracteriza cargos de confiança do governo federal

Menos da metade dos que ocupam postos comissionados vieram de nível hierárquico anterior

São Paulo

Nem metade dos profissionais que exercem posições de confiança no governo federal tem uma progressão gradual na carreira, como as ascensões meritocráticas típicas do setor privado.

É o que mostra um estudo inédito da Enap (Escola Nacional de Administração Pública) que será divulgado nesta segunda-feira (9/12).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/12/intenso-entra-e-sai-caracteriza-cargos-de-confianca-do-governo-federal.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO

Faculdade de Direito da USP realiza workshop sobre reforma administrativa do Estado

Especialistas discutirão as consequências das propostas elaboradas pelo governo Bolsonaro

Com apoio da Folha, a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo promove na quarta-feira (11) o workshop "Reforma do Estado Brasileiro: Primeiras Impressões".

Depois de seguidos adiamentos, o governo de Jair Bolsonaro estuda enviar ao Congresso e ao Senado um conjunto de propostas para, nas palavras do ministro da Economia, Paulo Guedes, dar início a uma reforma tardia do Estado.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/12/faculdade-de-direito-da-usp-realiza-workshop-sobre-reforma-administrativa-do-estado.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Pós-graduação em varejo digital ajuda empresário a integrar canais de venda

Veja cursos de MBA presenciais e a distância na área de negócios online

São Paulo

Se quiser ter sucesso nas vendas online, o empreendedor deve estar atento às inovações nessa área e às principais tendências de consumo. Para isso, há uma oferta crescente de cursos de MBA em varejo e negócios digitais.

No Brasil, o comércio eletrônico registrou faturamento de R\$ 53,2 bilhões em 2018.

<https://www1.folha.uol.com.br/mpme/2019/12/pos-graduacao-em-varejo-digital-ajuda-empresario-a-integrar-canais-de-venda.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Escola municipal do Rio Pequeno que parecia prisão perde grades e se abre à população

Emef em bairro violento da zona oeste de SP trazia constrangimento aos alunos

São Paulo

Aos poucos, as grades de ferro da Emef (Escola Municipal de Ensino Fundamental) Brasil-Japão, no Jardim Sarah, no Rio Pequeno (zona oeste), periferia de São Paulo com histórico de violência, vão sendo serradas. No lugar, liberdade para ir e vir, além de parceria, confiança e humanização.

O projeto começou há dois anos, quando o professor de história com mestrado em educação Rafael Ferreira Silva, 36 anos, chegou à escola para assumir a direção. Não por acaso. Uma passagem relâmpago, em 2013, já tinha chamado a atenção do então docente.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=48983&anchor=6136571&pd=2c2d955b0a98999dda50fc46b26c0f30>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MÔNICA BERGAMO

Dameres abre Disque 100 para professores alertarem sobre pais

A medida será implantada em 2020

A ministra Dameres Alves, da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, decidiu abrir o canal Disque 100 para que também os professores façam denúncias contra pais que não acompanham a vida escolar de seus filhos. A medida será implantada em 2020.

LINHA DIRETA

Em caso de necessidade, a pasta acionará o Conselho Tutelar da região em que for registrado o descaso.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2019/12/damare-abre-disque-100-para-professores-alertarem-sobre-pais.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES

Mudança demográfica e ensino

Na semana em que o Pisa mostrou que o Brasil continua perdendo a corrida educacional, um estudo detalha a realidade da área em todos os Estados.

Na mesma semana em que o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês) mostrou que o Brasil continua perdendo a corrida educacional e os especialistas em ensino básico alegaram que só a valorização da carreira docente mudará esse cenário trágico, o economista Ricardo Paes de Barros, ex-subsecretário da Secretaria de Ações Estratégicas da Presidência da República, economista-chefe do Instituto Ayrton Senna e professor do Insper, apresentou aos secretários estaduais de Educação um detalhado estudo sobre a realidade educacional nas 27 unidades da Federação.

Segundo o estudo, como a população brasileira está envelhecendo e a taxa de natalidade está caindo, a demanda por matrículas na rede de ensino básico tende a se reduzir nos próximos anos – o que já vem sendo detectado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por isso, se os cursos de licenciatura e pedagogia mantiverem a média de formandos dos últimos anos, o Brasil terá um excedente de professores, conclui Paes de Barros. Entre 2013 e 2017, esses cursos formaram 1,148 milhão de docentes. As estimativas das autoridades educacionais são de que mais de 1,5 milhão irá se formar nos próximos cinco anos.

O desafio que o País tem de enfrentar para reerguer seu sistema educacional, portanto, é claro: em vez de gastar recursos escassos com a expansão do ensino superior na área de licenciatura e pedagogia, é necessário concentrá-los na melhoria da qualidade dos cursos existentes, para que possam formar professores preparados. “Precisamos dizer às universidades que não necessitamos de mais professores, mas de melhores”, afirma Barros.

A opção por mais qualidade do que quantidade é o que os especialistas em ensino básico chamam de valorização do professorado. Como lembra o estudo de Barros, um dos principais problemas responsáveis pela baixa qualidade dos formandos em licenciatura e pedagogia está no fato de que esses cursos se expandiram basicamente pela oferta de graduações a distância, cuja qualidade é bastante inferior à dos cursos presenciais.

Além disso, professores com melhor formação precisam ser recompensados com vencimentos mais altos do que os atuais, lembra Barros. Mas como aumentar salários num período de dificuldades orçamentárias? Segundo ele, como haverá a necessidade de menos docentes e de novas escolas de ensino básico, por causa das mudanças demográficas, a economia de recursos daí advinda pode ser revertida em favor do próprio sistema educacional. Em outras palavras, os recursos poupados poderão ser destinados ao aumento salarial dos professores.

O estudo mostra ainda que, além de ser decisiva para a ampliação dos níveis de aprendizagem dos alunos do ensino básico, a melhoria na qualidade de formação dos

professores tem outro importante impacto social. “Como o magistério público atrai gente de famílias pobres, aumentar a remuneração dos profissionais de ensino é uma importante janela de ascensão social”, diz Paes de Barros.

Dois indicadores dão a dimensão dessa “janela”. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), realizada pelo IBGE, os professores representam atualmente 3,1% da força de trabalho do Brasil – e entre as mulheres com ensino superior, 20% são professoras. Além disso, segundo dados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) de 2017, 72% dos concluintes em licenciatura e cursos de pedagogia eram mulheres; 52% eram negras, pardas ou indígenas; e 61% tinham mães que haviam cursado, no máximo, até o ensino fundamental.

O estudo de Paes de Barros, um conceituado estudioso da relação entre educação e economia, apresenta um número significativo e valioso de informações para fundamentar um projeto destinado a reverter o trágico cenário apontado pelo Pisa. Resta esperar que, em vez de perder tempo criticando professores e discutindo religião e pedagogia, as autoridades educacionais o leiam, linha por linha.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

IDH desacelera e Brasil fica na 79ª posição, ao lado da Colômbia

País só avançou 1 milésimo no índice mundial da ONU que avalia saúde, educação e renda, ficando na 79ª posição entre 189 países; coordenador destaca grande avanço desde 1990 e acredita que retomada econômica trará taxa melhor

BRASÍLIA

O Brasil avançou em só um milésimo no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e ficou na 79.ª posição entre os 189 países mapeados pela ONU. Está empatado com a Colômbia. Os resultados da educação foram responsáveis por travar o crescimento do índice entre 2017 e 2018, já que os anos esperados de escolaridade e a média de anos de estudo estagnaram. Esperança de vida ao nascer e renda per capita subiram. Quando o critério é desigualdade, o Brasil perde 23 posições. O IDH, que considera saúde, educação e renda, cresceu mais no País no período de 1990 a 2013.

Um milésimo. Esse foi o avanço em um ano no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) brasileiro, quando se compara o resultado de 2018 ao de 2017. Considerado “alto”, o IDH nacional ficou em 0,761 e colocou o Brasil na 79.ª posição entre os 189 países e territórios mapeados pela Organização das Nações Unidas (ONU), mesmo lugar da Colômbia, nação marcada pelo conflito com o narcotráfico. No intervalo de um ano, o Brasil caiu uma colocação quando comparado ao restante do mundo, aponta o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (Pnud), que será divulgado hoje.

Segundo o documento, enquanto a esperança de vida ao nascer e a renda per capita subiram no Brasil, os anos esperados de escolaridade e a média de anos de estudo ficaram estagnados – ou seja, os resultados na área de educação “travaram” o crescimento do índice brasileiro. De 2016 para cá, os anos esperados de escolaridade não aumentaram, permanecendo em 15,4 – o que, na prática, significa ensino superior incompleto. Esses quesitos são considerados no cálculo do IDH, que avalia três dimensões: saúde, educação e renda.

A série histórica mostra que o crescimento do IDH nacional se desacelerou – o índice já

chegou a saltar entre 0,002 e 0,003 por ano. Houve crescimento mais acentuado de 1990 a 2013, e menos expressivo a partir de 2014. Apesar disso, o diretor do relatório da ONU, Pedro Conceição, prefere analisar a trajetória ao longo das últimas décadas – em 1990, o índice brasileiro era de apenas 0,613. “A história do Brasil é de crescimento sustentado do IDH. Olhando para o desempenho do País, quando a economia voltar a soprar, a expectativa é de que o IDH comece a aumentar a uma taxa mais forte do que tem sido a dos últimos dois anos”, disse ao Estado.

Só que quando o valor do IDH nacional é descontado pela desigualdade, o índice reduz 24,57%, cai para 0,574 e o Brasil despenca 23 posições no ranking mundial – é o país que mais perde posições no mundo inteiro. A desigualdade de renda na África subsaariana e no Brasil continua “extremamente alta”, aponta o relatório.

Mundo. O primeiro colocado no ranking é a Noruega, com IDH de 0,954, seguida por outros três países europeus – Suíça (0,946), Irlanda (0,942) e Alemanha (0,939) –, que se situam na categoria de IDH “muito alto”. O país sul-americano com melhor desempenho é o Chile, em 42.º lugar (0,847). Na América Latina, o lanterna é o Haiti, com 0,503 no IDH, na faixa de baixo desenvolvimento humano. No mundo inteiro, o último lugar permaneceu com o Níger (0,377), na África Ocidental.

O Brasil fica atrás de Albânia (69.º lugar), Cuba (72.º), Bósnia (75.º lugar) e México (76.º). “Acho que o Brasil tem de se orgulhar, mas não olhando para o que aconteceu de um ano para outro. O IDH é um instrumento que tenta captar uma realidade complexa, e a grande pergunta que tem de ficar é: o País está a evoluir ou não? A meu ver, está, mas não de forma linear”, observou Conceição.

Considerando apenas a América do Sul, Brasil e Colômbia dividem a quarta posição no IDH – atrás de Chile, Argentina e Uruguai. A instável Venezuela, que havia aparecido à frente no relatório anterior, mesmo em convulsão social e enfrentando profunda crise econômica, agora ficou para trás, em 96.º lugar. O país de Nicolás Maduro vem enfrentando queda significativa no índice desde 2013.

Atualização. O Pnud ressalta que não devem ser comparados valores e rankings com anos anteriores, uma vez que os dados oficiais costumam passar por revisões, levando ao recálculo dos IDHs antigos. No relatório deste ano, uma nova série histórica, com os valores atualizados, foi divulgada.

topo 

O GLOBO - RJ - O PAÍS LIMITES NA INTERNET

Exército, MP e Judiciário discutem regras sobre uso das redes sociais

Polêmicas em redes sociais têm levado Exército, Ministério Público e Judiciário a discutir regras sobre o que pode ser publicado pelos usuários. Para críticos, a regulação é uma ameaça à liberdade de expressão. Com forte atuação na internet, o governo Bolsonaro não pretende disciplinar a conduta dos servidores.

Manifestações inadequadas de autoridades em redes sociais têm levado Exército, Ministério Público (MP) e Judiciário a discutir este ano regras sobre o que pode ser publicado na internet. Há casos que geram polêmica e motivam a abertura de processos disciplinares, como os que o coordenador da Lava-Jato, Deltan Dallagnol, responde no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Na semana passada, o Conselho

Nacional de Justiça (CNJ) puniu o juiz que, em um grupo de WhatsApp, sugeriu que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes teria recebido dinheiro para soltar o ex-governador do Rio Anthony Garotinho (sem partido).

Uma portaria do Exército, de 1º de julho deste ano, liberou a criação de perfis pessoais, desde que respeitadas as leis e normas que regem a conduta dos militares. Mas, com a justificativa de preservar a imagem da instituição, também trouxe uma proibição que desagradou parte dos integrantes das Forças Armadas. Com exceção dos generais, os militares não podem informar suas patentes nas redes sociais, o que pode afetar o interesse dos que querem entrar na política e se lançar candidatos com nomes que trazem palavras como “soldado”, “sargento” e “capitão”.

PROPOSTAS

O CNJ e o CNMP têm propostas sobre o tema que ainda não foram aprovadas, mas que já enfrentam oposição porque, segundo seus críticos, podem ser uma ameaça à liberdade de expressão. Independentemente disso, a ausência de uma regulamentação específica não vem impedindo a abertura de procedimentos administrativos, porque já há outras normas que podem ser aplicadas pontualmente.

No CNJ, a proposta em discussão deixa de fora apenas os representantes de entidades e associações de classe no exercício de seus mandatos. Segundo o texto, os juízes não podem, entre outras coisas, se engajar em atividade político-partidária, espalhar “fake news”, receber dinheiro para postagens, fazer “populismo judiciário ou anseio de corresponder à opinião pública”, nem se manifestar sobre processo ainda não julgado, mesmo que sob a batuta de outro magistrado. A proposta também recomenda que o juiz oriente familiares sobre os riscos do uso das redes sociais que possam afetar o exercício do cargo.

A medida é defendida pelo presidente do CNJ e do Supremo, ministro Dias Toffoli, mas enfrenta oposição de setores do Judiciário. A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), por exemplo, defendeu ser desnecessário regulamentar o tema. Isso porque já haveria normas suficientes tratando das manifestações em geral dos magistrados, que poderiam ser aplicadas caso a caso, se preciso.

— Nós, enquanto instituições, temos que ter os nossos parâmetros de conduta.

Isso não significa mordaza. Isso não significa censura. Isso significa a defesa das nossas carreiras. Isso significa a defesa das nossas instituições. Os juízes não podem ter desejo. O seu desejo é cumprir a Constituição e as leis. Se ele tiver desejos, ele que vá sair da magistratura e vá ser candidato para poder estar lá no Parlamento querendo exatamente trabalhar no sentido de melhorar o país e trazer novidade — disse Toffoli em maio deste ano.

O projeto de regulação do CNMP, preparado pelo conselheiro Valter Shuenquener, diz que o integrante do Ministério Público pode se manifestar sobre uma investigação por ele conduzida, com algumas ressalvas: não deve comentar os casos em sigilo e evitar excessos, como expressar posições de conotação política ou que demonstrem desrespeito a outras autoridades. Atualmente em vigor, há apenas uma recomendação que veda ataques de cunho pessoal e diz que a liberdade de expressão não pode ser

usada como desculpa para se engajar em atividade político-partidária.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

O professor do Departamento de Administração da Universidade de Brasília (UnB) Jorge Fernando Valente de Pinho, especialista em recursos humanos, estratégia organizacional e marketing, entende não ser necessária uma lei — que precisa ser aprovada pelo Congresso — para disciplinar as manifestações de servidores. Mas diz ser possível a edição de normas administrativas para tratar da questão, desde que elas não firam a liberdade de expressão e opinião, e se limitem a condutas consideradas desrespeitosas e ofensivas.

— Manifestar numa rede social é um direito, desde que faça em termos respeitosos, desde que não calunie, não incite a violência, não faça coisas que possam ser consideradas procedimentos ilícitos— afirmou Jorge Fernando.

Tanto ele como o advogado Marcio Pestana, professor de direito administrativo na Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP), entendem que as regras devem ser diferenciadas para algumas categorias, como juízes e integrantes do MP.

— Por vezes temos observado algumas manifestações de agentes do Ministério Público, ou mesmo da magistratura, que ultrapassam os limites funcionais do seu exercício — disse Marcio Pestana, acrescentando: — Não vejo necessidade de ter nada mais específico (para outras categorias de servidores públicos).

Pestana também chamou atenção para a necessidade de conscientizar as pessoas sobre o uso das redes sociais. Uma pesquisa divulgada em 30 de novembro pelo CNJ, em que foram ouvidos 3.519 juízes, cerca de um quinto da magistratura brasileira, 78,5% afirmaram não ter recebido treinamento sobre como usá-las. A maioria também afirmou restringir seus perfis a amigos e familiares. De acordo com o levantamento, 97,6% usam as redes sociais para fins pessoais e 48,4% para fins profissionais. Além disso, 80,6% não se identificam como juízes e 13,8% dizem que trabalham em um tribunal.

Governo não pretende disciplinar conduta de servidores
Gestão Bolsonaro é marcada por polêmicas nas redes; o próprio presidente já apagou publicações após repercussão negativa

BRASÍLIA

(André de Souza e Jussara Soares)

Marcado por intensa atuação nas redes e crises geradas na internet, o governo Jair Bolsonaro não tem a intenção de desenvolver um código de conduta para servidores nessa área, segundo assessores do Palácio do Planalto.

No portal do governo federal, há um conjunto de manuais que norteiam ações técnicas para padronizar a atuação dos canais oficiais do Executivo nas redes, mas não há menção sobre a atuação dos servidores e colaboradores em seus perfis pessoais.

Em 2014, o governo Dilma Rousseff lançou o Manual para as Redes Sociais, que orientava a conduta nos perfis oficiais do Executivo. Também havia diretrizes para o comportamento de servidores e colaboradores, mas, como não foram regulamentadas por um ato normativo, não foram adotadas pela gestão Bolsonaro.

Esse manual orientava evitar “postar qualquer coisa que possa gerar danos à instituição em que atue”. O texto também alertava que os conteúdos, mesmo depois de apagados, podem ser facilmente encontrados em uma busca no Google.

Ao longo de seu primeiro ano de mandato, o próprio Bolsonaro apagou publicações após elas repercutirem negativamente. No fim de outubro, ele excluiu um vídeo em que era representado como um leão, enquanto o Supremo, adversários políticos, a imprensa e a Organizações das Nações Unidas (ONU) eram “hienas” que tentam acuá-lo. Também deletou uma publicação falsa em que afirmava que três empresas deixariam a Argentina e se instalariam no Brasil, e um comentário no Facebook sobre a aparência da primeira-dama francesa, Brigitte Macron.

Além do presidente, alguns de seus principais auxiliares colecionam publicações controversas nas redes. Em novembro, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, chamou a mãe de uma internauta que o criticou de “égua sarnenta e desdentada.”

topo ↕

O GLOBO - RJ - ECONOMIA BRASIL RECUA

Número de anos esperados de escolaridade não muda desde 2016

BRASÍLIA

A estagnação nos indicadores de educação é o principal fator por trás da queda do Brasil no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), da ONU, em 2018. O país foi do 78º para o 79º lugar. A nota, no entanto, teve um leve aumento, passando de 0,760 para 0,761. A expectativa de tempo de permanência na escola está estacionada em 15,4 anos desde 2016. Já a média efetiva de anos de estudo ficou em 7,8 anos, mesmo patamar de 2017. No IDH ajustado pela desigualdade, o país caiu 23 posições.

O Brasil caiu uma posição no ranking de desenvolvimento humano das Nações Unidas, que mede o bem-estar da população considerando indicadores de saúde, escolaridade e renda. Segundo dados divulgados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o país passou da 78ª posição em 2017 para a 79ª no ano passado. Já quando se observa o período de 2013 a 2018, o Brasil perdeu três posições no ranking. O principal fator por trás disso é a estagnação na escolaridade. Além disso, quando a nota é ajustada pela desigualdade, o Brasil cai 23 posições.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) brasileiro é de 0,761, um leve aumento em relação ao resultado anterior, de 0,760. Pelo critério da ONU, quanto mais perto de 1, maior é o desenvolvimento humano. A evolução de 0,001 foi a pior registrada nos últimos anos. O Pnud não apresentou, porém, a série histórica completa.

O indicador de educação, no entanto, está estagnado. O período esperado para que as pessoas fiquem na escola está parado em 15,4 anos desde 2016. A média de anos de estudo foi de 7,8 anos, mesmo patamar de 2017.

O relatório apresenta o IDH de 2018 para 189 países e territórios. O número é calculado com base em indicadores de saúde, educação e renda. A Noruega lidera o ranking, com 0,954, seguida por Suíça, Irlanda e Alemanha. O mais mal colocado continua sendo o Níger, com 0,377.

DESIGUALDADE REDUZ NOTA

Em 2018, a expectativa de vida do Brasil era de 75,7 anos, praticamente a mesma de 2017 (75,5). Em 2015, eram 75 anos. Já a renda per

capita anual subiu de US\$ 13.975 para US\$ 14.068 no ano passado. Em 2015, era de US\$ 14.490.

— O que é importante é a notado ID H. A posição do ranking depende do que acontece em outros países. A nota do Brasil é positiva. O crescimento do ID H no Brasil é positivo, sólido e sustentável — pondera Pedro Conceição, diretor do Pnud responsável global pelo relatório.

Quando analisados os dados dos Brics (grupo que reúne ainda Rússia, Índia, China e África do Sul), apenas a Rússia apresenta um IDH maior que o do Brasil (0,824).

O Pnud destaca que, entre 1990 e 2018, o Brasil apresenta aumento consistente do seu IDH, tendo passado de 0,613 para 0,761, um crescimento de 24%, acima da média da América Latina e Caribe (21%) e da média global (22%). No mesmo período, a esperança de vida ao nascer no Brasil cresceu 9,4 anos, a média de anos de estudo aumentou 4 anos, e os anos esperados de escolaridade tiveram avanço de 3,2 anos. A renda per capita média anual subiu 39,5%.

O órgão avaliou que, apesar dos ganhos substanciais em saúde, educação e padrões de vida em todo o mundo, para muitos, as necessidades básicas permanecem não atendidas. E destaca que surge uma próxima geração de desigualdades, considerando aspectos como meio ambiente e acesso à tecnologia, enquanto grande parte dos desafios ainda não foi vencida. É o que o Pnud chama de novas desigualdades. “Sob a sombra da crise climática e das amplas mudanças tecnológicas, as desigualdades no desenvolvimento humano estão assumindo novas formas no século XXI. As desigualdades nas capacidades estão evoluindo de maneiras diferentes”, destaca o relatório.

O desenvolvimento humano do Brasil despenca quando a desigualdade entra na equação. O Brasil perde nada menos que 23 posições no ranking geral do IDH quando o dado é ajustado à desigualdade. Segundo o Pnud, o Brasil é o país que mais perde posições no mundo se a desigualdade entra na conta. Não foi divulgado, porém, o ranking ajustado.

A principal causa para o resultado brasileiro é a desigualdade de renda, que já vinha sendo observada em anos anteriores. A parcela dos 10% mais ricos do Brasil concentra 41,9% da renda total do país. Enquanto isso, a parcela dos 1% mais ricos fica com 28,3% da renda. É a segunda maior concentração de renda do mundo, atrás apenas do Qatar.

No mundo, o país que menos perde por causa da desigualdade é o Japão, cujo IDH é de 0,915.

QUESTÕES DE GÊNERO

O Brasil ainda sofre com desigualdade de gênero. As mulheres têm aqui 15% dos

assentos no Parlamento, menos que o Níger, o país com o menor IDH do mundo, onde essa proporção é de 17%. Essa baixa participação política das mulheres é um dos fatores que contribuem para o Brasil estar na 89ª posição no Índice de Desigualdade de Gênero (IDG), calculado para 162 países. Nesse ranking, a Suíça está no topo, e o Iêmen, na lanterna.

Os dados do relatório mostram ainda que as mulheres brasileiras vivem mais e têm mais anos de escolaridade que os homens, mas têm menos desenvolvimento humano. Isso porque recebem bem menos por seu trabalho: a renda das mulheres no país é 41,5% menor que a dos homens. Pelo conceito de renda nacional bruta per capita, eles ganham US\$ 17.827 por ano, enquanto elas ficam com US\$ 10.432.

O governo Jair Bolsonaro ressaltou que os dados se referem ao ano de 2018. Em nota, a Casa Civil destacou que o governo tem compromisso com os brasileiros e vem realizando transformações em todas as áreas apontadas no relatório, “consertando o estrago deixado pelos governos petistas, que estão refletidos nesse índice”.

“Quanto ao ‘IDH ajustado’ (à desigualdade), ele também é reflexo direto das políticas equivocadas que por décadas foram praticadas no Brasil. Temos certeza de que, comas políticas realizadas pelo governo do presidente Jair Bolsonaro, que tem como parâmetro as diretrizes de governança da OCDE, o Brasil vai subir ano após ano no ranking do IDH. Seja ele o clássico ou o ajustado”, diz anota.

“O crescimento do IDH no Brasil é positivo, sólido e sustentável” Pedro Conceição, diretor do Pnud responsável global pelo relatório

À exceção da Venezuela, América do Sul fica estável
Desde 2013, país, que enfrenta uma grave crise humanitária, despencou 26 posições, para a 96ª colocação. É a maior queda global
(Manoel Ventura)

Com exceção da Venezuela, os países da América do Sul que tiveram recentemente protestos nas ruas e crise econômica e social apresentaram poucas mudanças no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) da ONU, divulgados hoje.

Na região, o Brasil e a Colômbia

dividem a 4ª posição no IDH. Chile, Argentina e Uruguai aparecem na frente, nessa ordem. Na sequência, vêm Venezuela, Paraguai e Bolívia, respectivamente.

O Chile, que historicamente lidera os rankings de qualidade de vida e desenvolvimento econômico da região, continua a ser o país sul-americano com o maior IDH: 0,847, um pequeno aumento de 0,002 em relação ao de 2017. O país está na 42ª posição geral, a mesma do ano anterior.

Na 48ª posição do ranking, a Argentina também ficou estável frente a 2017. Já o Uruguai caiu uma posição, para 57º. A Venezuela, que enfrenta uma grave crise humanitária, despencou 26 posições desde 2013 e agora ocupa a 96ª colocação. Foi a maior queda global no período.

O Pnud traz ainda indicadores para mostrar a qualidade do desenvolvimento humano. Para isso, apresenta um detalhamento maior dos indicadores de saúde, educação e renda.

No Brasil, por exemplo, a quantidade de alunos em sala de aula para cada professor do ensino fundamental é de 20. No Chile, esse número, é de 18 e no Uruguai, de 11. Já na Noruega, é de apenas 9.

Com relação à quantidade de médicos, no Brasil são 21,5 para cada 10 mil habitantes. Na Argentina, a proporção é de 39,6 para cada 10 mil habitantes, e no Uruguai, de 50,5.

No Uruguai, todas as escolas do ensino fundamental e médio têm acesso à internet. No Brasil, são 32% e 69%, respectivamente.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

"É UM CRIME FORMAR PROFESSOR NÃO DIGITAL"

Ex-secretário nacional de Educação à Distância defende que qualquer profissão deve ter ao menos uma parte da formação feita por meio de plataformas 'inteligentes'

Ronaldo Mota / Especialista em Educação

Ronaldo Mota: 'A educação digital é imprescindível'

A familiaridade com a educação digital é imprescindível no mundo todo, em todas as profissões. Essa é a crença de Ronaldo Mota, que diz ser "um crime" formar médicos, professores ou advogados sem essas habilidades.

— Qualquer profissão que dispensar a educação digital está fadada ao fracasso — defende o especialista, que atuou no Ministério da Educação entre 2005 e 2006.

Atualmente diretor científico da Digital Pages — empresa pioneira no ramo de publicações digitais no país — e membro da Academia Brasileira de Educação, Mota defende contribuições do ensino à distância (EaD) ao modelo presencial e também o fim da dicotomia entre os dois modelos.

Há problemas em oferecer cursos como Direito ou os da área de saúde via EaD?

Na área de saúde, não dá para formar um profissional que não tem facilidade em lidar com o virtual. É, na verdade, descabido formar um médico sem que ele aprenda telemedicina. Um profissional da área de saúde necessariamente deve ter uma formação que envolva educação digital. Obviamente, um curso de Direito pode ter uma carga prevista à distância sem prejuízo, desde que isso seja ofertado com a devida qualidade. Estamos mudando radicalmente o que esperamos de um profissional e de um cidadão.

Além das preocupações com o que foi aprendido, tem que propiciar ao educando aumentar a percepção de como ele aprende. Estamos vivendo um novo contexto de educação permanente ao longo da vida. A familiaridade com a educação digital é imprescindível no mundo todo, em todas as profissões. Essa discussão radical, dicotômica, entre presencial e à distância, só vejo no Brasil. O mundo caminha para uma educação híbrida e personalizada. Se em alguns aspectos a educação digital tem

...sido administrada por instituições de má qualidade, isso também ocorre no curso presencial correspondente. Desconheço instituições com bom conceito presencial e mau conceito na distância.

Como está a discussão sobre educação digital no mundo?

À medida que se adotam plataformas inteligentes, elas permitem desenvolver análises da aprendizagem. Com isso, você consegue, mesmo com uma massa grande de alunos, conhecer as características individuais de cada um. Ao conhecer, pode fazer trilhas personalizadas que maximizam a aprendizagem deles. É disso que se fala sobre educação híbrida, personalizada e flexível. É como o Google. Da mesma maneira que ele te conhece, posso usar os mesmos algoritmos e conhecer meu aluno. Não para vender um produto ou serviço, mas para educá-lo melhor, criando um leque de oportunidades compatíveis com as características individuais. Se eu dispensar o digital, estou fazendo um trabalho do século XX. Aliás, qualquer profissão

“A familiaridade com a educação digital é imprescindível no mundo todo, em todas as profissões. Essa discussão radical, dicotômica, entre presencial e à distância, só vejo no Brasil. O mundo caminha para uma educação híbrida e personalizada”

que dispensar a educação digital está fadada ao fracasso.

Como garantir a qualidade do curso à distância?

Começaria pelo elemento simples: a massa de estudantes vem de um ensino médio que provavelmente é um dos piores do planeta. Então, os alunos que ingressam vêm com deficiências muito graves, na média. Segundo, há uma preocupação obsessiva com o lucro, que acaba gerando ou fomentando a má qualidade. Não tenho nada contra o lucro na educação, há espaço para o setor público e para o privado. O que me preocupa é a obsessão pelo lucro. Isso acontece tanto no presencial quanto na modalidade à distância. Em educação, se os empresários soubessem como é bom negócio fazer bem feito, o fariam com boa qualidade.

Como o senhor avalia o trabalho da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que oferece cursos à distância por meio das instituições federais de ensino?

Ela nasceu com muito fôlego, mas não teve continuidade de políticas sustentáveis. Mesmo assim, teve um papel fundamental de introduzir a cultura do digital nas universidades públicas. Hoje, boa parte dos cursos presenciais adota um conjunto de ferramentas que vieram dessas experiências da UAB, porque é o mesmo professor que dá as duas modalidades. É fantástico. O setor privado foi mais dinâmico, conseguiu ampliar muito a sua oferta. Já o setor público mais uma vez mostrou dificuldade de manter uma política. O Brasil não está discutindo algumas ações educacionais importantes.

Quais, por exemplo?

Estamos trabalhando ainda com cursos longos, sem certificações intermediárias. Na área de Administração, por exemplo, o primeiro certificado aqui no país é quando o aluno consegue o diploma. O mundo trabalha com certificações intermediárias. No final do

segundo ano, o estudante lá ganha a certificação em Gestão e Finanças, que não tem o mesmo valor do diploma, mas vale como um título informal que pode ser utilizado na vida profissional.

Alguns especialistas propõem que a formação de professores tenha um limite máximo de carga horária à distância. O que pensa sobre isso?

Eu tendo sempre a pensar o oposto. Formar um professor que não tenha plena habilidade das ferramentas da educação digital seria formar alguém para o século passado. Deveria ser proibido formar um docente que não tenha tido forte contato com ferramentas de aprendizagem em ambientes digitais. Estamos falando em formar crianças e jovens. É um crime formar um professor que não tenha pleno domínio das ferramentas digitais.

A educação à distância ainda tem um problema grave de evasão?

Evasão da distância é diferente da presencial. A modalidade à distância é levemente superior, mas concentrada no primeiro e segundo semestres. E na presencial é espalhada. Aqueles que furam o bloqueio na EaD não evadem. Porque aqueles que conseguem superar a utilização dessa metodologia aprendem a aprender no mundo digital. Assim, o índice de evasão a partir do terceiro semestre é mais baixo. Isso é muito positivo, porque significa que o aluno se habitou a superar essas dificuldades.

topo 

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

De quem é a culpa?

Brasil fica estagnado no Pisa. País é o 57º do mundo em ranking da OCDE. Quatro em dez alunos estão nos níveis mais baixos de proficiência. Essas foram as manchetes mais comuns, na semana passada, sobre os resultados do exame realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, com jovens de 15 anos de idade. Em reação a elas, uma parcela dos educadores, mais crítica ao exame em si, questionou sua adequação como instrumento para avaliar e comparar a qualidade do ensino em diferentes países. Outros procuraram debater as causas desse desempenho, e houve quem, como sempre, procurasse um único ou principal culpado pelo problema.

O relatório do Pisa não pode obviamente ser o único instrumento a embasar os debates sobre nossos resultados educacionais. E, ainda que seja essa sua face mais visível, ele tampouco se restringe à comparação de notas em ciências, matemática e leitura. Questões como o clima escolar, a equidade no sistema e a relação do nível de investimento com o desempenho também foram divulgadas. Em geral, as conclusões sobre a situação do Brasil nessas outras dimensões apenas confirmam o que já sabemos, mas as comparações internacionais podem servir para chamar a atenção para esses problemas.

No caso do clima escolar, por exemplo, o Brasil aparece no relatório como tendo um dos maiores índices de indisciplina. Aqui, 41% dos alunos afirmam que o professor tem que esperar um longo tempo para começar a dar aulas, até que os estudantes fiquem quietos (na média da OCDE, o percentual é de 26%). Outra questão que ajuda a explicar nossos resultados é o fato de 50% dos alunos ter declarado que faltou algum dia de aula nas duas semanas anteriores ao dia em que responderam o questionário do Pisa. Na OCDE, essa média é de 21%.

Essas questões costumam aparecer também em pesquisas e avaliações nacionais. No questionário que professores e diretores respondem na Prova Brasil, principal avaliação de aprendizado do MEC, as principais causas do baixo aprendizado apontadas por esses profissionais são o nível cultural dos pais, a falta de acompanhamento das famílias e o desinteresse e pouco esforço dos alunos.

Voltando ao Pisa, no questionário respondido pelos diretores, surgem outras questões do cotidiano das escolas que ajudam a entender o problema. No caso brasileiro, 36% desses profissionais afirmam que o absenteísmo dos professores é uma questão que tem atrapalhado o aprendizado dos alunos, percentual que é o dobro do verificado na média da OCDE.

O risco ao analisar isoladamente cada uma dessas respostas é o de procurar culpados individuais para um problema complexo. Claro que há, como em qualquer profissão, professores descompromissados com sua missão e que precisam ser cobrados por suas atitudes, assim como há também aqueles que trabalham além de seu horário regular para fazer o melhor para os alunos. Há famílias que pouco valorizam a educação, assim como há pais e alunos que, mesmo diante de enormes dificuldades financeiras, fazem o melhor que podem. E há — por óbvio e principalmente — governos que priorizam mais ou menos o investimento no setor, e que precisam ser responsabilizados por suas decisões. Mas, mesmo nesse caso, resultados colhidos hoje são também influenciados por escolhas acertadas ou equivocadas de seus antecessores.

Sem entender a complexidade do sistema e agir para atacar suas múltiplas causas, continuaremos num exercício inútil de buscar culpados únicos para um desafio que é de todos.

topo ↕

A TARDE - BA - BRASIL

Weintraub falará de acusação sobre plantações de maconha Ministro da Educação, Abraham Weintraub

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados convocou o ministro da Educação, Abraham Weintraub, para uma audiência nesta quarta-feira, dia 11, em Brasília para dar explicações sobre declaração dada à imprensa de que nas universidades federais há extensivas plantações de maconha e que seus laboratórios de química são usados para a síntese de drogas. O deputado Alencar Santana Braga (PT-SP), um dos requerentes da vinda do ministro, ressalta que Weintraub não apresentou provas de suas acusações.

"Não podemos admitir que um ministro de Estado, com a exigência ética que se faz necessária para ocupá-lo, difame e ofenda um patrimônio do povo brasileiro que são as universidades federais." Em outro requerimento, 12 deputados do PT também reclamam da postura do ministro. "Com a posse de Abraham Weintraub o MEC se transformou em propagador de polêmicas e ataques à educação pública e seus profissionais, sendo o atual ministro o principal porta-voz." "As universidades públicas são essenciais à soberania nacional e ao desenvolvimento econômico. São um verdadeiro patrimônio do povo brasileiro, quer precisa ser valorizado e não objeto de ataques a todo o momento", defende o deputado Bacelar (Podemos-BA).

Privilégios

A convocação do ministro da educação, Simon Weintraub foi proposta também por

deputados do Psol ,que querem aproveitar a presença do ministro para questioná-lo sobre "suspeitas de que estaria havendo tratamento privilegiado a empresários amigos na autorização para funcionamento de cursos de pós-graduação".

Diversas instituições federais de ensino superiores manifestaram contra as declarações do ministro, o qual é acusado de fazer uma campanha sistemática sobre estas instituições, sem reconhecer a contribuição destas para a sociedade. A Universidade de Brasília (UnB) divulgou uma nota de repúdio sobre uma postagem do ministro da Educação, Abraham Weintraub. Ele retuitou um vídeo com a notícia de que dois alunos da universidade mantinham plantações de maconha no local, sem apresentar provas destas acusações que provocaram uma forte reação pelos reitores.

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Jovens que cumprem medida socioeducativa veem no Enem chance de mudar

Em todo o Brasil, 46.163 internos em centros de atendimento socioeducativo farão, nesta semana, o Exame Nacional do Ensino Médio para adultos que cumprem penas privativas de liberdade e jovens sob medida socioeducativa (Enem PPL).

Adolescentes que cumprem medidas socioeducativas na Fundação CASA prestam ENEM.

Jovem que cumpre medida socioeducativa na Fundação Casa prepara-se para o Enem - Rovena Rosa/Agência Brasil

Em São Paulo, sonhando mudar de vida e alcançar o ensino superior, 336 adolescentes que cumprem medida socioeducativa na Fundação Casa vão fazer as provas do Enem PPL, terça e quarta-feira próximas (10 e 11).

“O Enem é uma porta a mais para eles [internos] chegarem ao ensino superior”, afirma a vice-presidente da Fundação Casa, Ana Paula Bandeira Lins.

Vitória*, de 17 anos, interna da Fundação Casa Chiquinha Gonzaga, vai prestar o Enem PPL pela primeira vez. “É uma grande oportunidade para mim”, afirmou Vitória, que pretende se formar em medicina veterinária, embora goste também de música e literatura.

“O Enem [PPL] pode me ajudar a conseguir boa parte da nota [que é necessária para entrar na universidade]. Espero que eu passe e consiga. Estou com um pouco de medo [da prova], mas estou tentando me preparar o máximo possível. Meu futuro está somente em minhas mãos”, disse Vitória à Agência Brasil.

Já Ricardo*, de 18 anos, que cumpre medida socioeducativa na Fundação Casa Ouro Preto e quer estudar engenharia mecânica, além do Enem PPL, faz neste domingo (8) a prova da Faculdade de Tecnologia de São Paulo (Fatec). “Estou estudando bastante, pegando muita redação. Quero ir bem na prova e ter um bom resultado”, afirmou o jovem, que diz ter dificuldades em matérias da área de ciências. “Mas, em Português e Matemática, tenho muita facilidade.”

Para Ricardo, fazer o Enem PPL é uma chance de “mudar tudo” na vida. “Muda tudo, completamente. Muda meu futuro. Por meio do Enem, se eu tiver um resultado bom na prova, posso fazer uma faculdade e me tornar uma pessoa diferente.”

As provas

As provas, realizadas desde 2010, têm o mesmo nível de dificuldade do Enem regular. A diferença é que elas são aplicadas dentro de unidades prisionais e socioeducativas, como é o caso da Fundação Casa.

O Enem PPL avalia o desempenho do participante que concluiu o ensino médio e, com base em critérios usados pelo Ministério da Educação (MEC), permite o acesso ao ensino superior por meio de programas como o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Além disso, o Enem PPL contribui para elevar a escolaridade da população prisional brasileira, destaca o MEC.

O exame é constituído de redação e de quatro provas objetivas com 45 questões de múltipla escolha.

No primeiro dia do exame, são aplicadas as provas de linguagens, códigos e suas tecnologias, redação e ciências humanas e suas tecnologias. Os estudantes têm cinco horas e meia para resolver as questões.

No segundo dia, os candidatos fazem provas de ciências da natureza e matemática, com cinco horas de duração.

topo 

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

O entrincheiramento do formalismo no ensino do direito

Qual a chance de alguém vindo de uma escola pública no início dos anos 2000 obter sucesso no vestibular da FUVEST? Qual a probabilidade de ingressar na Faculdade de Direito do Largo São Francisco se sequer havia professores de química e física contratados pela minha Escola? Pois foi por ter de lidar com tais dificuldades, e uma vontade imensa de mudar o mundo, que ao entrar na Faculdade de Direito da USP fui tomado por uma felicidade radiante.

As primeiras recordações acadêmicas, infelizmente, não são das melhores. Lembro-me de um professor de primeiro semestre dizendo: “se querem fazer justiça esse não é seu lugar, ainda dá tempo de procurar outro curso”. Aulas, em geral, enfadonhas, repetitivas, despreocupadas com os alunos. Não havia um cuidado com o processo de aprendizagem. Alguns professores não se acanhavam em espalhar aquelas folhas amareladas sobre a mesa e despidoradamente lê-las. Sinceramente, as vezes me questionava se os professores realmente expunham suas ideias para nós ou para eles mesmos. Será que percebiam que estávamos ali?

A doutrina entende. A doutrina fala. Mas quem é essa tal de “doutrina”? A jurisprudência majoritária consolidou o entendimento. A jurisprudência é falha. Mas quem é essa tal de “jurisprudência”? Em meio a um vocabulário quase mágico tínhamos de tentar compreender o conteúdo das aulas e dos textos. Sentia-me como na Bruzundanga de Lima Barreto, quando destaca as características da literatura desse país imaginário: “Quanto mais incompreensível é ela, mais admirado é o escritor que a escreve, por todos que não lhe entenderam o escrito”. Em uma das aulas um certo professor, muito famoso e querido, desandou a fazer um discurso altissonante e de efeito. Aplaudido no final do discurso eu fui acometido de um constrangimento

lancinante de mim mesmo, pois não havia entendido quase nada. Ao questionar meus colegas a respeito do conteúdo da palestra percebi que ninguém havia entendido nada também. Então, por que tantos aplausos? Por que esse deslumbramento pelo incompreensível?

Eis aqui uma das primeiras razões do entrincheiramento do formalismo: a reprodução comprometida. Os juristas reproduzem ideias dos seus mestres não porque necessariamente concordam com elas, mas sim porque querem fazer parte de uma – outra ideia de Barreto – “nobreza doutoral”. Ninguém questiona o status quo. No final das contas muitos só querem fazer parte de uma elite que se reproduz pelas Faculdades e Universidades do país.

Um dos papéis da história pode ser a legitimação do presente ao se apontar que determinados valores, consensos são praticamente parte da essência humana. Essa visão tem impacto muito contundente no ensino. Eis aqui uma segunda razão do entrincheiramento do formalismo: a naturalização dos processos de ensino do direito. Esse processo pode ser descrito da seguinte forma: o professor fala, o aluno copia e na prova as respostas referem-se exatamente ao conteúdo exposto em sala aula.

Em pleno 2019, com alunos que chegam às Universidade já nascidos no século XXI, o uso de qualquer tipo de tecnologia em sala de aula ainda é um sacrilégio. Qualquer coisa para além de uma aula expositiva pode ser interpretado como um descaminho. Professor do direito de verdade sabe o Código de cor. Faz os alunos decorarem a lei. Faz paráfrases do artigo x da lei y. Seminários, estudos de caso, vídeos, cinema, literatura, role play, trabalhos em grupo, exercícios em sala, debates entre alunos, simulações, leitura de decisões dos Tribunais, dentre outras coisas, parece mais uma tentativa do professor se desvincular da sua real obrigação: falar e falar.

Há quinze anos dedico-me à docência e à pesquisa. Nesse contexto há uma pergunta que me incomoda enormemente: “Além de dar aula você trabalha?”. No mundo jurídico ser professor é quase uma não-opção, ou seja, quem dá aula está lá por acaso ou porque não conseguiu obter uma carreira melhor. Ninguém disfarça os seus reais pensamentos: “Esse sujeito aí [no caso eu] se fosse bom mesmo seria juiz, promotor, defensor, advogado, procurador”... Eis aqui mais uma razão do entrincheiramento: ser professor do direito é desvalorizado pelos seus próprios pares. E digo mais. Mesmo dentro da Academia o ofício docente é compreendido como menos refinado ou menos importante do que o de pesquisador. Essa desvalorização dificulta o professor pensar sobre seu próprio ofício, já que isso não parece ser mesmo muito relevante.

Recentemente fui procurado por uma instituição que pretende abrir um novo curso de direito. A proposta é, em certa medida, radicalmente distinta de tudo o que conheço. Ao questionar a instituição: “Quem dará essas aulas?”. Após um suspiro, seguiu-se a resposta: “Esse será mesmo um problema”. A permanência do formalismo no ensino do direito está arraigada a um complexo sistema socioeconômico e de poder que domina a entrada dos quadros nas Escolas, nas Faculdades e Universidades. O entrincheiramento não me parece ser metodológico, mas sim elitista.

*Thiago Acca é doutor e mestre pela Faculdade de Direito da USP. Professor da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie Alphaville e da FGV Direito SP

topo 

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

De quem é a culpa?

Brasil fica estagnado no Pisa. País é o 57o do mundo em ranking da OCDE. Quatro em dez alunos estão nos níveis mais baixos de proficiência. Essas foram as manchetes mais comuns, na semana passada, sobre os resultados do exame realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, com jovens de 15 anos de idade. Em reação a elas, uma parcela dos educadores, mais crítica ao exame em si, questionou sua adequação como instrumento para avaliar e comparar a qualidade do ensino em diferentes países. Outros procuraram debater as causas desse desempenho, e houve quem, como sempre, procurasse um único ou principal culpado pelo problema.

O relatório do Pisa não pode obviamente ser o único instrumento a embasar os debates sobre nossos resultados educacionais. E, ainda que seja essa sua face mais visível, ele tampouco se restringe à comparação de notas em ciências, matemática e leitura. Questões como o clima escolar, a equidade no sistema, e a relação do nível de investimento com o desempenho também foram divulgadas. Em geral, as conclusões sobre a situação do Brasil nessas outras dimensões apenas confirmam o que já sabemos, mas as comparações internacionais podem servir para chamar a atenção para esses problemas.

No caso do clima escolar, por exemplo, o Brasil aparece no relatório como tendo um dos maiores índices de indisciplina. Aqui, 41% dos alunos afirmam que o professor tem que esperar um longo tempo para começar a dar aulas, até que os estudantes fiquem quietos (na média da OCDE, o percentual é de 26%). Outra questão que ajuda a explicar nossos resultados é o fato de 50% dos alunos ter declarado que faltou algum dia de aula nas duas semanas anteriores ao dia em que responderam o questionário do Pisa. Na OCDE, essa média é de 21%.

Essas questões costumam aparecer também em pesquisas e avaliações nacionais. No questionário que professores e diretores respondem na Prova Brasil, principal avaliação de aprendizado do MEC, as principais causas do baixo aprendizado apontadas por esses profissionais são o nível cultural dos pais, a falta de acompanhamento das famílias, e o desinteresse e pouco esforço dos alunos.

Voltando ao Pisa, no questionário respondido pelos diretores, surgem outras questões do cotidiano das escolas que ajudam a entender o problema. No caso brasileiro, 36% desses profissionais afirmam que o absenteísmo dos professores é uma questão que tem atrapalhado o aprendizado dos alunos, percentual que é o dobro do verificado na média da OCDE.

O risco ao analisar isoladamente cada uma dessas respostas é o de procurar culpados individuais para um problema complexo. Claro que há, como em qualquer profissão, professores descompromissados com sua missão e que precisam ser cobrados por suas atitudes, assim como há também aqueles que trabalham inclusive além de seu horário regular para fazer o melhor para os alunos. Há famílias que pouco valorizam a educação, assim como há pais e estudantes que, mesmo diante de enormes dificuldades financeiras, fazem o melhor que podem. E há - principalmente - governos que priorizam mais ou menos o setor, e que precisam ser responsabilizados por suas decisões. Mas, mesmo nesse caso, resultados colhidos hoje são também influenciados por escolhas

acertadas ou equivocadas de seus antecessores.

Sem entender a complexidade do sistema e agir para atacar suas múltiplas causas, continuaremos num exercício inútil de buscar culpados únicos para um desafio que é de todos.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Livros didáticos são triturados e transformados em papel higiênico por falhas de gestão no Brasil

País tem maior programa de distribuição de material didático do mundo, mas remanejo de sobras e falta de controle sobre pedidos causam prejuízo inestimável, mostra Fantástico

RIO — Toneladas de material didático distribuído pelo Ministério da Educação (MEC) às redes de ensino estaduais e municipais acabam no lixo todos os anos por conta da ineficiência da gestão de sobras. Muitas vezes, livros lacrados e intocados saem de depósitos empoeirados de escolas direto para centros de reciclagem, onde são comprados por R\$ 0,30 o quilo, triturados e transformados em outros materiais, como papel higiênico, enquanto outros colégios sofrem com a falta de materiais. As informações foram levantadas pelo "Fantástico", da TV Globo, neste domingo.

No Brasil, os livros são distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), considerado o maior do mundo. Na última compra, planejada em 2018, foram gastos R\$ 2 bilhões em 126 milhões de livros, distribuídos, por sua vez, para 140 mil escolas brasileiras e beneficiando 35 milhões de alunos. Algumas escolas, no entanto, não recebem o número necessário, enquanto outras registram sobras que acabam abandonadas ou encaminhadas para a reciclagem pelos próprios colégios.

Os repasses são definidos de acordo com o número de matrículas realizadas a cada ano informado pelos diretores dos colégios. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por sua vez, calcula a compra a ser feita pelo governo. Uma vez entregues aos estados e municípios, os materiais didáticos passam a ser responsabilidade dos gestores locais.

O MEC disponibiliza para as escolas de todo o Brasil uma plataforma digital para gerenciar o remanejo de livros, o Sistema de Controle de Remanejamento e Reserva Técnica (Siscort). Professores ouvidos pela TV Globo, no entanto, afirmam que a ferramenta não funciona. Alguns diretores dizem até desconhecer a possibilidade. Em outros casos, os livros encaminhados são diferentes dos escolhidos pelas coordenações pedagógicas e, por não atenderem às necessidades dos alunos, acabam inutilizados.

A denúncia da reportagem levou a Controladoria Geral da União (CGU) a anunciar uma auditoria geral do FNLD. Auditorias da CGU e do Tribunal de Contas da União (TCU) já haviam identificado o encalhe de livros didáticos no Piauí e no Paraná:

— A gente vai ter que estudar basicamente o processo como um todo, desde o pedido até a aquisição ocorrida aqui em Brasília — afirmou o ministro da CGU, Wagner Rosário, à TV Globo. — (O objetivo é) verificar como que a gente pode mudar o processo, porque pontualmente a gente já tem certeza que o sistema não tá funcionando bem.

Não há uma estimativa nacional sobre o desperdício de livros didáticos, mas a secretária de Controle Externo do TCU, Vanessa Lopes, não descarta que o fenômeno aconteça em todo o Brasil:

— Há um risco muito grande de que esses problemas de sistema e esses problemas de controle gerencial se repliquem no país inteiro.

Descarte ilegal

O MEC, por sua vez, anunciou uma campanha para conscientizar as redes sobre o uso adequado do livro didático. Segundo Karine Silva dos Santos, diretora de ações educacionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a pasta remanejou 48% a mais de livros neste ano do que em 2018. Ela pontua ainda que, se há descarte de livros dentro da validade, as escolas estão ferindo a lei.

— Todo descarte feito de livros válidos é contrário à legislação que preconiza o Programa Nacional do Livro Didático. E é preciso, de fato, apurar esse descarte — afirma Karine.

No Rio Grande do Sul, o "Fantástico" encontrou escolas em diferentes municípios que sofrem com o fenômeno. Enquanto algumas instituições têm sobras lacradas, outras não têm livros suficientes. Alguns alunos precisam sentar-se em duplas para que todos acompanhem o conteúdo, mas o aprendizado é prejudicado, garantem os professores.

Em São Lourenço do Sul (RS), uma escola que não conta com aulas de inglês na base curricular recebeu do governo uma quantidade expressiva de livros didáticos para classes da língua estrangeira. O problema recorrente chamou atenção do governo gaúcho, que autorizou a coleta de livros fora da validade guardados em escolas por ONGs.

O secretário de Educação do Rio Grande do Sul, Faisal Karam, disse à TV Globo que a chave do problema está na evasão escolar, que não é levada em conta pelo Ministério da Educação. Ele estima que só no ensino médio da rede gaúcha o desperdício ultrapasse a casa de um milhão de livros.

— Se faz o censo em abril de cada ano, onde ele aponta 900 mil alunos matriculados e quatro, cinco meses depois, efetivamente tem menos cem mil alunos (na rede pública) — diz Karam.

topo 

CONGRESSO EM FOCO - TEMPO REAL

Weintraub terá de explicar plantações de maconha em universidades

"São plantações extensivas de algumas universidades, a ponto de ter borrifador de agrotóxico", diz o ministro, sem apresentar provas

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, terá de explicar aos deputados nesta semana por que acusou universidades federais de cultivarem plantações de maconha e produzirem drogas sintéticas. Weintraub foi convocado pela Comissão de Educação, por 24 votos a oito. A audiência está prevista para a próxima quarta-feira (11).

As afirmações do ministro foram feitas em entrevista ao Jornal da Cidade Online. "Você tem plantações de maconha, mas não são três pés de maconha, são plantações extensivas de algumas universidades, a ponto de ter borrifador de agrotóxico. Porque

orgânico é bom contra a soja para não ter agroindústria no Brasil, mas na maconha deles eles querem toda tecnologia à disposição”, disse.

Autora de um dos requerimentos de convocação do ministro, a deputada Margarida Salomão (PT-MG), coordenadora da Frente Parlamentar pela Valorização das Universidades Federais, disse que as acusações são irresponsáveis. Weintraub não informou em qual instituição estaria ocorrendo esse tipo de crime.

“O ministro terá a oportunidade de explicar a todos os parlamentares essas informações despropositadas que vem fazendo a respeito das universidades brasileiras. Vamos querer saber onde tem plantio de maconha, onde tem fabricação de drogas, onde está a balbúrdia”, afirmou a deputada.

Weintraub ainda acusou laboratórios de química de produzirem metanfetamina. “Você pega laboratórios de química - uma faculdade de química não era um centro de doutrinação - desenvolvendo drogas sintéticas, metanfetamina, e a polícia não pode entrar nos campi”, declarou. Na mesma entrevista, o ministro classificou as universidades de “madraças (escolas muçulmanas) de doutrinação”. Segundo ele, a saída é reduzir o “poder absoluto e hegemônico” das federais.

Na semana passada a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) entrou com uma ação contra Weintraub na Justiça Federal. A entidade pede que ele apresente provas que sustentem suas declarações, informações sobre a quem elas foram especificamente dirigidas. Também cobra quais foram as providências tomadas pelo MEC nos casos divulgados e uma possível retratação do ministro. Segundo a Andifes, as manifestações dadas podem gerar consequências civis para a União e civis e criminais para Weintraub.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

**Pesquisa Datafolha aponta Moro com aprovação de 53%, acima de Bolsonaro
Pesquisa foi realizada em 5 e 6 de dezembro com 2.948 entrevistados em 176 cidades do país. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.**

Pesquisa Datafolha divulgada nesta segunda-feira (9) pelo jornal "Folha de S.Paulo" mostra os índices de aprovação de ministros do governo do presidente Jair Bolsonaro. Pelo levantamento, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, continua com a aprovação (soma dos entrevistados que o avaliam como "ótimo" ou "bom") maior que a de Bolsonaro.

O instituto indica que Moro é conhecido por 93% dos entrevistados, a taxa mais alta entre os ministros. E, dentre os que afirmam conhecê-lo, Moro foi avaliado como ótimo ou bom por 53%, como regular por 23%, e como ruim ou péssimo por 21%; 3% não responderam.

A pesquisa foi feita nos dias 5 e 6 de dezembro e, no dia 8, o jornal já havia divulgado a avaliação de Bolsonaro: 30% consideram o governo do presidente ótimo ou bom; 32%, regular; e 36%, ruim ou péssimo; 1% não responderam.

Na pesquisa, os entrevistados eram perguntados se conheciam os nomes de alguns ministros do governo Bolsonaro que seriam citados, mesmo que fosse só de ouvir falar.

Em seguida, eram questionados como avaliam o desempenho deles, com base em tudo o que sabiam ou tinham ouvido dizer.

O segundo ministro mais conhecido, com 80%, é Paulo Guedes (Economia). Mas o segundo ministro mais bem avaliado agora é Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos), com 43%. Na pesquisa anterior, feita em agosto, era Guedes.

Aprovação de ministros

Taxa de ótimo e bom, em %, levando em conta quem diz conhecer o ministro.

Sergio Moro (Justiça e Segurança Pública): 53%
Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos): 43%
Paulo Guedes (Economia): 39%
Abraham Weintraub (Educação): 34%
Ernesto Araújo (Relações Exteriores): 33%
Tarcísio Freitas (Infraestrutura): 31%
Ricardo Salles (Meio Ambiente): 27%

(Observação: para efeito de comparação entre Bolsonaro e Moro, a "Folha de S.Paulo" levou em conta os percentuais de aprovação entre os entrevistados que dizem conhecer o ministro.)

Ministros mais conhecidos

Quem diz conhecer o ministro, em % em relação ao total de entrevistados

Sergio Moro (Justiça e Segurança Pública): 93%
Paulo Guedes (Economia): 80%
Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos): 55%
Ricardo Salles (Meio Ambiente): 51%
Tarcísio Freitas (Infraestrutura): 38%
Ernesto Araújo (Relações Exteriores): 37%
Abraham Weintraub (Educação): 32%

Sobre a pesquisa

Margem de erro: 2 pontos percentuais para mais ou para menos

Entrevistados: 2.948 pessoas em 176 municípios

Quando a pesquisa foi feita: 5 e 6 de dezembro

Nível de confiança: 95%

Contratante da pesquisa: "Folha de S.Paulo"

[topo](#)

G1 - TEMPO REAL

Pesquisadores da UFV descobrem mecanismo inédito de resistência entre vírus e bactérias que pode combater pragas na agricultura

Pesquisa está sendo desenvolvida em tomateiros para combater o begomovírus.

Pesquisadores da Universidade Federal de Viçosa (UFV), em parceria com instituições estrangeiras, descobriram um mecanismo inédito de resistência cruzada entre vírus e bactérias em plantas. A descoberta pode gerar soluções de combate a doenças que

causam prejuízos na agricultura.

A professora Elizabeth Pacheco Batista Fontes, do Departamento de Bioquímica e Biologia Molecular da UFV, lidera a pesquisa e conversou com o G1 sobre a descoberta, publicada em uma revista científica em novembro.

Resistência cruzada

Segundo Elizabeth, o trabalho foi desenvolvido através da resistência ativada contra vírus em plantas pela exposição prévia a bactérias. Isso significa obter imunidade a doenças diferentes do agente patogênico no qual ele foi exposto.

Essa estratégia antiviral ativada pela imunidade antibacteriana, de acordo com a pesquisadora, era algo até então desconhecido no meio científico. A descoberta tem potencial para gerar soluções de combate a doenças que causam prejuízos milionários na agricultura.

A primeira planta que foi utilizada para entender o mecanismo de resistência cruzada foi o modelo *Arabidopsis*, um gênero da família de plantas como couves e a mostarda.

Os pesquisadores demonstraram que a infecção de plantas não hospedeiras com bactérias leva ao acionamento de um mecanismo molecular por um receptor conhecido como NIK1, uma proteína, que tem como efeito colateral o comprometimento da atuação de certos vírus, que foi descoberta pelo mesmo grupo em 2015 e publicado na revista *Nature*.

Atualmente, Fontes informou que os estudos estão sendo realizados em tomateiros para aplicação destes conhecimentos e para impedir a ação do begomovírus.

De acordo com estudos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), este tipo de vírus é transmitido por mosca-branca e causa danos devastadores em todo o mundo, principalmente em plantas de mandioca, algodão, tomate, pimentão e feijão. No Brasil, o combate ao begomovírus é especialmente importante em tomateiros e feijoeiros.

A pesquisadora apontou que a incidência e a severidade das doenças causadas pelo begomovírus em tomateiros tem aumentado consideravelmente nos últimos 20 anos, devido à alta taxa de mutações.

"Espera-se que as mudanças climáticas previstas alterem ainda mais a distribuição do inseto vetor, a mosca-branca, representando uma ameaça significativa à agricultura mundialmente. Portanto, esperamos que este mecanismo de resistência cruzada possa ser explorado como uma alternativa eficiente para se conseguir resistência contra begomovirus no Brasil e mundialmente.", explicou Elizabeth.

O estudo também abre possibilidades de investigação de como esse processo ocorre no organismo de animais – inclusive em seres humanos. “Há semelhanças entre os nossos sistemas de defesa e os das plantas, o que permite vislumbrar, futuramente, desdobramentos que venham a ser utilizados em prol de nossa saúde”, afirmou Fontes.

A pesquisadora apontou como uma das principais vantagens da indução de resistência

cruzada em plantas é que ela não é baseada em transgenia, ou seja, não são organismos geneticamente modificados, logo, o processo e o resultado no campo pode ser mais rápido.

Sobre os próximos passos, Elizabeth explicou que, no momento, os pesquisadores estão identificando bactérias não patogênicas de tomateiros a fim de selecionar aquelas que poderão ser utilizadas como prevenção natural contra begomovírus.

"Além disso, estamos identificando padrões moleculares de bactérias que podem acionar indiretamente o mecanismo de resistência ao vírus com ação preventiva na agricultura.", finalizou a professora.

Pesquisa tem parceria entre Brasil, China e EUA

O desenvolvimento da pesquisa contou com a participação de 12 estudantes de doutorado, oito pós-doutores, quatro estudantes de mestrado e estudantes de iniciação científica, financiados com bolsas da Fapemig, CNPq e **Capes** e pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Interações Planta-Praga.

Além dos pesquisadores da UFV, a pesquisa contou com parcerias entre os institutos dos Estados Unidos, como Salk Institute of Biological Science e Texas A&M University, e o Huazhong Agricultural University, na China.

VIÇOSA

[topo](#)

G1 - TEMPO REAL

Inscrições para mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Cirurgia começam em janeiro

Os interessados em participar da seleção do mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Cirurgia (PPGRACI) têm, entre os dias 6 e 24 de janeiro, para realizar as inscrições online. A efetivação da inscrição é mediante apresentação da documentação na secretaria do Programa, localizada na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), na Rua Afonso Pena, 1053, Centro da capital.

São oferecidas oito vagas regulares e duas vagas suplementares. As vagas suplementares atendem a política de ação afirmativa para autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiências, em conformidade com a Portaria Normativa nº 13 do MEC, de 11 de maio de 2016.

O curso destina-se aos portadores de diplomas de graduação de nível superior nas áreas de Ciências da Saúde e em áreas que apresentem interseção de atuação com a Cirurgia, de modo específico ou afim, e que comprovem exercício de atividade profissional na área da graduação.

Seleção

O exame de seleção ocorre em quatro etapas:

I Etapa – Prova de Conhecimentos, de caráter eliminatório e classificatório, com peso três. O candidato com nota menor que sete será eliminado;

II Etapa – Análise da Proposta do Projeto Científico-Tecnológico e Entrevista com o candidato, de caráter eliminatório e classificatório, com peso quatro. O candidato com nota menor que sete será eliminado;

III Etapa – Prova de Títulos, de caráter classificatório, com peso dois;

IV Etapa – Prova de Proficiência em Língua Estrangeira, de caráter classificatório, com peso um;

Resultado e matrícula

O Resultado Final está previsto para ser divulgado dia 28 de fevereiro. Os candidatos aprovados deverão efetuar a matrícula no PPGRACI entre os dias 9 de março e 10 de março, das 8h às 11h e das 14h às 17h, na sala da secretaria do PPGRACI.

O Edital está disponível neste link. Mais informações no site do PPGRACI.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

**Enem : jovens que cumprem medida socioeducativa veem nova chance
Em todo o Brasil, 46.163 internos que cumprem penas privativas de liberdade farão o exame nesta semana**

Em todo o Brasil, 46.163 internos em centros de atendimento socioeducativo farão, nesta semana, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para adultos que cumprem penas privativas de liberdade e jovens sob medida socioeducativa (Enem PPL).

Em São Paulo, sonhando mudar de vida e alcançar o ensino superior, 336 adolescentes que cumprem medida socioeducativa na Fundação Casa vão fazer as provas do Enem PPL, terça-feira (10/12/2019) e quarta-feira (11/12/2019) próximas.

“O Enem é uma porta a mais para eles [internos] chegarem ao ensino superior”, afirma a vice-presidente da Fundação Casa, Ana Paula Bandeira Lins.

Vitória*, de 17 anos, interna da Fundação Casa Chiquinha Gonzaga, vai prestar o Enem PPL pela primeira vez. “É uma grande oportunidade para mim”, afirmou a garota, que pretende se formar em medicina veterinária, embora goste também de música e literatura.

“O Enem [PPL] pode me ajudar a conseguir boa parte da nota [que é necessária para entrar na universidade]. Espero que eu passe e consiga. Estou com um pouco de medo [da prova], mas estou tentando me preparar o máximo possível. Meu futuro está somente em minhas mãos”, disse Vitória à Agência Brasil.

Mudar tudo

Já Ricardo*, de 18 anos, que cumpre medida socioeducativa na Fundação Casa Ouro Preto e quer estudar engenharia mecânica, além do Enem PPL, fez neste domingo (08/12/2019) a prova da Faculdade de Tecnologia de São Paulo (Fatec).

“Estou estudando bastante, pegando muita redação. Quero ir bem na prova e ter um bom resultado”, afirmou o jovem, que diz ter dificuldades em matérias da área de ciências.

“Mas em Português e Matemática, tenho muita facilidade”, garantiu.

Para Ricardo, fazer o Enem PPL é uma chance de “mudar tudo” na vida. “Muda tudo, completamente. Muda meu futuro. Por meio do Enem, se eu tiver um resultado bom na prova, posso fazer uma faculdade e me tornar uma pessoa diferente.”

As provas

As provas, realizadas desde 2010, têm o mesmo nível de dificuldade do Enem regular. A diferença é que elas são aplicadas dentro de unidades prisionais e socioeducativas, como é o caso da Fundação Casa.

O Enem PPL avalia o desempenho do participante que concluiu o ensino médio e, com base em critérios usados pelo Ministério da Educação (MEC), permite o acesso ao ensino superior por meio de programas como o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Além disso, o Enem PPL contribui para elevar a escolaridade da população prisional brasileira, destaca o MEC. (*Os nomes são fictícios)

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Jovens que cumprem medida socioeducativa veem no Enem chance de mudar

Em todo o Brasil, 46.163 internos em centros de atendimento socioeducativo farão, nesta semana, o Exame Nacional do Ensino Médio para adultos que cumprem penas privativas de liberdade e jovens sob medida socioeducativa (Enem PPL).

Em São Paulo, sonhando mudar de vida e alcançar o ensino superior, 336 adolescentes que cumprem medida socioeducativa na Fundação Casa vão fazer as provas do Enem PPL, terça e quarta-feira próximas (10 e 11).

"O Enem é uma porta a mais para eles [internos] chegarem ao ensino superior", afirma a vice-presidente da Fundação Casa, Ana Paula Bandeira Lins.

Vitória*, de 17 anos, interna da Fundação Casa Chiquinha Gonzaga, vai prestar o Enem PPL pela primeira vez. "É uma grande oportunidade para mim", afirmou Vitória, que pretende se formar em medicina veterinária, embora goste também de música e literatura.

"O Enem [PPL] pode me ajudar a conseguir boa parte da nota [que é necessária para entrar na universidade]. Espero que eu passe e consiga. Estou com um pouco de medo [da prova], mas estou tentando me preparar o máximo possível. Meu futuro está somente em minhas mãos", disse Vitória à Agência Brasil.

Já Ricardo*, de 18 anos, que cumpre medida socioeducativa na Fundação Casa Ouro Preto e quer estudar engenharia mecânica, além do Enem PPL, faz neste domingo (8) a prova da Faculdade de Tecnologia de São Paulo (Fatec). "Estou estudando bastante, pegando muita redação. Quero ir bem na prova e ter um bom resultado", afirmou o jovem, que diz ter dificuldades em matérias da área de ciências. "Mas, em Português e Matemática, tenho muita facilidade."

Para Ricardo, fazer o Enem PPL é uma chance de "mudar tudo" na vida. "Muda tudo, completamente. Muda meu futuro. Por meio do Enem, se eu tiver um resultado bom na prova, posso fazer uma faculdade e me tornar uma pessoa diferente."

As provas

As provas, realizadas desde 2010, têm o mesmo nível de dificuldade do Enem regular. A diferença é que elas são aplicadas dentro de unidades prisionais e socioeducativas, como é o caso da Fundação Casa.

O Enem PPL avalia o desempenho do participante que concluiu o ensino médio e, com base em critérios usados pelo Ministério da Educação (MEC), permite o acesso ao ensino superior por meio de programas como o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Além disso, o Enem PPL contribui para elevar a escolaridade da população prisional brasileira, destaca o MEC.

O exame é constituído de redação e de quatro provas objetivas com 45 questões de múltipla escolha.

No primeiro dia do exame, são aplicadas as provas de linguagens, códigos e suas tecnologias, redação e ciências humanas e suas tecnologias. Os estudantes têm cinco horas e meia para resolver as questões.

No segundo dia, os candidatos fazem provas de ciências da natureza e matemática, com cinco horas de duração.

*Os nomes são fictícios

CORREIO BRAZILIENSE - DF - TRABALHO

Bolsas para a Alemanha

Doutorado

Parceria entre a **Capes** e o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) lançou edital para a concessão de até 65 bolsas de doutorado. O documento garante até 84.300 euros anuais para financiamento das bolsas no exterior. Dessas, 30 serão financiadas pela **Capes** em todas as áreas do conhecimento. Até 10 irão para doutorado pleno, 17 para doutorado-sanduíche e três para doutorado-sanduíche com cotutela. As inscrições podem ser feitas até 20 de dezembro pelo formulário disponível na página do programa: <http://bit.ly/BCdA19>

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA

Passage livre em risco

Um decreto do presidente Jair Bolsonaro pode prejudicar cerca de 7 milhões de pessoas que têm passe livre em ônibus interestaduais. O serviço, que beneficia, sobretudo, estudantes carentes, idosos, pessoas com deficiência e de baixa renda, ficará bem mais restrito.

A Associação Nacional das Empresas de Transporte Rodoviário de Passageiro (Anatrip) informou que o Decreto nº 10.157, publicado no Diário Oficial da União (DOU) da última quarta-feira (4), desregulamenta o setor de transporte interestadual de passageiros no Brasil. A regra fixa a livre concorrência, a liberdade de preços, de itinerário e de frequência das linhas interestaduais de ônibus.

Contudo, a Anatrip ressalta que os passageiros não têm mais garantia de que a viagem para qual compraram passagens vai se realizar, já que as empresas, a partir de agora, poderão decidir que seus ônibus só sairão se a lotação assegurar sua rentabilidade. Ou

seja, muita gente poderá ficar à deriva.

“O cidadão vai comprar sua passagem, mas não terá garantias de que o ônibus vai sair nem de devolução do dinheiro”, afirma o diretor da Anatrip, Clayton Vidal. A tendência é de que o decreto prejudique as pessoas de menor poder aquisitivo, que andam de ônibus e têm renda média mensal de R\$ 2,7 mil, conforme pesquisa da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT).

Nas mãos do governo

Isso mostra, na opinião de Vidal, que as mudanças feitas pelo governo Bolsonaro impactarão diretamente a vida das pessoas que mais necessitam desse serviço público. Ele ressalta ainda que o decreto prejudicou especialmente os beneficiários do passe livre.

As quase 7 milhões de pessoas carentes que, anualmente, recorrem ao passe livre por ano dependerão, agora, da definição do governo sobre qual serviço valerá para tal benefício. “A partir de agora, o governo vai definir alguns desses serviços que estarão obrigados a transportar quem tem direito ao passe livre”, ressaltou o diretor da Anatrip.

Para a associação, apesar de a medida estar alinhada ao discurso do governo de livre mercado, o que, em tese, poderia gerar maior competitividade entre as empresas de ônibus, o fato de o mercado ser dominado por poucas empresas pode gerar um efeito contrário, com a consequente elevação dos preços cobrados dos usuários.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - EIXO CAPITAL À QUEIMA-ROUPA

Professor Israel Batista (PV-DF), deputado federal

Com a participação na Comissão Externa de Acompanhamento do Ministério da Educação, qual sua visão sobre a atuação do MEC neste governo?

A minha visão é de preocupação. Primeiro, porque foi um ano sem execução orçamentária em diversas áreas. Gastou-se muito tempo em debates infrutíferos, lutando contra moinhos de ventos. Foi um ano sem orçamento, com dinheiro que já existe lá sem ser investido. Criou-se um campo de batalha nas redes sociais e gastou-se energia enorme em assuntos polêmicos, mas assuntos importantes não foram tratados. Não há planejamento, iniciativa. Como o MEC está perdido, municípios e estados também ficam perdidos. A minha visão é de que foi uma atuação invencionista, preocupada com assuntos polêmicos, mas que abandonou a resolução de problemas históricos que são consenso entre os diversos .

Na comissão, o senhor fez o relatório sobre a formação dos professores. O que nos falta, quais os principais problemas?

Primeira coisa é que a formação inicial dos professores brasileiros é muito deficiente. São currículos muito teóricos e fragmentados. É muita teoria e pouca prática. Também temos epidemia de ensino a distância nas licenciaturas em pedagogia. Então, esses fatores somados trazem uma baixa qualidade na formação dos professores no Brasil. Há um fator agravante: o ministério não se entende sobre qual deve ser o currículo dos professores. Há quatro secretarias dentro do MEC que não se decidem sobre isso. Logo, os estados e municípios também não se entendem. Não há critérios para definir o que é bom e o que é ruim, e não se consegue fiscalizar a qualidade dos cursos que temos.

A que se deve o resultado do Brasil no Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes)?

Primeira coisa que a gente precisa dizer é que o Brasil melhorou muito pouco em relação ao que deveria melhorar. Nossos estudantes não conseguem identificar a ideia central de um parágrafo, fazer a conversão do real para o dólar aos 15 anos. É um problema antigo, que vem se arrastando. Se olharmos o filme da educação, veremos que ela vem melhorando, mas, quando olhamos a fotografia, a gente se assusta porque ainda é muito ruim. O problema mais grave está na educação infantil e fundamental, porque não temos investido em formação docente. Outra questão grave é a falta de sequência das políticas públicas. O processo de melhoria da educação é evolutivo e não revolucionário. Então, é preciso de tempo, de continuidade e de sequência para avançarmos.

Que avaliação o senhor faz da educação no governo Ibaneis?

Tenho sentido no DF uma menor atenção a esse tema. O tema da segurança pública capturou a atenção do poder público no DF. Estamos descontinuando políticas que eram importantes. A militarização das escolas foi colocada como a panaceia, como única solução. Não acho que o modelo seja totalmente equivocado, mas estamos abraçando esse sistema como se fosse salvar tudo. A gestão compartilhada deve ser com universidades, com a Secretaria de Cultura, com as embaixadas. Precisamos transformar a escola numa responsabilidade coletiva. Só com a Polícia Militar dentro dos colégios coloca-se uma pressão enorme na PM e cria-se a falsa impressão de que tudo será resolvido.

O senhor disse que políticas importantes foram deixadas de lado no DF. Quais são elas? Precisamos focar na preparação de adolescentes da periferia para universidades. Eles farão o Enem e o vestibular, precisam de apoio para isso. Temos de dar continuidade à ampliação e à revigoração dos Centros Interescolares de Línguas (CIL). Poucas atividades escolares interferem tanto na carreira profissional quanto o aprendizado de uma língua estrangeira. Então, precisamos voltar a dar atenção urgentemente a isso e ampliar e melhorar a estrutura dos CILs.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Reivindicando o fracasso

O país fracassa quando 43% dos alunos não aprendem aquilo que se define como o mínimo necessário

Saíram os resultados de mais um Pisa, o exame internacional a que são submetidos alunos de 15 anos de 79 países ou regiões. O Brasil interrompeu os tímidos avanços que vinha obtendo e estabilizou-se entre os últimos colocados. Em matemática, prova em que teve seu pior desempenho, ficou em 58º lugar.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/heliosschwartzman/2019/12/reivindicando-o-fracasso.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Somos mesmos cordiais?

Abraços, beijos e elevadores sociais não são para todos

Agora que a escola se expandiu para todos os segmentos sociais, por mais que professores isolados se esforcem, o ensino médio (correspondente ao antigo colegial)

forma muita gente que tem dificuldades em ler e compreender frases completas e escrever uma sequência de pensamento articulado.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/12/somos-mesmos-cordiais.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ELIO GASPARI

Um jabuti gigante olhando para Bolsonaro

Licitação de R\$ 3 bi da Educação foi cancelada por irregularidades

O repórter Aguirre Talento botou aos pés de Jair Bolsonaro um caso que lhe permitirá mostrar a extensão de seu compromisso com a defesa da bolsa da Viúva.

No dia 21 de agosto o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, FNDE, anunciou que realizaria um pregão eletrônico (13/2019) para a compra de “equipamentos de tecnologia educacional para a rede pública de ensino”.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/eliogaspari/2019/12/um-jabuti-gigante-olhando-para-bolsonaro.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Mensagem na garrafa

Se vivêssemos num mundo decente, a carta de Iudin seria a conversa em cada esquina

Num país ao menos razoável, não passaríamos a semana nos indagando por que, ó céus, o governo tem na pasta de Meio Ambiente quem favorece o desmatamento? Na Cultura quem abomina a arte? Na Justiça um justiceiro? Na Economia um “liberal” tranquilo com a cassação das liberdades? Na Educação um chucro –e sobre o inchancelável chanceler, nem comento.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/antonioprata/2019/12/mensagem-na-garrafa.shtml>

topo ↕

A TARDE - BA - BRASIL

Capex vai distribuir R\$ 5 milhões em prêmios

Brasília

Cerca de 20 mil participantes devem fazer a prova do Prêmio **Capex** Talento Universitário hoje. Segundo a **Capex**, o prêmio será utilizado para direcionar futuras políticas públicas de ensino. O exame vai distribuir R\$ 5 mil para os primeiros mil colocados na prova, um investimento de R\$ 5 milhões. O resultado será divulgado em fevereiro de 2020. A prova ocorre em 60 cidades das 27 unidades da federação. Os portões serão abertos às 13h e fechados às 14h, no horário de Brasília. As provas terão 80 questões de múltipla escolha e o cartão de resposta deve ser preenchido com caneta esferográfica de tinta preta. Para realizar a prova, os candidatos devem apresentar documento de identificação válido.

Regras

Segundo as regras do exame nacional, será eliminado o candidato que iniciar as provas antes da autorização do aplicador e também não se identificar no retorno à sala de prova

quando for ao banheiro, antes do fechamento dos portões. Também será eliminado quem realizar anotações em qualquer documento que não seja a folha de resposta e a prova; e também quem não entregar ao aplicador a prova e a folha de resposta ao sair em definitivo da sala de prova.

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - NACIONAL

Brasil é vice-campeão em desigualdade no mundo

O Brasil é o segundo país mais desigual do mundo entre aqueles que disponibilizam estimativas com base em dados tributários, só perdendo para o Qatar: 1% da população mais rica – cerca de 1,5 milhão de pessoas – concentra 23,2% da fatia da renda total declarada pelas pessoas físicas ao Imposto de Renda, pouco abaixo dos 27% naquele país do Oriente Médio. A concentração de renda deste pequeno grupo de ricos no Brasil é 164% maior do que na Suécia, onde a fatia do centésimo mais rico responde por 8,8% da renda total. E se por um lado a Suécia, entre as décadas de 1930 até recentemente, assistiu ao encolhimento da fatia de renda do centésimo mais rico de 12,3% para 8,8%, no Brasil, nessas nove décadas, o padrão da distribuição demonstrou uma estável e persistente concentração: 1% mais rico respondeu entre 20% e 25% da renda total.

As conclusões são de Pedro Herculano Guimarães Ferreira de Souza, sociólogo e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que recebeu o Prêmio Jabuti de Melhor Livro de 2019 pela obra *Uma história da desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil – 1926-2013* (Hucitec Editora). O autor também recebeu o primeiro lugar na categoria Humanidades. A original publicação, que ao estudar a desigualdade desloca o olhar para os mais ricos, é baseada em sua tese de doutorado defendida em 2016, que já foi premiada pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, em 2017, e considerada a melhor tese da área de sociologia no Brasil.

“Se 1% dos mais ricos no Brasil têm quase um quarto dos rendimentos, não sobra tanto para o resto. Num país europeu médio, como a França, 1% tem algo em torno de 10% dos rendimentos, portanto esse grupo dos ricos concentra menos da metade da fração dos mais ricos brasileiros”, afirma o pesquisador. “Quando pensamos nos países desenvolvidos, não estamos só considerando a renda média, mas sociedades mais igualitárias. Se quisermos chegar lá, a economia tem de crescer, mas precisamos reduzir a concentração no topo pelo menos pela metade, o que, como demonstra a nossa história, não acontecerá por inércia”, acrescenta o sociólogo.

Diferentemente da parcela mais pobre da população brasileira – que em termos de rendimento é muito parecida entre si –, dentro do grupo dos mais ricos verificam-se grandes diferenças. Os dados de 2013 do Imposto de Renda, que são os mais recentes, indicam que o milésimo (0,1%) mais rico da população brasileira é representado por um grupo de pouco menos de 140 mil pessoas que recebeu em média cerca de R\$ 70 mil mensais (cerca de R\$ 840 mil ao ano). Essa pequena fração de 0,1% mais rica concentra 10% da renda total declarada no país naquele ano. Já o grupo do 1% mais rico – que tem cerca de 1,5 milhão de pessoas, com rendimentos mensais de aproximadamente R\$ 20 mil – faixa alta para o padrão brasileiro –, ganhou quase 23% da renda total, avalia Pedro Ferreira de Souza. “Esse grupo do 1% mais rico é bastante diferente daquele do 0,1% mais rico, que desfruta de uma situação ainda mais privilegiada.

De forma análoga, o grupo do 1% mais rico vive em condições muito diferentes do

estrato mais abaixo, por exemplo, dos 10% mais ricos, que ganham cerca de R\$ 4 mil por mês, representam aproximadamente 21 milhões e concentram 51% da renda total”, afirma o pesquisador. Naquele ano de 2013, a título de referência, a renda média da população adulta estava em torno de R\$ 26 mil por ano (R\$ 2,16 mil por mês).

Entre 1926 e 2013, período em que foram analisadas as declarações de Imposto de Renda das pessoas físicas pelo pesquisador, o quinhão apropriado pelos ricos é o traço persistente e marcante da desigualdade brasileira: a concentração no topo combinou estabilidade e mudança, com a flutuação da fração da renda recebida pelo 1% mais rico entre 20% e 25% durante grande parte do tempo. Segundo registra o pesquisador, a permanência da desigualdade deu-se apesar das mudanças econômicas e sociais profundas no país: nesse período, a população multiplicou por seis e o PIB per capita aumentou 12 vezes.

Em nove décadas de avaliação da concentração de renda no Brasil, foi justamente durante os períodos autoritários da história brasileira – o Estado Novo e os primeiros anos da ditadura militar de 1964 – que o grupo de 1% mais rico abocanhou as maiores fatias do bolo. É assim que a metáfora tão explorada pela propaganda do regime militar face ao propalado milagre econômico – “primeiro fazer o bolo crescer, para depois dividi-lo” – encobriu, na prática, uma situação precisamente inversa: o bolo cresceu, mas nunca foi tão mal dividido. “A fração do 1% mais rico, que chegara a 17%/19% durante o período democrático entre 1946 e as vésperas do golpe, aumentou continuamente até 1971, quando atingiu 26%, maior percentual desde os anos 1940”, observa o pesquisador.

Outra flutuação positiva da desigualdade se verificou durante o período inflacionário da transição democrática. “Com a inflação disparando, foi um momento de crise e de transição complicada”, avalia Pedro Ferreira de Souza. Já no período mais recente, no tocante aos mais ricos não houve modificações significativas. “As mudanças mais radicais e positivas dos últimos tempos, verificadas pela redução do índice de Gini ocorreram na base ou no meio da pirâmide social, e não na fatia apropriada pelos mais ricos”, afirma ele.

[topo](#)

180 GRAUS - TEMPO REAL

Prêmio Capes vai distribuir R\$ 5 mil para os primeiros mil colocados

A prova ocorre em 60 cidades das 27 unidades da federação

Cerca de 20 mil participantes devem fazer a prova do Prêmio **CAPES** Talento Universitário neste domingo (8). Segundo a **Capes**, o prêmio será utilizado para direcionar futuras políticas públicas de ensino. O exame vai distribuir R\$ 5 mil para os primeiros mil colocados na prova, num investimento de R\$ 5 milhões. O resultado será divulgado em fevereiro de 2020.

A prova ocorre em 60 cidades das 27 unidades da federação. Os portões serão abertos às 13h e fechados às 14h, no horário de Brasília. As provas terão 80 questões de múltipla escolha e o cartão de resposta deve ser preenchido com caneta esferográfica de tinta preta.

Para realizar a prova, os candidatos devem apresentar documento de identificação válido. São aceitos: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com fotografia, Carteira de Trabalho e Previdência Social; emitida após 27 de janeiro de

1997; Certificado de Reservista; Passaporte; Identidade expedida pelo Ministério da Justiça para estrangeiros, inclusive aqueles reconhecidos como refugiados; Protocolo Provisório de Solicitação de Refúgio emitido pelo Departamento de Polícia Federal; Carteira de Registro Nacional Migratório; Documento Provisório de Registro Nacional Migratório; Identificação fornecida por ordens ou conselhos de classes que por lei tenha validade como documento de identidade; Certificado de Dispensa de Incorporação; Identidade funcional.

Segundo as regras do exame, será eliminado quem iniciar as provas antes da autorização do aplicador e também não se identificar no retorno à sala de prova quando for ao banheiro, antes do fechamento dos portões. Também será eliminado quem realizar anotações em qualquer documento que não seja a folha de resposta e a prova; e quem não entregar ao aplicador a prova e a folha de resposta ao sair em definitivo a sala de prova.

Os candidatos também não podem manter os aparelhos eletrônicos ligados durante a prova; e portar, fora da embalagem fornecida pelo aplicador, lápis, caneta de material não transparente, lapiseira, borrachas, régua, corretivos, livros, manuais, impressos, fones de ouvido ou qualquer transmissor, gravador e/ou receptor de dados, imagens, vídeos e mensagens. Igualmente, consta da lista de proibições usar óculos escuros e artigos de chapelaria durante a realização das provas; e portar armas de qualquer espécie (exceto quem tem autorização legal para o uso).

topo 

[BAHIA.BA](#) - TEMPO REAL

Prêmio Capes vai distribuir R\$ 5 mil para os primeiros mil colocados

Cerca de 20 mil participantes devem fazer a prova do Prêmio **CAPES** Talento Universitário no domingo (8). Segundo a **Capes**, o prêmio será utilizado para direcionar futuras políticas públicas de ensino. O exame vai distribuir R\$ 5 mil para os primeiros mil colocados na prova, num investimento de R\$ 5 milhões. O resultado será divulgado em fevereiro de 2020.

A prova ocorre em 60 cidades das 27 unidades da federação. Os portões serão abertos às 13h e fechados às 14h, no horário de Brasília. As provas terão 80 questões de múltipla escolha e o cartão de resposta deve ser preenchido com caneta esferográfica de tinta preta.

Para realizar a prova, os candidatos devem apresentar documento de identificação válido. São aceitos: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com fotografia, Carteira de Trabalho e Previdência Social; emitida após 27 de janeiro de 1997; Certificado de Reservista; Passaporte; Identidade expedida pelo Ministério da Justiça para estrangeiros, inclusive aqueles reconhecidos como refugiados; Protocolo Provisório de Solicitação de Refúgio emitido pelo Departamento de Polícia Federal; Carteira de Registro Nacional Migratório; Documento Provisório de Registro Nacional Migratório; Identificação fornecida por ordens ou conselhos de classes que por lei tenha validade como documento de identidade; Certificado de Dispensa de Incorporação; Identidade funcional.

Segundo as regras do exame, será eliminado quem iniciar as provas antes da autorização do aplicador e também não se identificar no retorno à sala de prova quando for ao banheiro, antes do fechamento dos portões. Também será eliminado quem realizar

anotações em qualquer documento que não seja a folha de resposta e a prova; e quem não entregar ao aplicador a prova e a folha de resposta ao sair em definitivo a sala de prova.

Os candidatos também não podem manter os aparelhos eletrônicos ligados durante a prova; e portar, fora da embalagem fornecida pelo aplicador, lápis, caneta de material não transparente, lapiseira, borrachas, réguas, corretivos, livros, manuais, impressos, fones de ouvido ou qualquer transmissor, gravador e/ou receptor de dados, imagens, vídeos e mensagens. Igualmente, consta da lista de proibições usar óculos escuros e artigos de chapelaria durante a realização das provas; e portar armas de qualquer espécie (exceto quem tem autorização legal para o uso).

topo ↕

IMIRANTE - TEMPO REAL

Prêmio Capes vai distribuir R\$ 5 mil para os primeiros mil colocados

BRASÍLIA - Cerca de 20 mil participantes devem fazer a prova do Prêmio **CAPES** Talento Universitário no domingo (8). Segundo a **Capes**, o prêmio será utilizado para direcionar futuras políticas públicas de ensino. O exame vai distribuir R\$ 5 mil para os primeiros mil colocados na prova, num investimento de R\$ 5 milhões. O resultado será divulgado em fevereiro de 2020.

A prova ocorre em 60 cidades das 27 unidades da federação. Os portões serão abertos às 13h e fechados às 14h, no horário de Brasília. As provas terão 80 questões de múltipla escolha e o cartão de resposta deve ser preenchido com caneta esferográfica de tinta preta.

Para realizar a prova, os candidatos devem apresentar documento de identificação válido. São aceitos: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com fotografia, Carteira de Trabalho e Previdência Social; emitida após 27 de janeiro de 1997; Certificado de Reservista; Passaporte; Identidade expedida pelo Ministério da Justiça para estrangeiros, inclusive aqueles reconhecidos como refugiados; Protocolo Provisório de Solicitação de Refúgio emitido pelo Departamento de Polícia Federal; Carteira de Registro Nacional Migratório; Documento Provisório de Registro Nacional Migratório; Identificação fornecida por ordens ou conselhos de classes que por lei tenha validade como documento de identidade; Certificado de Dispensa de Incorporação; Identidade funcional.

Segundo as regras do exame, será eliminado quem iniciar as provas antes da autorização do aplicador e também não se identificar no retorno à sala de prova quando for ao banheiro, antes do fechamento dos portões. Também será eliminado quem realizar anotações em qualquer documento que não seja a folha de resposta e a prova; e quem não entregar ao aplicador a prova e a folha de resposta ao sair em definitivo a sala de prova.

Os candidatos também não podem manter os aparelhos eletrônicos ligados durante a prova; e portar, fora da embalagem fornecida pelo aplicador, lápis, caneta de material não transparente, lapiseira, borrachas, réguas, corretivos, livros, manuais, impressos, fones de ouvido ou qualquer transmissor, gravador e/ou receptor de dados, imagens, vídeos e mensagens. Igualmente, consta da lista de proibições usar óculos escuros e artigos de chapelaria durante a realização das provas; e portar armas de qualquer espécie (exceto quem tem autorização legal para o uso).

topo ↗

J. DO COMMERCIO - PE - TEMPO REAL

Prêmio Capes vai distribuir R\$ 5 mil para os primeiros mil colocados

Cerca de 20 mil participantes devem fazer a prova do Prêmio **CAPES** Talento Universitário no domingo (8). Segundo a **Capes**, o prêmio será utilizado para direcionar futuras políticas públicas de ensino. O exame vai distribuir R\$ 5 mil para os primeiros mil colocados na prova, num investimento de R\$ 5 milhões. O resultado será divulgado em fevereiro de 2020.

A prova ocorre em 60 cidades das 27 unidades da federação. Os portões serão abertos às 13h e fechados às 14h, no horário de Brasília. As provas terão 80 questões de múltipla escolha e o cartão de resposta deve ser preenchido com caneta esferográfica de tinta preta.

Para realizar a prova, os candidatos devem apresentar documento de identificação válido. São aceitos: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com fotografia, Carteira de Trabalho e Previdência Social; emitida após 27 de janeiro de 1997; Certificado de Reservista; Passaporte; Identidade expedida pelo Ministério da Justiça para estrangeiros, inclusive aqueles reconhecidos como refugiados; Protocolo Provisório de Solicitação de Refúgio emitido pelo Departamento de Polícia Federal; Carteira de Registro Nacional Migratório; Documento Provisório de Registro Nacional Migratório; Identificação fornecida por ordens ou conselhos de classes que por lei tenha validade como documento de identidade; Certificado de Dispensa de Incorporação; Identidade funcional.

Segundo as regras do exame, será eliminado quem iniciar as provas antes da autorização do aplicador e também não se identificar no retorno à sala de prova quando for ao banheiro, antes do fechamento dos portões. Também será eliminado quem realizar anotações em qualquer documento que não seja a folha de resposta e a prova; e quem não entregar ao aplicador a prova e a folha de resposta ao sair em definitivo a sala de prova.

Os candidatos também não podem manter os aparelhos eletrônicos ligados durante a prova; e portar, fora da embalagem fornecida pelo aplicador, lápis, caneta de material não transparente, lapiseira, borrachas, régua, corretivos, livros, manuais, impressos, fones de ouvido ou qualquer transmissor, gravador e/ou receptor de dados, imagens, vídeos e mensagens. Igualmente, consta da lista de proibições usar óculos escuros e artigos de chapalaria durante a realização das provas; e portar armas de qualquer espécie (exceto quem tem autorização legal para o uso).

topo ↗

LAPADA LAPADA - TEMPO REAL

Prêmio Capes vai distribuir R\$ 5 mil para os primeiros mil colocados

Por Agência Brasil – Brasília – Cerca de 20 mil participantes devem fazer a prova do Prêmio **CAPES** Talento Universitário no domingo (8). Segundo a **Capes**, o prêmio será utilizado para direcionar futuras políticas públicas de ensino. O exame vai distribuir R\$ 5 mil para os primeiros mil colocados na prova, num investimento de R\$ 5 milhões. O resultado será divulgado em fevereiro de 2020.

A prova ocorre em 60 cidades das 27 unidades da federação. Os portões serão abertos às 13h e fechados às 14h, no horário de Brasília. As provas terão 80 questões de múltipla escolha e o cartão de resposta deve ser preenchido com caneta esferográfica de tinta

preta.

Para realizar a prova, os candidatos devem apresentar documento de identificação válido. São aceitos: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com fotografia, Carteira de Trabalho e Previdência Social; emitida após 27 de janeiro de 1997; Certificado de Reservista; Passaporte; Identidade expedida pelo Ministério da Justiça para estrangeiros, inclusive aqueles reconhecidos como refugiados; Protocolo Provisório de Solicitação de Refúgio emitido pelo Departamento de Polícia Federal; Carteira de Registro Nacional Migratório; Documento Provisório de Registro Nacional Migratório; Identificação fornecida por ordens ou conselhos de classes que por lei tenha validade como documento de identidade; Certificado de Dispensa de Incorporação; Identidade funcional.

Segundo as regras do exame, será eliminado quem iniciar as provas antes da autorização do aplicador e também não se identificar no retorno à sala de prova quando for ao banheiro, antes do fechamento dos portões. Também será eliminado quem realizar anotações em qualquer documento que não seja a folha de resposta e a prova; e quem não entregar ao aplicador a prova e a folha de resposta ao sair em definitivo a sala de prova.

Os candidatos também não podem manter os aparelhos eletrônicos ligados durante a prova; e portar, fora da embalagem fornecida pelo aplicador, lápis, caneta de material não transparente, lapiseira, borrachas, régua, corretivos, livros, manuais, impressos, fones de ouvido ou qualquer transmissor, gravador e/ou receptor de dados, imagens, vídeos e mensagens. Igualmente, consta da lista de proibições usar óculos escuros e artigos de chapelaria durante a realização das provas; e portar armas de qualquer espécie (exceto quem tem autorização legal para o uso).

topo ↕

O DOCUMENTO - MT - TEMPO REAL

Prêmio Capes vai distribuir R\$ 5 mil para os primeiros mil colocados

Cerca de 20 mil participantes devem fazer a prova do Prêmio **CAPES** Talento Universitário no domingo (8). Segundo a **Capes**, o prêmio será utilizado para direcionar futuras políticas públicas de ensino. O exame vai distribuir R\$ 5 mil para os primeiros mil colocados na prova, num investimento de R\$ 5 milhões. O resultado será divulgado em fevereiro de 2020.

A prova ocorre em 60 cidades das 27 unidades da federação. Os portões serão abertos às 13h e fechados às 14h, no horário de Brasília. As provas terão 80 questões de múltipla escolha e o cartão de resposta deve ser preenchido com caneta esferográfica de tinta preta.

Para realizar a prova, os candidatos devem apresentar documento de identificação válido. São aceitos: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com fotografia, Carteira de Trabalho e Previdência Social; emitida após 27 de janeiro de 1997; Certificado de Reservista; Passaporte; Identidade expedida pelo Ministério da Justiça para estrangeiros, inclusive aqueles reconhecidos como refugiados; Protocolo Provisório de Solicitação de Refúgio emitido pelo Departamento de Polícia Federal; Carteira de Registro Nacional Migratório; Documento Provisório de Registro Nacional Migratório; Identificação fornecida por ordens ou conselhos de classes que por lei tenha validade como documento de identidade; Certificado de Dispensa de Incorporação;

Identidade funcional.

Segundo as regras do exame, será eliminado quem iniciar as provas antes da autorização do aplicador e também não se identificar no retorno à sala de prova quando for ao banheiro, antes do fechamento dos portões. Também será eliminado quem realizar anotações em qualquer documento que não seja a folha de resposta e a prova; e quem não entregar ao aplicador a prova e a folha de resposta ao sair em definitivo a sala de prova.

Os candidatos também não podem manter os aparelhos eletrônicos ligados durante a prova; e portar, fora da embalagem fornecida pelo aplicador, lápis, caneta de material não transparente, lapiseira, borrachas, régua, corretivos, livros, manuais, impressos, fones de ouvido ou qualquer transmissor, gravador e/ou receptor de dados, imagens, vídeos e mensagens. Igualmente, consta da lista de proibições usar óculos escuros e artigos de chapelaria durante a realização das provas; e portar armas de qualquer espécie (exceto quem tem autorização legal para o uso).

topo ↕

O FLUMINENSE - RJ - PAÍS

Prêmio Capes vai distribuir R\$ 5 mil para os primeiros mil colocados

A prova ocorre em 60 cidades das 27 unidades da federação

Cerca de 20 mil participantes devem fazer a prova do Prêmio **CAPES** Talento Universitário no domingo (8). Segundo a **Capes**, o prêmio será utilizado para direcionar futuras políticas públicas de ensino. O exame vai distribuir R\$ 5 mil para os primeiros mil colocados na prova, num investimento de R\$ 5 milhões. O resultado será divulgado em fevereiro de 2020.

A prova ocorre em 60 cidades das 27 unidades da federação. Os portões serão abertos às 13h e fechados às 14h, no horário de Brasília. As provas terão 80 questões de múltipla escolha e o cartão de resposta deve ser preenchido com caneta esferográfica de tinta preta.

Para realizar a prova, os candidatos devem apresentar documento de identificação válido. São aceitos: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com fotografia, Carteira de Trabalho e Previdência Social; emitida após 27 de janeiro de 1997; Certificado de Reservista; Passaporte; Identidade expedida pelo Ministério da Justiça para estrangeiros, inclusive aqueles reconhecidos como refugiados; Protocolo Provisório de Solicitação de Refúgio emitido pelo Departamento de Polícia Federal; Carteira de Registro Nacional Migratório; Documento Provisório de Registro Nacional Migratório; Identificação fornecida por ordens ou conselhos de classes que por lei tenha validade como documento de identidade; Certificado de Dispensa de Incorporação; Identidade funcional.

Segundo as regras do exame, será eliminado quem iniciar as provas antes da autorização do aplicador e também não se identificar no retorno à sala de prova quando for ao banheiro, antes do fechamento dos portões. Também será eliminado quem realizar anotações em qualquer documento que não seja a folha de resposta e a prova; e quem não entregar ao aplicador a prova e a folha de resposta ao sair em definitivo a sala de prova.

Os candidatos também não podem manter os aparelhos eletrônicos ligados durante a

prova; e portar, fora da embalagem fornecida pelo aplicador, lápis, caneta de material não transparente, lapiseira, borrachas, réguas, corretivos, livros, manuais, impressos, fones de ouvido ou qualquer transmissor, gravador e/ou receptor de dados, imagens, vídeos e mensagens. Igualmente, consta da lista de proibições usar óculos escuros e artigos de chapelaria durante a realização das provas; e portar armas de qualquer espécie (exceto quem tem autorização legal para o uso).

topo ↕

PARAÍBA ONLINE - TEMPO REAL

Prêmio Capes vai distribuir R\$ 5 mil para os primeiros mil colocados

Cerca de 20 mil participantes devem fazer a prova do Prêmio **CAPES** Talento Universitário neste domingo (8). Segundo a **Capes**, o prêmio será utilizado para direcionar futuras políticas públicas de ensino. O exame vai distribuir R\$ 5 mil para os primeiros mil colocados na prova, num investimento de R\$ 5 milhões. O resultado será divulgado em fevereiro de 2020.

A prova ocorre em 60 cidades das 27 unidades da federação. Os portões serão abertos às 13h e fechados às 14h, no horário de Brasília. As provas terão 80 questões de múltipla escolha e o cartão de resposta deve ser preenchido com caneta esferográfica de tinta preta.

Para realizar a prova, os candidatos devem apresentar documento de identificação válido. São aceitos: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com fotografia, Carteira de Trabalho e Previdência Social; emitida após 27 de janeiro de 1997; Certificado de Reservista; Passaporte; Identidade expedida pelo Ministério da Justiça para estrangeiros, inclusive aqueles reconhecidos como refugiados; Protocolo Provisório de Solicitação de Refúgio emitido pelo Departamento de Polícia Federal; Carteira de Registro Nacional Migratório; Documento Provisório de Registro Nacional Migratório; Identificação fornecida por ordens ou conselhos de classes que por lei tenha validade como documento de identidade; Certificado de Dispensa de Incorporação; Identidade funcional.

Segundo as regras do exame, será eliminado quem iniciar as provas antes da autorização do aplicador e também não se identificar no retorno à sala de prova quando for ao banheiro, antes do fechamento dos portões.

Também será eliminado quem realizar anotações em qualquer documento que não seja a folha de resposta e a prova; e quem não entregar ao aplicador a prova e a folha de resposta ao sair em definitivo a sala de prova.

Os candidatos também não podem manter os aparelhos eletrônicos ligados durante a prova; e portar, fora da embalagem fornecida pelo aplicador, lápis, caneta de material não transparente, lapiseira, borrachas, réguas, corretivos, livros, manuais, impressos, fones de ouvido ou qualquer transmissor, gravador e/ou receptor de dados, imagens, vídeos e mensagens. Igualmente, consta da lista de proibições usar óculos escuros e artigos de chapelaria durante a realização das provas; e portar armas de qualquer espécie (exceto quem tem autorização legal para o uso).

topo ↕

TUDO NEWS - NOTÍCIAS

Prêmio Capes vai distribuir R\$ 5 mil para os primeiros mil colocados

Aproximadamente 20 mil participantes devem fazer a prova do Prêmio **Capes** Talento Universitário no domingo (8). Segundo a **Capes**, o prêmio será utilizado para direcionar futuras políticas públicas de ensino. O exame vai distribuir R\$ 5 mil para os primeiros mil colocados na prova, num investimento de R\$ 5 milhões. O resultado será divulgado em fevereiro de 2020.

A prova ocorre em 60 cidades das 27 unidades da federação. Os portões serão abertos às 13h e fechados às 14h, no horário de Brasília. As provas terão 80 questões de múltipla escolha e o cartão de resposta deve ser preenchido com caneta esferográfica de tinta preta.

Para realizar a prova, os candidatos devem apresentar documento de identificação válido. São aceitos: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com fotografia, Carteira de Trabalho e Previdência Social; emitida após 27 de janeiro de 1997; Certificado de Reservista; Passaporte; Identidade expedida pelo Ministério da Justiça para estrangeiros, inclusive aqueles reconhecidos como refugiados; Protocolo Provisório de Solicitação de Refúgio emitido pelo Departamento de Polícia Federal; Carteira de Registro Nacional Migratório; Documento Provisório de Registro Nacional Migratório; Identificação fornecida por ordens ou conselhos de classes que por lei tenha validade como documento de identidade; Certificado de Dispensa de Incorporação; Identidade funcional.

Segundo as regras do exame, será eliminado quem iniciar as provas antes da autorização do aplicador e também não se identificar no retorno à sala de prova quando for ao banheiro, antes do fechamento dos portões. Também será eliminado quem realizar anotações em qualquer documento que não seja a folha de resposta e a prova; e quem não entregar ao aplicador a prova e a folha de resposta ao sair em definitivo a sala de prova.

Os candidatos também não podem manter os aparelhos eletrônicos ligados durante a prova; e portar, fora da embalagem fornecida pelo aplicador, lápis, caneta de material não transparente, lapiseira, borrachas, régua, corretivos, livros, manuais, impressos, fones de ouvido ou qualquer transmissor, gravador e/ou receptor de dados, imagens, vídeos e mensagens. Igualmente, consta da lista de proibições usar óculos escuros e artigos de chapelaria durante a realização das provas; e portar armas de qualquer espécie (exceto quem tem autorização legal para o uso).

Fonte: Agência Brasil

topo ↕

CADA MINUTO - TEMPO REAL

Prêmio Capes vai distribuir R\$ 5 mil para os primeiros mil colocados

Cerca de 20 mil participantes devem fazer a prova do Prêmio **CAPES** Talento Universitário no domingo (8). Segundo a **Capes**, o prêmio será utilizado para direcionar futuras políticas públicas de ensino. O exame vai distribuir R\$ 5 mil para os primeiros mil colocados na prova, num investimento de R\$ 5 milhões. O resultado será divulgado em fevereiro de 2020.

A prova ocorre em 60 cidades das 27 unidades da federação. Os portões serão abertos às 13h e fechados às 14h, no horário de Brasília. As provas terão 80 questões de múltipla escolha e o cartão de resposta deve ser preenchido com caneta esferográfica de tinta

preta.

Para realizar a prova, os candidatos devem apresentar documento de identificação válido. São aceitos: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com fotografia, Carteira de Trabalho e Previdência Social; emitida após 27 de janeiro de 1997; Certificado de Reservista; Passaporte; Identidade expedida pelo Ministério da Justiça para estrangeiros, inclusive aqueles reconhecidos como refugiados; Protocolo Provisório de Solicitação de Refúgio emitido pelo Departamento de Polícia Federal; Carteira de Registro Nacional Migratório; Documento Provisório de Registro Nacional Migratório; Identificação fornecida por ordens ou conselhos de classes que por lei tenha validade como documento de identidade; Certificado de Dispensa de Incorporação; Identidade funcional.

Segundo as regras do exame, será eliminado quem iniciar as provas antes da autorização do aplicador e também não se identificar no retorno à sala de prova quando for ao banheiro, antes do fechamento dos portões. Também será eliminado quem realizar anotações em qualquer documento que não seja a folha de resposta e a prova; e quem não entregar ao aplicador a prova e a folha de resposta ao sair em definitivo a sala de prova.

Os candidatos também não podem manter os aparelhos eletrônicos ligados durante a prova; e portar, fora da embalagem fornecida pelo aplicador, lápis, caneta de material não transparente, lapiseira, borrachas, régua, corretivos, livros, manuais, impressos, fones de ouvido ou qualquer transmissor, gravador e/ou receptor de dados, imagens, vídeos e mensagens. Igualmente, consta da lista de proibições usar óculos escuros e artigos de chapelaria durante a realização das provas; e portar armas de qualquer espécie (exceto quem tem autorização legal para o uso).

topo ↕

NEWS PARAÍBA-PB - TEMPO REAL

Crise e medo de desemprego levam a aumento de 74% de alunos em cursos de especialização

Crise econômica e medo do desemprego têm aumentado a busca por programas de pós-graduação lato sensu no Brasil. De 2016 a 2019, o número de alunos que frequentam cursos de especialização de nível superior subiu 74%. O crescimento foi puxado pela especialização na rede privada, que registrou expansão de 80% — contra 41% na rede pública — e pelo Ensino à Distância (EaD).

Já são 1.187.457 alunos em especializações de nível superior no país — há quatro anos, eram 683.053 — divididos em mais de 73 mil cursos.

Segundo O Globo, os dados são do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp), que apresentou ontem uma pesquisa inédita sobre cursos de especialização lato sensu no Brasil.

O estudo mostra ainda que os alunos têm rendimento médio mensal de R\$ 4,6 mil, valor 150% maior do que a média dos que fazem graduação.

Oferta maior

Segundo o diretor-executivo do Semesp e coordenador geral do estudo, Rodrigo Capelato, o aumento surpreendeu os pesquisadores:

— Chama a atenção porque, geralmente, em países mais desenvolvidos, a educação é acíclica. Nos momentos de crise econômica, as pessoas procuram mais por educação porque ficam preocupadas com o desemprego. No Brasil sempre foi o contrário. Na crise, aqui se perde aluno por falta de capacidade de pagar (pelos cursos) .

Para Capelato, há ainda outras motivações, como a busca da especialização para se atualizar na área profissional ou aumentar as chances de empregabilidade.

É o caso de Ana Beatriz Brito, de 24 anos, que emendou a graduação em Marketing, Publicidade e Propaganda com uma pós em Comunicação Digital na Universidade Estácio de Sá no intuito de conseguir uma vaga na área.

— Vi que só a graduação não era suficiente para trabalhar nessas áreas. Com MBA tenho mais chance de conseguir um emprego. Não tenho experiência na área, mas o meu curso tem muita atividade prática. Isso me deixa mais preparada para o mercado — acredita a estudante, que atualmente trabalha como assistente administrativa em uma empresa.

Hoje há aproximadamente duas mil instituições de ensino que oferecem especialização de nível superior nas modalidades presencial e EaD. E mais de 90% delas, 1.868 instituições, são privadas.

— A oferta é muito maior de cursos de especialização do que mestrado e doutorado. Estes são difíceis de conseguir abrir, a **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**, do Ministério da Educação) é extremamente rígida, e tem de ser mesmo. Mas a oferta é menor, e as vagas são restritas, com mais concorrência. E a especialização é focada no mercado de trabalho —diz Capelato.

No mesmo período avaliado, o número de alunos em cursos de mestrado e doutorado stricto sensu não apresentou aumento tão significativo: o crescimento foi de 18% no mestrado e 9% no doutorado.

Viu isso? MEC destina R\$ 45 milhões a programa voltado para incentivar pais a lerem para os filhos

Considerando a população com 24 anos ou mais, estima-se que 5,7 milhões de pessoas tenham concluído um curso de especialização de nível superior de 2016 para cá. No mestrado, são 918 mil e, no doutorado, 384 mil.

— Ainda existe um funil imenso até a educação superior — diz Capelato. — Se considerarmos que 55 milhões de pessoas têm até o ensino fundamental no país, e 5,7 milhões concluem uma especialização, podemos dizer que, a cada dez pessoas que começam o ensino fundamental, apenas uma faz uma pós lato sensu. E apenas 0,3 chega a um doutorado.

No aumento pela especialização, cresceu também a modalidade de Ensino à Distância (EaD). Até 2018, o número de alunos em EaD aumentou 125%, com um a cada três alunos estudando nessa modalidade.

— O EaD se encaixa melhor ainda na pós. O público da graduação que faz o EaD é mais velho, acima de 30 anos ou mais, que, por sua vez, também é justamente a idade de quem faz pós-graduação — diz Capelato.

Exigência cada vez maior

Doutora em Educação pela PUC-Rio, Andrea Ramal defende que toda formação ajuda no mercado de trabalho. No entanto, ela ressalta que o MBA já teve mais peso no currículo.

— Como muita gente já tem (MBA no currículo) , os profissionais agora estão buscando níveis cada vez mais acima para competir — afirma ela, para quem uma das vantagens da especialização é o aprofundamento de temas proporcionado nesses cursos: — Nesse tipo de pós-graduação tem que escolher um tema de pesquisa, apresentar trabalhos mais aprofundados, e isso pode coincidir com os interesses de certas empresas — explica.

A pesquisa do Semesp traça ainda um perfil dos alunos que frequentam cursos de especialização. As mulheres são maioria (62,6%), e 88% estudam em instituições privadas. O estado de São Paulo reúne 24% dos alunos, seguido por Minas Gerais (11%). Rio de Janeiro, Bahia e Paraná empatam, com 7% cada um. A região Sudeste concentra 44% do total de estudantes lato sensu.

topo 

RONDONÓTIAS - RO - GERAL

Mais de 20 mil estudantes realizam prova do Talento Universitário neste domingo Promovida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, iniciativa vai premiar mil alunos

BRASIL - Mais de 20 mil estudantes que iniciaram a graduação em 2019 devem realizar a prova do Prêmio **Capex** Talento Universitário neste domingo, 8 de dezembro. Criado para valorizar e reconhecer o desempenho dos alunos, o projeto vai conceder R\$ 5 mil em prêmios individuais para mil estudantes.

Participam do prêmio alunos brasileiros de instituições de ensino superior públicas, privadas ou militares, independentemente de cursarem modalidades presencial ou a distância. Os candidatos também precisam ter realizado o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2017 ou 2018.

Além de valorizar e premiar os melhores estudantes, a iniciativa vai subsidiar estudos e pesquisas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Os resultados vão auxiliar na formulação de políticas públicas para a educação superior.

A prova - Neste domingo, os participantes terão quatro horas para realizar a prova de conhecimentos gerais com 80 questões de múltipla escolha. O resultado do prêmio será divulgado em fevereiro de 2020.

Horário - A aplicação das provas segue o horário oficial de Brasília, então fique atento à programação:

Abertura dos portões: 13 horas

Fechamento dos portões: 14 horas

Início das provas: 14h30min

Término das provas: 18h30min

O que levar - Para fazer a prova é obrigatório apresentar o documento de identidade original com foto. Além disso, o candidato deve levar a caneta preta de material transparente para garantir que a leitura óptica de suas respostas e ter a prova corrigida de maneira adequada.

Vai concorrer ao prêmio? Confira o seu local de prova e boa sorte.

[topo](#)

URGENTE NEWS - TEMPO REAL

Prêmio Capes vai distribuir R\$ 5 mil para os primeiros mil colocados

Cerca de 20 mil participantes devem fazer a prova do Prêmio **CAPES** Talento Universitário no domingo (8). Segundo a **Capes**, o prêmio será utilizado para direcionar futuras políticas públicas de ensino. O exame vai distribuir R\$ 5 mil para os primeiros mil colocados na prova, num investimento de R\$ 5 milhões. O resultado será divulgado em fevereiro de 2020.

A prova ocorre em 60 cidades das 27 unidades da federação. Os portões serão abertos às 13h e fechados às 14h, no horário de Brasília. As provas terão 80 questões de múltipla escolha e o cartão de resposta deve ser preenchido com caneta esferográfica de tinta preta.

Para realizar a prova, os candidatos devem apresentar documento de identificação válido. São aceitos: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com fotografia, Carteira de Trabalho e Previdência Social; emitida após 27 de janeiro de 1997; Certificado de Reservista; Passaporte; Identidade expedida pelo Ministério da Justiça para estrangeiros, inclusive aqueles reconhecidos como refugiados; Protocolo Provisório de Solicitação de Refúgio emitido pelo Departamento de Polícia Federal; Carteira de Registro Nacional Migratório; Documento Provisório de Registro Nacional Migratório; Identificação fornecida por ordens ou conselhos de classes que por lei tenha validade como documento de identidade; Certificado de Dispensa de Incorporação; Identidade funcional.

Segundo as regras do exame, será eliminado quem iniciar as provas antes da autorização do aplicador e também não se identificar no retorno à sala de prova quando for ao banheiro, antes do fechamento dos portões. Também será eliminado quem realizar anotações em qualquer documento que não seja a folha de resposta e a prova; e quem não entregar ao aplicador a prova e a folha de resposta ao sair em definitivo a sala de prova.

Os candidatos também não podem manter os aparelhos eletrônicos ligados durante a prova; e portar, fora da embalagem fornecida pelo aplicador, lápis, caneta de material não transparente, lapiseira, borrachas, régua, corretivos, livros, manuais, impressos, fones de ouvido ou qualquer transmissor, gravador e/ou receptor de dados, imagens, vídeos e mensagens. Igualmente, consta da lista de proibições usar óculos escuros e

artigos de chapelaria durante a realização das provas; e portar armas de qualquer espécie (exceto quem tem autorização legal para o uso).

CORREIO BRAZILIENSE - DF - EDITORIAL

Desafio na educação

O Brasil corre contra o tempo para colocar seus estudantes de ensino médio — os últimos três anos antes do ingresso na universidade — na escola de tempo integral, o que, comprovadamente, facilita o acesso à educação superior e oferece melhores possibilidades no campo profissional, inclusive em relação a ganhos salariais maiores quando ingressarem no mercado de trabalho. Estados e o Distrito Federal têm pela frente a difícil tarefa de cumprir o que prevê a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O grande desafio do novo ensino médio em tempo integral é aumentar para nove horas diárias a carga horária nas escolas públicas de todo o país, a partir do ano que vem, com o objetivo de ampliar a permanência do aluno no local de aprendizagem.

De acordo com as normas adotadas pelo governo federal no ano passado, as escolas estaduais de ensino médio têm de aumentar a carga horária no decorrer dos próximos cinco anos em pelo menos metade dos estabelecimentos de ensino. A proposta do novo modelo prevê elevação gradativa das 800 horas para 1.400 horas anuais. Nos primeiros cinco anos de vigência do ensino médio integral, as escolas já devem oferecer 1.000 horas de aula por ano. Essa é a meta prevista pelo Plano Nacional de Educação (PNE), que determina a oferta do ensino integral em, no mínimo, 50% dos educandários públicos até 2024.

Atualmente, esse modelo é adotado em pequena escala em todas as unidades da Federação e no Distrito Federal, mas muito ainda tem de ser feito para a universalização desse avanço na política educacional brasileira. Números do PNE revelam que, em 2017 (ano do último levantamento), o país tinha apenas 8,7% de matrículas em escolas em tempo integral. Especialistas apontam que, no mundo, não há qualquer caso de ensino médio de qualidade em tempo parcial. Nas nações desenvolvidas, a regra é a jornada ampliada na aprendizagem.

No Brasil, Pernambuco é o estado com a melhor performance e serve de exemplo para os demais entes federativos. A expectativa é de que, no ano que vem, mais de 60% das escolas estaduais pernambucanas já tenham adotado o ensino em tempo integral. O estado é pioneiro na implementação do novo modelo, tendo passado da 21ª colocação no Índice de Desenvolvimento Básico de Educação (Ideb) para o primeiro lugar em 2015. Hoje, ocupa o terceiro posto.

A intenção dos formuladores da política educacional do país é que, com o aumento do tempo de vivência dos estudantes nas salas de aula e demais ambientes dos estabelecimentos de ensino, haja uma melhora nos níveis críticos de aprendizagem atuais — o Brasil se saiu muito mal na última pesquisa do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre as 79 nações avaliadas. Espera-se, também, que possa ser estancada a evasão escolar, grave problema a ser sanado.

Certo é que o país alcançará índices satisfatórios em sua política educacional quando a escola transformar-se em incubadora dos projetos de vida dos jovens. E o ensino médio em tempo integral é uma estratégia de vital importância para o desenvolvimento integral dos estudantes, que vão vivenciar um mercado cada vez mais competitivo e desafiador.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

De manobra em manobra

Congresso turbina fundão e Bolsonaro manobra para garantir verba em 2022

O Congresso maquina para praticamente dobrar o valor que a viúva desembolará em 2020 no financiamento das eleições municipais. Não satisfeitos com R\$ 2 bilhões em recursos do fundo eleitoral previstos pelo Executivo na proposta de Orçamento, deputados e senadores buscam assegurar R\$ 3,8 bilhões para o pleito do próximo ano.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/julianna-sofia/2019/12/de-manobra-em-manobra.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Pisa

O Brasil foi dos países que mais evoluíram no Pisa entre 2000 e 2009

O Brasil foi dos países que mais evoluíram no Pisa entre 2000 e 2009. Se tivéssemos mantido o ritmo de melhoria nos nove anos seguintes, teríamos sido, em 2018, o país líder em qualidade da educação básica na América Latina, ladeado pelo Chile. Em 2030, ficaríamos próximos da OCDE, cuja média, por sinal, caiu no período 2000-2018.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/fernando-haddad/2019/12/pisa.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER

Fundo eleitoral não pode prejudicar áreas prioritárias no orçamento, diz Maia Congresso planeja inflar para R\$ 3,8 bilhões fundo público que financia campanhas eleitorais

São Paulo

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse nesta sexta-feira (6) que o aumento do fundo eleitoral, em discussão no Congresso, não pode afetar áreas essenciais do orçamento federal.

Maia afirmou que os congressistas precisam explicar à sociedade de quais fontes sairão os recursos para o eventual aumento do fundo eleitoral. Mas disse que a sociedade nunca ficará satisfeita em relação aos valores desse tipo de financiamento público.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/12/fundo-eleitoral-nao-pode-prejudicar-areas-prioritarias-no-orcamento-diz-maia.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Matrículas em cursos de especialização crescem 74% em quatro anos

Busca por qualificação profissional e indenizações por demissão são motivos apontados por instituições de ensino

São Paulo

Em um período de fraco desempenho da economia, disparou no país a procura por cursos superiores de especialização, mais ligados ao aperfeiçoamento profissional.

De um total de 683 mil alunos em 2016, eles passaram a ter 1,19 milhão em 2019, um crescimento de 74% em apenas quatro anos.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/12/matriculas-em-cursos-de-especializacao-crescem-74-em-quatro-anos.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Fuvest 2020: confira a nota de corte para a segunda fase do vestibular

Os cursos de medicina ocupam as três maiores notas do certame

São Paulo

A Fuvest, responsável pelo processo seletivo da USP (Universidade de São Paulo), divulgou nesta sexta-feira (6) a nota de corte do vestibular para a segunda fase do processo seletivo 2020. Confira aqui.

Os cursos de medicina ocupam as três maiores notas do certame. A medicina em São Paulo atingiu nota 78. No interior, tanto o curso ofertado em Ribeirão Preto como o de Bauru atingiram 75 pontos.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/12/fuvest-2020-confira-a-nota-de-corte-para-a-segunda-fase-do-vestibular.shtml?origin=folha>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES

O Pisa e o futuro da educação

Em vez de discutir a questão em termos técnicos, Jair Bolsonaro fez comentários genéricos.

No dia seguinte à divulgação dos resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês), que voltou a comprovar a má qualidade do sistema brasileiro de ensino básico, o presidente Jair Bolsonaro fez o que os especialistas em educação mais temiam.

Em vez de discutir em termos técnicos um problema que pode comprometer a emancipação intelectual e social das próximas gerações e pedir ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, a formulação de uma política que defina prioridades para o setor educacional, Bolsonaro optou por fazer comentários genéricos. Mas, em primeiro lugar, confundiu ensino fundamental com ensino médio e este com ensino superior. Em segundo lugar, invocou argumentos ideologicamente enviesados. E, em terceiro lugar, tentou atribuir a responsabilidade pelo baixo nível do ensino brasileiro ao educador Paulo Freire, falecido em 1997. “O Ministério dele

tem quase 300 mil servidores. As universidades têm autonomia. O Ministério eu jamais aceitaria ir para lá (sic). Ele (Weintraub) tem habilidade, competência, tem formação compatível para isso. Mas é um Ministério que tá ali (sic), pode explodir de uma hora para outra, dada a sensibilidade dos mesmos (sic)”, disse Bolsonaro. Ao tratar do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), justificou os maus resultados atacando Paulo Freire. “Não deu certo. Os caras seguiam a máxima de Lenin, não tome quartéis,

tome escolas. Isso não é obsessão minha, uma doença, psicose, é uma realidade, os números estão aí”, concluiu.

Diante de comentários tão confusos e desastrosos, vários especialistas em educação não esconderam seu temor. Com base num relatório elaborado por uma comissão da Câmara dos Deputados, afirmaram que, em matéria de ensino, 2019 foi um ano perdido. Entre outros motivos, por causa da falta de foco e de planejamento do MEC, da inépcia da máquina administrativa, da inexistência de articulação entre a União e os Estados e municípios, do baixo apoio financeiro à rede escolar pública e da alta rotatividade nos cargos comissionados, uma vez que a maioria dos nomeados foi indicada mais por critérios políticos, ideológicos e religiosos do que pedagógicos.

Os mesmos especialistas também alegam que, pelo que mostrou nos quase nove meses em que está à frente do MEC, o titular da pasta deixou claro que não conhece educação e que não tem assessoria competente. E, numa demonstração de que não tem planos, perdeu tempo discutindo questões de menor relevância, como a expansão da rede de escolas militares, limitou-se a olhar para o passado, criticando as gestões petistas, sem se preocupar com o futuro – principalmente com relação ao ensino fundamental e médio.

Por isso, vai se disseminando nos meios educacionais a ideia de que, no que depender do governo do presidente Jair Bolsonaro, as pontuações obtidas pelo Brasil na próxima edição do Pisa, a ser realizada em 2021, serão ainda piores do que as registradas na edição de 2018.

“Mantida a rota adotada pelo atual governo, que não investe em professores e na atratividade da docência, o Brasil perderá posições no próximo ranking do Pisa”, afirma a presidente executiva do movimento Todos pela Educação, Priscila Cruz. “Sem um projeto de longo prazo, que pense na valorização dos professores, na atratividade da carreira e na formação inicial e continuada dos profissionais da área é difícil ter boas expectativas”, diz o professor Gregório Durlo Grisa, do Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

A valorização da carreira docente foi, justamente, o maior determinante do sucesso de todos os países que estão no topo do ranking do Pisa e dos países latino-americanos que mais avançaram na edição de 2018. Já entre nós, o presidente Bolsonaro e o ministro Abraham Weintraub não perdem oportunidade para criticar e desqualificar. Nesse cenário, como a educação brasileira pode ter um futuro promissor?

topo ↕

O GLOBO - RJ - MERVAL PEREIRA

Questão de prioridade

Por que parlamentares consideram financiamento da eleição prioritário em relação aos setores carentes?

A reação negativa da opinião pública com o aumento do Fundo Eleitoral para a campanha municipal do próximo ano já está provocando uma movimentação entre os parlamentares para tentar demonstrar que nenhuma área fundamental do serviço público será afetada, como se teme. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, chamou a atenção para a importância desse esclarecimento, “narrativa” que considera a mais importante. Maia acrescentou que “independentemente do valor, (...) o importante é que você mostre à sociedade que isso não está sendo em detrimento de nenhuma área

fundamental do orçamento público”.

De fato, o caso é menos escandaloso do que parecia, mas ainda assim merece críticas que devem ser levadas em conta quando a Lei Orçamentária Anual (LOA) for debatida para aprovação final de deputados e senadores.

O que há até o momento é uma proposta de orçamento da Comissão Especial Mista. As verbas para educação, saúde, saneamento, cortadas na proposta que veio do ministério da Economia, serão realocadas pelos próprios parlamentares, um procedimento que é seguido desde 2006, para que o Orçamento possa contemplar as emendas dos relatores setoriais (55%), emendas de bancadas (25%), emendas de comissão (15%) e emendas do relator-geral (5%).

Depois que as emendas parlamentares passaram a ser impositivas, o Orçamento apresentado pelo governo transformou-se em uma proposta que pode ser modificada pelos parlamentares. O relator, deputado Domingos Neto, garante que o aumento do Fundo Partidário não retirou verba de nenhum setor do governo, muito menos da área social.

O que aconteceu, segundo ele, é que na proposta do Ministério da Economia não estava previsto um excedente de R\$ 7 bilhões de dividendos das estatais, o que deu margem para aumentar o Fundo Partidário em R\$ 1,5 bilhão.

O fundo, que serve para financiar as campanhas eleitorais e é distribuído proporcionalmente à bancada eleita dos partidos em 2018, já havia recebido um reforço do governo de cerca de 50%, em relação ao gasto na eleição de 2018, e foi turbinado com esse dinheiro dos dividendos das estatais, passando a ser de R\$ 3,8 bilhões para as eleições municipais.

O deputado Rodrigo Maia, ao mesmo tempo em que adverte que é preciso esclarecer à sociedade de onde vem o dinheiro, faz uma ressalva: “Eleição é cara, é preciso financiar a democracia”. Reflete a posição da maioria de seus colegas, já que nada menos que 13 partidos votaram a favor do aumento do Fundo Eleitoral.

A questão a ser discutida é por que deputados e senadores consideram o aumento do financiamento da eleição prioritário em relação aos setores carentes do país, como, nunca é demais repetir, saúde, educação, saneamento?

É mais fácil explicar a blindagem que o presidente Jair Bolsonaro fez nas áreas de defesa e ciência e tecnologia na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Ele protegeu essas áreas, que tocam projetos estratégicos como o submarino nuclear, a compra dos caças FX-2, que não poderão ser contingenciadas. O Ministério da Ciência e Tecnologia, que teve uma redução orçamentária, em compensação poderá usar toda a sua verba sem perigo de contingenciamento, o que garantirá que este ano, por exemplo, as bolsas de estudos serão pagas em dia. É o drama do cobertor curto, diante de tantas necessidades prioritárias num país que está em depressão ou estagnado.

O relator da Comissão Mista, deputado Domingos Neto, define assim a questão: “O governo agora tem que entender que o Orçamento é do Congresso, e não do Planalto”. E os parlamentares têm que entender que serão os culpados por distorções no Orçamento,

e muita gente pode continuar acreditando que esse R\$ 1,8 bilhão de excedentes dos dividendos das estatais seria mais bem aplicado em setores essenciais como saúde, educação, saneamento. Ficando de tamanho razoável um fundo eleitoral de R\$ 2,5 bilhões proposto pelo governo. E a realocação das verbas para os setores sociais sensíveis terá que ser feita de maneira criteriosa, inclusive os R\$ 5,2 bilhões que sobraram dos dividendos.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE EM BUSCA DA ESPECIALIZAÇÃO

Crise e medo de desemprego levam a aumento de 74% de alunos em cursos lato sensu

Crise econômica e medo do desemprego têm aumentado a busca por programas de pós-graduação lato sensu no Brasil. De 2016 a 2019, o número de alunos que frequentam cursos de especialização de nível superior subiu 74%. O crescimento foi puxado pela especialização na rede privada, que registrou expansão de 80% —contra 41% na rede pública — e pelo Ensino à Distância (EaD).

Já são 1.187.457 alunos em especializações de nível superior no país — há quatro anos, eram 683.053 —divididos em mais de 73 mil cursos. Os dados são do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp), que apresentou ontem uma pesquisa inédita sobre cursos de especialização lato sensu no Brasil. O estudo mostra ainda que os alunos têm rendimento médio mensal de R\$ 4,6 mil, valor 150% maior do que a média dos que fazem graduação.

OFERTA MAIOR

Segundo o diretor-executivo do Semesp e coordenador geral do estudo, Rodrigo Capelato, o aumento surpreendeu os pesquisadores: — Chama a atenção porque, geralmente, em países mais desenvolvidos, a educação é acíclica. Nos momentos de crise econômica, as pessoas procuram mais por educação porque ficam preocupadas com o desemprego. No Brasil sempre foi o contrário. Na crise, aqui se perde aluno por falta de capacidade de pagar (pelos cursos).

Para Capelato, há ainda outras motivações, como a busca da especialização para se atualizar na área profissional ou aumentar as chances de empregabilidade.

É o caso de Ana Beatriz Brito, de 24 anos, que emendou a graduação em Marketing, Publicidade e Propaganda com uma pós em Comunicação Digital na Universidade Estácio de Sá no intuito de conseguir uma vaga na área.

— Vi que só a graduação não era suficiente para trabalhar nessas áreas. Com MBA tenho mais chance de conseguir um emprego. Não tenho experiência na área, mas o meu curso tem muita atividade prática. Isso me deixa mais preparada para o mercado — acredita a estudante, que atualmente trabalha como assistente administrativa em uma empresa.

Hoje há aproximadamente duas mil instituições de ensino que oferecem especialização de nível superior nas modalidades presencial e EaD. E mais de 90% delas, 1.868 instituições, são privadas.

— A oferta é muito maior de cursos de especialização do que mestrado e doutorado. Estes são difíceis de conseguir abrir, a **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, do Ministério da Educação) é extremamente rígida, e tem de ser mesmo. Mas a oferta é menor, e as vagas são restritas, com mais concorrência. E a especialização é focada no mercado de trabalho —diz Capelato.

No mesmo período avaliado, o número de alunos em cursos de mestrado e doutorado stricto sensu não apresentou aumento tão significativo: o crescimento foi de 18% no mestrado e 9% no doutorado. Considerando a população com 24 anos ou mais, estima-se que 5,7 milhões de pessoas tenham concluído um curso de especialização de nível superior de 2016 para cá. No mestrado, são 918 mil e, no doutorado, 384 mil. — Ainda existe um funil imenso até a educação superior —diz Capelato. —Se considerarmos que 55 milhões de pessoas têm até o ensino fundamental no país, e 5,7 milhões concluem uma especialização, podemos dizer que, a cada dez pessoas que começam o ensino fundamental, apenas uma faz uma pós lato sensu. E apenas 0,3 chega a um doutorado.

No aumento pela especialização, cresceu também a modalidade de Ensino à Distância (EaD). Até 2018, o número de alunos em EaD aumentou 125%, com um a cada três alunos estudando nessa modalidade. — O EaD se encaixa melhor ainda na pós. O público da graduação que faz o EaD é mais velho, acima de 30 anos ou mais, que, por sua vez, também é justamente a idade de quem faz pós-graduação —diz Capelato.

EXIGÊNCIA CADA VEZ MAIOR

Doutora em Educação pela PUC-Rio, Andrea Ramal defende que toda formação ajuda no mercado de trabalho. No entanto, ela ressalta que o MBA já teve mais peso no currículo.

— Como muita gente já tem (MBA no currículo) , os profissionais agora estão buscando níveis cada vez mais acima para competir — afirma ela, para quem uma das vantagens da especialização é o aprofundamento de temas proporcionado nesses cursos: — Nesse tipo de pós-graduação tem que escolher um tema de pesquisa, apresentar trabalhos mais aprofundados, e isso pode coincidir com os interesses de certas empresas —explica. A pesquisa do Semesp traça ainda um perfil dos alunos que frequentam cursos de especialização. As mulheres são maioria (62,6%), e 88% estudam em instituições privadas. O estado de São Paulo reúne 24% dos alunos, seguido por Minas Gerais (11%). Rio de Janeiro, Bahia e Paraná empatam, com 7% cada um. A região Sudeste concentra 44% do total de estudantes lato sensu.

[topo](#)

ISTOÉ - SP - BRASIL

A cultura é maior que os partidos ideológicos

Entrevista

Fabio Szwarcwald Gestor de Cultura

Fabio Szwarcwald fez uma gestão exemplar como diretor da Escola de Artes Visuais (EAV) do Parque Lage, no Rio de Janeiro, no biênio 2017-2018. Em um estado arruinado, ele criou um programa de formação gratuita, que beneficiou 264 alunos com bolsas de estudo integral – 25 para artistas vindos das periferias. Arrecadou R\$ 1 milhão em crowdfunding para a remontagem da exposição Queermuseu, censurada em Porto

Alegre em 2017. Também captou R\$ 4 milhões em uma programação de cursos. Mesmo assim, em 21 de novembro, foi exonerado pelo Secretário Estadual da Cultura e Economia Criativa, Ruan Lira, após um processo que não confirmou irregularidades. Na quarta-feira 4, por sua vez, Lira foi afastado, deixando um saldo de realizações menos edificantes, como ter empenhado apenas 2% do orçamento previsto neste ano aos equipamentos culturais do Rio, segundo um estudo divulgado pela Comissão de Cultura da Assembleia. Com uma bagagem de 22 anos de experiência em operações financeiras, Szwarcwald fala à ISTOÉ sobre o modelo de gestão privada que desenvolveu em uma das mais tradicionais instituições culturais públicas do Rio de Janeiro.

Como você vê a migração do secretário da Cultura para a Casa Civil, depois de ele o ter exonerado do cargo de diretor da EAV Parque Lage, sem comprovar nenhuma irregularidade?

Eu soube que a Comissão de Cultura da Alerj já estava há muito tempo em cima do secretário, desconfortável com várias ações que ele vinha tomando sem clareza, sem transparência, sem explicar motivo ou estratégia. Acho que a sua exoneração se deve ao modo como ele estava conduzindo a pasta. Ele não repassava dinheiro nenhum para os equipamentos. Para o Theatro Municipal, ele passou só R\$ 1 milhão este ano. Isso diante de um orçamento de mais de R\$ 30 milhões. Para a Casa França-Brasil, a Sala Cecília Meireles e o Parque Lage, não repassou nada. E alguém da iniciativa privada, que estava fazendo algo que era fundamental, que ele não fez, foi exonerado sem motivo, com insinuações falsas.

Depois de o processo não apontar irregularidades, foi alegado que a relação com você “tornou-se irremediável e sem sintonia”. Como estava a parceria com a Secretaria de Cultura?

Em dez meses, o secretário foi à escola uma única vez, para a abertura da exposição do Museu de Arte Naïf. Nunca mais pisou na escola, mesmo que a EAV seja um dos principais equipamentos dele. Nem ele, nem o superintendente de artes, nem ninguém. Eu sempre prestei contas. Fiz um livro com relatório de gestão em 2017 e 2018 e entreguei na mão dele. Desde que entrei na EAV, há dois anos e sete meses, o estado não bota nada na escola. Investi R\$ 4 milhões, dinheiro que captei. O que o Estado coloca por mês hoje são R\$ 180 mil, no máximo, para pagar água, luz, segurança e limpeza do Parque Lage. Nem limpeza interna eles pagam mais. Neste ano, ele reduziu meu salário duas vezes. Meu projeto na escola iria finalizar quando eu captasse R\$ 42 milhões para restaurar o Parque Lage. Mas ele não quis assinar, dizendo que não tinha uma dotação orçamentária para esse fim. Eu falei que buscava o dinheiro. Consegui acabar o projeto executivo, falei com investidores, tinha gente querendo. Fui afastado justamente no mês de captação da Lei Rouanet. Não dá para entender a cabeça de um cara desses. O que imaginei é que eles quisessem replicar o modelo para outros equipamentos do estado que não estavam funcionando. O que aconteceu foi uma caça às bruxas.

Uma de suas primeiras ações na EAV foi enfrentar o conservadorismo e remontar a exposição Queermuseu. Houve tentativa de ingerência na programação?

Não, a curadoria nunca sofreu intervenção. Foi uma questão pessoal comigo. Eles diziam que eu aparecia muito nos jornais! O Queermuseu recebeu 40 mil pessoas em 28

dias, a exposição de Arte Naïf, 32 mil pessoas em 56 dias, e a Campo, mais de 40 mil pessoas em 58 dias. As três exposições, gratuitas, receberam 112 mil pessoas, sem contar as crianças. Se eu cobrasse R\$ 10 o ingresso, faria uma diferença enorme para o caixa da Escola, mas aí entra o caráter social do projeto. Isso fortaleceu a escola, que virou um lugar muito democrático e plural. Com o Queermuseu, a gente fez 25 apresentações de grupos musicais LGBTs, contratou 15 trans para trabalhar no programa público da exposição. Elas nunca tinham entrado num museu. Conseguimos trazer muita gente que nunca tinha entrado ali porque achava que aquilo era um palácio, um lugar que não pertencia a eles. Meu trabalho foi garantir esse pertencimento. Isso deu força e visibilidade à Escola. Eu fiz uma clipagem: em 2 anos e 6 meses foram R\$ 85 milhões em mídia espontânea. Positiva! Sem contar capa do jornal The New York Times duas vezes, matéria no Le Figaro, Artsy, Art News. Todas aquelas revistas internacionais publicaram matérias do Queermuseu.

Como você conseguiu convidar a iniciativa privada a apoiar um equipamento público com sérios problemas financeiros e endividado?

Quando o André Lazaroni (Secretario Municipal da Cultura do governo Sérgio Cabral Filho) me chamou para trabalhar no Parque Lage, disse que não tinha dinheiro para me repassar, pois o estado estava quebrado. Se fosse uma empresa, a EAV estaria em recuperação judicial, porque não pagava funcionários havia quatro meses. Ele falou: “Olha, assume isso, que você é bom gestor e vai resolver”. Eu falei com todos os meus amigos, que disseram: “Você é louco de assumir esse negócio. Não tem condição nenhuma de dar certo. O estado não vai pôr dinheiro, tem dívida antiga de R\$ 1,8 milhões com outros fornecedores.” Eu entrei e muita gente questionou isso, dizendo “como é que um cara de mercado financeiro, que não entende nada de Cultura, vai tocar uma escola?” Fiquei quieto e falei que ia trabalhar. Assumi aquilo nessa situação. Comecei a fazer um trabalho de saneamento das finanças, desenvolver novos projetos e novo modelo de captação. A gente começou a fazer um trabalho muito ligado à independência financeira. E deu supercerto. Veja bem: se os equipamentos tem que conseguir se sustentar e o governo quer reduzir a máquina. Eu consegui me sustentar. Se os equipamentos tem que cortar funcionários públicos para se tornarem eficientes, tudo bem, assumo todos eles: 100% dos funcionários da escola recebem da AMEAV (Associação de Amigos da Escola de Artes Visuais). Eu era o único funcionário público dentro da Escola. Se era preciso fazer um trabalho social, tripliquei o número de bolsas de estudo. Aumentei em 20% o número de alunos pagos. A Escola virou superavitária. Aumentou a visitação em 20%: a gente recebeu 50 mil pessoas por mês. É o quarto equipamento cultural mais visitado do Rio de Janeiro. Perco para o MAR, o Museu do Amanhã e do Aquário. Na minha gestão, a Escola saiu de um déficit mensal de R\$ 70 mil a 100 mil por mês para um superávit de R\$ 20 a 30 mil mensais. O lugar nunca teve tanta programação gratuita, exposições tão importantes – e tudo de graça.

O Museu de Arte do Rio (MAR) e o Museu do Amanhã estão buscando fortalecer o fomento da iniciativa privada para continuar existindo. Esse modelo pode dar certo lá também?

Não que eu ache que o estado não tenha que colocar dinheiro. Mas, se eu dependesse do estado, não faria nada da minha programação. No atual cenário do Brasil, essa é a alternativa mais viável para conseguir manter os museus, com suas programações para serem realizadas de forma completa e permanente. A sustentabilidade cultural vem hoje

em grade parte da iniciativa privada, já que os governos têm problemas de caixa e a Cultura não é vista como prioridade. Existe uma outra visão de que esses equipamentos têm que ser sustentados sem ajuda nenhuma governamental. Não acho que isso seja correto, acho que o governo tem uma enorme responsabilidade em manter os equipamentos ativos e fortes, já que eles tem um trabalho social muito importante, como é o caso do MAR com a comunidade da Zona Portuária.

Com a sua saída da instituição, quem vai pagar as contas da Escola no próximo mês?

Eu deixei em caixa R\$ 1,3 milhão para a Ameav continuar a pagar salários. Mas, com a minha saída, outros R\$ 800 mil reais não serão mais investidos. Então esse caixa vai durar oito meses. Os conselheiros já pediram a renúncia. Aí eles vão ter que criar outra associação de amigos. Se não entrar ninguém, a Escola vai parar. Eles acham que o equipamento por si só se financia, mas não é bem assim. São pessoas. É o legado da pessoa que está a frente da gestão é que faz a diferença. Qual era meu projeto? A Escola está totalmente montada. Ela tem caixa, tem um programa fechado para 2020, tem funcionários, captação em lei aberta e investimento. Estava me preparando para passar esse bastão depois de captar esses R\$ 42 milhões para o restauro da escola, que era o meu sonho final.

Temos hoje uma ingerência ideológica explícita na figura do secretário especial da Cultura, Roberto Alvim, que parece ter ganho carta branca para desmontar o setor da Cultura. Como você analisa essa situação no governo federal?

Vejo com preocupação muito grande porque a Cultura é maior do que partidos ideológicos. Todos nós retrocedemos com isso. Acho que a diferença de ideias é fundamental num país que quer crescer. Numa empresa também. A heterogeneidade é importante porque traz discussões criativas. Um país tão aberto, tão liberal, tão plural como Brasil sempre foi uma referência na arte e na música.

Essa primeira experiência na gestão pública foi um conhecimento adquirido?

Com certeza. Foi um MBA que não tem preço! E o secretário só me ajudou com isso. Todo mundo viu meu trabalho por causa da situação em que ele me colocou. Só me pôs em evidência. Agora posso fazer algo até maior, porque já entreguei. Muita gente fala, fala, mas não entrega.

Você pretende continuar na vida pública? Você pensa em assumir uma carreira política?

Isso é para ser levado, não é para pedir. Se não, você não tem força. Se você pedir, está morto. Porque aí você tem que negociar e eu não sou uma cara de negociar dessa forma. Eu não quero. Estamos montando uma associação, a Frente pela Cultura, para ajudar a viabilizar as atividades dos equipamentos culturais do Rio de Janeiro a sobreviver sem apoio todo do estado. Vai ser um movimento bacana, forte e importante.

topo ↕

ISTOÉ - SP - BRASIL

Mercosul na mira do Ernesto

Por que o chanceler brasileiro Ernesto Araújo e demais membros do governo atacam os parceiros comerciais mais importantes e se isolam do bloco

Na quinta-feira 5, aconteceu a 55ª cúpula dos líderes do Mercosul em Bento Gonçalves (RS). O bloco de livre comércio, formado em 1991 por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, se reuniu para passar a presidência rotativa ao presidente paraguaio, Mario Abdo Benítez. Estiveram presentes ao evento, além de Benítez, os presidentes do Brasil e da Argentina, Jair Bolsonaro e Mauricio Macri, além de representantes da Colômbia, Equador, Peru e Suriname.

A reunião teria tudo para ser tranquila, já que aparentemente reina a paz no bucólico Vale dos Vinhedos. O Brasil poderia exaltar as vantagens de que goza com os parceiros, sobretudo o mais importante, a Argentina. Bolsonaro poderia dizer que o Brasil é superavitário em relação ao bloco, embora perca para os argentinos. Segundo o governo, em 2018 o País exportou para o Mercosul US\$ 20,83 milhões, enquanto importou US\$ 7,48 milhões. Mas o clima resultou tenso, por causa do país mais poderoso.

Desde meados de novembro, membros do governo trataram de atacar o Mercosul. O mais eloquente e agressivo foi o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo. “O Mercosul não é apenas um nome, uma bandeira hasteada. Se o projeto é desvirtuado, precisa ser repensado”, afirmou, respondendo a Paula Espanol, conselheira econômica do presidente eleito da Argentina, Alberto Fernández, ao elogiar as medidas protecionistas realizadas no governo de Cristina Kirchner, vice-presidente eleita.

Araújo repetiu os ataques na abertura da 55ª Cúpula. “Acabou o Mercosul protecionista e ineficaz”, discursou. “Não voltaremos às cavernas. O Mercosul deixou de ser um freio e passou a ser um acelerador. Um Mercosul fechado, mal posicionado, que não produz resultados, como garantia de atraso e bandeira de isolamento, não é o que desejamos. O Brasil está pronto para continuar trabalhando com todos por um Mercosul à luz do Sol, e não na caverna. Construir pontes com espírito construtivo, pragmático. Não queremos construir pontes com um passado recente e desastroso.”

Antipatia especial

Nenhum dos participantes parece ter se espantado com a posição do Brasil. Afinal, ainda em novembro, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, já havia anunciado que o País deixaria de integrar as reuniões na área educacional do bloco. “A razão é que, após 28 anos, não há resultados concretos, objetivos para a gente mostrar, e a despesa e o custo foram elevadíssimos em diárias, passagens, hospedagem, tempo, esforço despendido”, afirmou.

Como se não bastasse, Bolsonaro dedica antipatia especial ao bloco, sobretudo ao peronista Fernández. Ele não cumprimentou o presidente eleito argentino e disse que não irá a sua posse, dia 10, em resposta ao apoio de Fernández ao ex-presidente Lula. Com a proximidade da cúpula, porém, os dois presidentes prometeram manter relações amistosas, ainda que distantes. Bolsonaro chegou sorridente a Bento Gonçalves e cumprimentou efusivamente o presidente paraguaio, de direita.

Os governantes e representantes de outros países se perguntam por que o Brasil está se isolando do restante do bloco. Não é interesse do governo, já que o Mercosul fechou este ano um histórico acordo de livre comércio com a União Europeia.

Segundo especialistas, como Maurício Santoro, professor de Relações Internacionais na

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), trata-se de uma atitude pragmática. “Pode ser uma maneira de pressionar a Argentina a adotar uma posição mais liberal no comércio internacional”, disse.

Ainda assim, por mais que Ernesto Araújo e correligionários arreganhem os dentes contra os vizinhos, estes permanecerão ligados cultural e territorialmente ao Brasil por um tempo bem mais longo do que um ou dois mandatos.

topo ↕

ISTOÉ - SP - BRASIL

A tragédia da educação

Nível de desempenho em matemática, ciências e interpretação de texto dos estudantes brasileiros no Pisa está entre os piores do mundo, não evolui há dez anos e compromete o futuro do País

A educação vai de mal a pior no Brasil. As escolas estão ensinando menos do que o necessário e os alunos não estão aprendendo o suficiente. O modelo de ensino adotado no País vem se mostrando pouco eficaz e improdutivo e vai comprometer o desenvolvimento econômico futuro. A última pesquisa divulgada pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), aponta que os últimos dez anos foram de estagnação no nível de desempenho escolar dos alunos brasileiros. O levantamento, referente a 2018, envolveu 600 mil alunos do ensino médio de 79 países, todos na faixa etária de 15 anos. Os estudantes foram avaliados em matemática, ciências e em capacidade de leitura. O Brasil, onde 10,7 mil alunos de 638 escolas fizeram as provas do Pisa, perdeu posições em matemática, ficando em 70º lugar, e em ciências, situando-se na 66º posição. Em leitura houve uma ligeira melhora e os estudantes locais ficaram em 57º lugar. Na média geral, o País ficou entre os 20 países com pior avaliação. As notas brasileiras ficaram muito abaixo dos alunos dos países da OCDE, considerados referência em qualidade de educação.

Proficiência mínima

Em matemática, enquanto a média dos países desenvolvidos chegou a 489 pontos, o Brasil atingiu pífios 384 pontos. Em ciências, a pontuação brasileira atingiu 404 pontos, ante 489 dos países da OCDE. E em leitura, a nota local foi de 413 e a dos países com melhor desempenho alcançou 487 pontos. Os resultados do Pisa indicam que 43% dos estudantes brasileiros estão abaixo do nível 2, considerado a proficiência mínima da OCDE em matemática, ciências e leitura. Entre os países da OCDE, apenas 13,4% dos alunos apresentaram esse fraco desempenho. As melhores notas da avaliação foram alcançadas por alunos da China, Cingapura, Macau e Hong Kong. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, bem ao seu estilo avacalhador, se eximiu de responsabilidade pela baixa classificação brasileira no Pisa. Segundo ele, a “culpa é integralmente do PT”. “Esse governo não tem nada a ver com o Pisa”, diz.

Escolas públicas

Para o professor do Insper Sérgio Firpo, especialista em economia da educação, os resultados do Pisa refletem a baixa qualidade do ensino no País, especialmente nas escolas públicas. “A gente está muito abaixo de onde poderia estar”, diz Firpo. “Se essa situação se eternizar, boa parte de nossa população estará condenada a trabalhos com baixíssima produtividade, o que afetará nosso desenvolvimento econômico nos próximos anos”. Para Firpo, a precariedade do ensino é uma das razões da desigualdade social. Quatro entre dez adolescentes brasileiros atualmente na escola são incapazes de

identificar a ideia principal de um texto, interpretar gráficos, resolver problemas com números inteiros e de entender um experimento científico elementar.

Apesar dos números ruins da educação brasileira e das barreiras para a inclusão escolar dos alunos de baixa renda, a OCDE destacou que o País conseguiu aumentar consideravelmente o número de adolescentes matriculados nas escolas sem que isso tenha levado a uma queda da nota média dos estudantes avaliados. Desde 2000, o Brasil tem apresentado aumento na atração de alunos no ensino fundamental. Entre 2003 e 2012, o País garantiu a permanência de mais de 500 mil estudantes de 15 anos no sistema de ensino. Mesmo assim, os números de evasão escolar ainda assustam. Quatro em cada dez brasileiros de 19 anos não terminaram o ensino médio no ano passado. Mais da metade dessa população que deixou a escola parou de estudar no ensino fundamental. Esses estudantes poderiam, por exemplo, estar fazendo cursos técnicos e se aprimorando em alguma especialidade.

Segundo Firmo, para reverter a situação, o ensino médio deveria ter um currículo mais interessante e um conteúdo mais atraente para os jovens estudantes. “Uma coisa que a gente faz pouco no Brasil é copiar modelos internos de sucesso, como o de Sobral (CE)”, diz o professor. Esse seria um caminho para melhorar a educação no País: copiar as experiências que dão certo “Outro grande problema é a falta de estrutura e de gestão das escolas e das redes de ensino”. O Brasil tem que fazer a lição de casa e dar um salto de qualidade na educação. Vamos ver se o atual governo será capaz de melhorar a nota dos alunos brasileiros no Pisa daqui a três anos.

Quatro em cada dez brasileiros de 19 anos não terminaram o ensino médio no ano passado. Mais da metade desses jovens parou de estudar no ciclo fundamental

[topo](#)

ISTOÉ - SP - ECONOMIA

Grotescos no poder

Entre declarações falaciosas e o mais puro delírio, o presidente Bolsonaro foi denunciado no Tribunal Penal Internacional por genocídio indígena, enquanto integrantes de seu governo negam a História e o senso comum, atacam minorias, defendem autoritarismos e apelam para teorias conspiratórias. Parte é pura ignorância, mas há cortinas de fumaça

Desde o princípio do governo de Jair Bolsonaro, os brasileiros — e o mundo — assistem a um aparelhamento ideológico descontrolado tanto no núcleo como nas periferias do poder. A República foi tomada por algumas figuras lunáticas que se dedicam a pregações apocalípticas e insanas, como se o papel central de um governo fosse reescrever a história e negar o senso comum, em vez de prover condições ao desenvolvimento e a prosperidade de seus cidadãos. A cada semana, os noticiários e as redes sociais são inundados por diferentes declarações, iniciativas e críticas desrespeitosas contra negros, mulheres, indígenas, gays, estudantes, pesquisadores, ambientalistas e artistas. As afirmações mais pesadas e ofensivas costumam recair sobre o conjunto de brasileiros pobres e indefesos.

A conta da barbárie, todavia, não tardou a chegar. No final de novembro, o presidente Jair Bolsonaro foi denunciado no Tribunal Penal Internacional (TPI), em Haia, por incitar o genocídio de povos indígenas. A documentação foi entregue pela Comissão Arns e pelo Coletivo de Advocacia em Direitos Humanos (CADH), diante do desmonte proposital dos aparatos de fiscalização ambiental e de proteção aos povos indígenas.

Não é pouca coisa. O documento foi assinado por dois ex-ministros da Justiça, José Carlos Dias e José Gregori. Bolsonaro pode até não ser julgado, mas já está em uma posição que foi ocupada por figuras tenebrosas, como o croata-bósnio Radovan Karadzic, o congolês Thomas Lubanga Dyilo e o ruandês Jean Kanbanda — todos condenados por crimes de guerra, de genocídio e contra a humanidade.

O festival de desrespeito ao próximo também têm consequências por aqui. O ex-jornalista Sérgio Camargo teve sua nomeação à presidência da Fundação Cultural Palmares suspensa pela Justiça na quarta-feira 4. Filho do escritor e militante da causa negra Oswaldo de Camargo, Sérgio foi pinçado a dedo das redes sociais por afirmar que a escravidão foi “benéfica”, que os negros são manipulados pela esquerda e que Zumbi dos Palmares hoje seria “bandido ou defensor de bandido”.

Analfabetos e fanáticos

Autoproclamado de direita e bolsonarista fanático, o homem que deveria dirigir uma entidade voltada à valorização da influência de matriz africana sobre a sociedade brasileira é contrário ao Dia da Consciência Negra. Ele demonstra também uma total falta de empatia com a memória e a família da deputada estadual Marielle Franco, emboscada e assassinada no Rio, em 2018, em um caso de repercussão internacional. Para ele, Marielle foi uma “mulher sem valor”, uma mestiça que se passaria por negra para se fazer de vítima e que “morreu para ficar atormentando os vivos”, escreveu em novembro. O produtor musical Wadico Camargo não perdoou: “Tenho vergonha de ser irmão desse capitão do mato”. Felizmente, Camargo poderá se defender sem ter de acionar a justiça congoleza, para onde sugere que seus desafetos cobrem reparações.

As barbaridades permitem até promoções aos que não perdoam nem sequer figuras vivas de grande estatura. Furioso com a atriz Fernanda Montenegro, que em setembro posou para uma revista como bruxa prestes a ser imolada em uma fogueira de livros, o então diretor da Funarte Roberto Alvim a classificou como “sórdida” e de uma “canalhice abissal”. A foto era uma referência às tentativas de censura do governo. Em novembro, Alvim foi nomeado secretário especial de Cultura, cargo equivalente ao de ministro. É como se o governo recrutasse propositalmente os mais delirantes e alheios. Presidente da Biblioteca Nacional, Rafael Nogueira reclamou, em 2017, que livros didáticos com citações a Caetano Veloso e outros explicaria o analfabetismo dos brasileiros. Mas não explicou qual a relação do autor de “Língua” com o problema. Ele tampouco explicou o que pretende fazer na fundação. Formado em direito e com pós-graduação em Educação, Nogueira enfrenta a resistência dos funcionários e pesquisadores por desconhecer a natureza do trabalho de conservação bibliográfica. Ele foi indicado por Roberto Alvim. Do mesmo modo, o maestro Dante Mantovani subiu ao pódio da Funarte. Outro que gosta de publicar suas opiniões questionáveis e heterodoxas, pelo menos Mantovani não chega a ofender ninguém diretamente. Em vídeo, afirmou que os Beatles eram comunistas, que o rock alimenta o satanismo, que a CIA distribuiu LSD em Woodstock. Sua contribuição à cultura foi a divulgação do neologismo “terrabilistas”, que descreve os que acreditam na esfericidade do planeta. Não dá para saber se está brincando.

Depilação de virilha

Já a ministra dos Direitos Humanos, Damares Alves, delira — ou interpreta bem. Em um áudio que correu esta semana por grupos de WhatsApp, ela descreveu uma visão que teve enquanto rezava. Como se estivesse recitando de memória alguma centúria de

Nostradamus, relatou que Bolsonaro é alvo de feitiçarias 24 horas por dia. É uma ladainha sangrenta que fala de ventres de bebês abertos e potes de sangue que, em tom gutural e alguma rima, virariam uma letra de heavy metal capaz de humilhar Ozzy Osbourne. Como sempre, diz que a salvação está na igreja. Não falou dos indígenas mortos no Amapá por garimpeiros, nem da violência contra a mulher. A principal ligação do governo com os povos nativos parece ser por meio da indígena Ysani Kalapalo, do Xingu, que se diz “90% de direita”, que as queimadas são meros acidentes e que há índios baderneiros em Brasília. Kalapalo também posta vídeos sobre a depilação de virilhas femininas e os efeitos positivos da vida sem calcinhas. Algo que contrariaria a ministra, que já afirmou que estupros ocorrem porque muitas brasileiras não usam roupa de baixo.

Paulo freire feio

Essa falta impudica de espírito público é uma lacuna que abre espaço para um vale tudo sectário e obscurantista em nome do poder — ou só de um cargo e suas benesses. Estudioso do liberalismo e da democracia representativa, o pensador Alexis de Tocqueville afirmava, lá no início do século XIX: “A saúde de uma sociedade pode ser medida pela qualidade de funções desempenhadas por seus cidadãos”. Pior faz o ministro da Educação, Abraham Weintraub. Ele criou uma relação tóxica com reitores, educadores e estudantes ao afirmar ao Jornal da Cidade Online, em novembro, sem a menor fundamentação, que há vastas plantações de maconha em algumas universidades públicas: “A ponto de ter borrifador de agrotóxico”. A associação de reitores pede na Justiça uma retratação. Na terça-feira 3, descontente com os resultados do Brasil nas avaliações internacionais, Weintraub afirmou que a culpa do baixo desempenho dos alunos brasileiros é do educador Paulo Freire, que morreu em 1997. Freire desenvolveu um método de alfabetização de adultos em 1963 e é um dos educadores mais respeitados do mundo. Mas, para Weintraub, Freire é apenas “feio de doer”.

O ministro deveria saber que as técnicas do brasileiro são empregadas em escolas dos EUA, Inglaterra, Austrália e Nova Zelândia, países de economia liberal e amplos investimentos públicos na educação.

Um olhar mais distanciado e crítico indica alguma engenharia, já que todo esse caos declaratório serve como amortecedor e sedativo para obnubilar questões mais delicadas e complexas no governo. O presidente e parte de seu ministério falam barbaridades com algum conteúdo e risco, como quando Bolsonaro elogia Pinochet e Stroessner, Paulo Guedes defende o AI-5 e Ricardo Salles diz que os dados do Inpe sobre as queimadas não são confiáveis (ou tenta transferir um biólogo marinho para o sertão de Pernambuco e se reúne com notórios infratores ambientais). Um dos desastros presidenciais foi parar no STF. O jornalista Glenn Greenwald, do site The Intercept Brasil, pediu à Justiça que Bolsonaro esclareça o que quis dizer quando classificou como “malandragem” a adoção de duas crianças brasileiras. O jornalista americano é casado com um brasileiro, o que lhe dá todo o respaldo legal. Greenwald e colegas revelaram as mensagens do ministro da Justiça Sergio Moro com procuradores federais, quando este atuava como juiz da Operação Lava Jato.

Terraplanista

Esse rancor que “subestima o mercado de ideias” é o motor do populismo autoritário, conforme descrito pelo neurocientista cognitivo Steven Pinker, da Universidade de Harvard. O que aflige o Brasil seria uma vertente política sazonal que despreza o

fundamento da promoção do bem-estar geral, pois considera como parte legítima do exercício da vontade eleitoral da maioria a desconsideração pelas minorias. Para quem está no poder — e seus apoiadores —, o problema é o outro, o diferente, visto como inferior por definição e que, portanto, merece ser excluído caso não se integre. Para justificar esse ideário, recruta-se o negro racista Sérgio Camargo, a mulher machista Damares Alves, a índia alienada Ysani Kalapalo, o maestro terraplanista Dante Mantovani. Esse modo de agir acaba por avalizar as barbaridades criminosas do brasileiro comum, que acaba por se sentir autorizado a agir em público como se fosse lógico, ético e legal o desrespeito ao próximo.

Triste comédia

Foi o que ocorreu no Rio de Janeiro. Depois de gravar cenas da comédia “Juntos e Enrolados”, no domingo 24, dentro do quartel-general dos bombeiros, a atriz e humorista Cacau Protásio e os dançarinos que atuaram com ela sofreram ataques. “Mete aquela gorda, preta, f.d.p. numa farda, uma bucha de canhão daquela, com um monte de bailarino viado, quebrando até o chão”, escreveu um bombeiro militar — um agente público.

Há alguma esperança de justiça e punição. A corporação instaurou uma investigação interna. Primeiro o comando pediu que o pessoal parasse com os ataques em aplicativos de mensagens. Diante da insistência, foi aberta uma sindicância. “Ouvir tudo isso de um ser humano é horrível. Como eu posso dizer que alguém que veste uma farda tão linda tem essa postura? Como eu posso dizer que ele salva vidas?”, afirmou atriz. Foi um episódio triste e criminoso que amanhã ou depois deverá ser deixado de lado, substituído por outra vergonha de teor parecido.

topo ↕

O DIA - RJ - ESPLANADA

Escuta essa, deputado!

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, deu provas de que anda antenado, literalmente, no que falam sobre ele. Há dias, grupo de deputados federais foi ao gabinete tratar da PEC 15/2015, sobre o novo Fundo de Educação Básica, o bilionário Fundeb, repassado a prefeituras. Há divergências entre o chefe da pasta e o presidente da comissão especial, deputado Bacelar (Podemos-BA). Nada andou. Mas, na saída, numa cena constrangedora, o ministro mostrou o motivo da má vontade na reunião. Chamou o deputado a sós ao gabinete e mostrou-lhe um áudio de entrevista a rádio, na qual o parlamentar o desanca. Weintraub, segundo fontes, pediu retratação de público, e Bacelar se negou. A situação azedou de vez. O ministro não respondeu a Coluna.

Na escuta

“Houve, de fato, esse pedido de retratação, por parte de Weintraub, mas por entender que não há motivos para tal, Bacelar não o fez”, informa a assessoria do deputado.

Sem consenso

A pauta é o principal motivo de “divergência”, hoje, entre o MEC e a Câmara dos Deputados. A deputada Dorinha Seabra (DEM-TO) também estava na reunião.

topo ↕

A CRÍTICA - AM - CIDADES

Preocupação com crise aumentou em quatro anos a procura por pós-graduação

No Brasil, o número total de alunos que frequentam cursos de especialização de nível superior vem aumentando desde 2016 e a sua grande maioria frequenta cursos em

instituições privadas (88%). Nos últimos quatro anos, houve um crescimento de 74% puxado pela rede privada, que aumentou 80% contra 41% na rede pública.

Os dados foram divulgados ontem pela pesquisa Cursos de Especialização Lato Sensu no Brasil, um levantamento inédito elaborado pelo Instituto Semesp (Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior) sobre o cenário dos cursos de pós-graduação lato sensu nas instituições de ensino superior públicas e privadas e traz ainda um perfil dos alunos matriculados nesses cursos.

Na opinião do diretor executivo do Semesp, Rodrigo Campelato, uma das razões que explica o crescimento da área é a crise econômica. “Quando há crise econômica as pessoas estão preocupadas com a empregabilidade, o desempregado faz a especialização para se recolocar no mercado de trabalho e também a pessoa pode estar ameaçada de ser demitida, então ela busca a especialização para ter mais chance de empregabilidade, além de se atualizar”. Considerando apenas a população com 24 anos ou mais, estima-se que 5,7 milhões tenham concluído um curso de especialização de nível superior, número três vezes menor em comparação aos que concluíram a graduação (cerca de 19 milhões).

Há aproximadamente duas mil instituições de ensino que ofertam cursos de especialização de nível superior nas modalidades presencial e ensino a distância (EAD), sendo que 91% delas são privadas. A maior parte dos alunos de especialização frequenta cursos na modalidade presencial (68%). No entanto, a modalidade de ensino a distância (EAD) está ganhando espaço: no período de 2016 a 2018, o número de alunos aumentou 125% e, em 2018, sua participação já representava um a cada três alunos. “O EAD na pós-graduação cresceu a oferta e ele se encaixa melhor ainda na pós porque é um público mais velho, na faixa de 30 anos ou mais. Esse também foi um impulsionador para o crescimento”, analisou Capelato.

Em 2019, aproximadamente 45% dos alunos que frequentam um curso de especialização de nível superior têm idade entre 25 a 34 anos. Nos anos 2016 a 2019 é possível verificar um leve aumento na idade média dos matriculados, de 34 para 35 anos. Na modalidade EAD, a média de idade dos alunos é de 36 anos, um pouco superior em relação aos alunos no presencial (34 anos).

[topo](#)

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - GERAL

Resultado do Enceja já pode ser consultado no site do Inep

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) já disponibilizou em seu site os resultados do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Enceja) de 2019. Para acessar as notas é exigido CPF e a senha.

Terá direito ao certificado de ensino fundamental ou médio o candidato que obtiver a nota mínima exigida em todas as quatro áreas de conhecimento e na redação, sendo 100 pontos nas provas objetivas e 5 na de texto.

O certificado será emitido pelas secretarias de Estado de Educação. Segundo o MEC, os institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia que firmaram adesão ao Enceja também são certificadores do exame, porém somente do ensino médio.

O Enceja é um exame que tem por objetivo aferir competências, habilidades e saberes de jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental ou o ensino médio na idade adequada. Nessa edição, teve recorde de 1.185.945 participantes, número que representa um aumento de 45% em relação à edição do ano passado.

topo ↕

HOJE EM DIA - MG - ESPLANADA

Escuta essa, deputado!

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, deu provas de que anda antenado, literalmente, no que falam sobre ele. Há dias, grupo de deputados federais foi ao gabinete tratar da PEC 15/2015, sobre o novo Fundo de Educação Básica, o bilionário Fundeb, repassado a prefeituras. Há divergências entre o chefe da pasta e o presidente da comissão especial, deputado Bacelar (Podemos-BA). Nada andou. Mas, na saída, numa cena constrangedora, o ministro mostrou o motivo da má vontade na reunião. Chamou o deputado a sós ao gabinete e mostrou-lhe um áudio de entrevista a rádio, na qual o parlamentar o desanca. Weintraub, segundo fontes, pediu retratação de público, e Bacelar se negou. A situação azedou de vez. O ministro não respondeu a Coluna.

Na escuta

“Houve, de fato, esse pedido de retratação, por parte de Weintraub, mas por entender que não há motivos para tal, Bacelar não o fez”, informa a assessoria do deputado.

Sem consenso

A pauta é o principal motivo de “divergência”, hoje, entre o MEC e a Câmara dos Deputados. A deputada Dorinha Seabra (DEM-TO) também estava na reunião.

topo ↕

O ESTADO - MS - BRASIL

Vereadores de Dourados discordam da municipalização

Educação

Por unanimidade, a Câmara Municipal de Dourados solicitou ao Governo do Estado para que a Escola Estadual Rotary Doutor Nelson de Araújo não seja municipalizada. O documento assinado pelos 19 vereadores foi encaminhado para o governador, Reinaldo Azambuja, e ao vice, Murilo Zauith, além da secretária de Educação, Maria Cecília Amendola da Motta. Os parlamentares não concordam com o reordenamento escolar proposto pela SED (Secretaria Estadual de Educação). Eles pontuaram cinco razões para que a escola não seja municipalizada, ou seja, tenha o prédio cedido à prefeitura para ensino à pré-escola I, II, III e fundamental (que é a ideia do governo). Os vereadores douradenses realizaram diversas reuniões com autoridades da área educacional do Estado e Município. O documento emitido pela Câmara diz que a reivindicação da comunidade escolar é que a escola permaneça como estadual.

A escola

Ainda conforme a Casa de Leis, com 51 anos de serviços prestados, a Escola Estadual Rotary Doutor Nelson de Araújo é referência na cidade. Atualmente com 296 alunos que estudam do 1º ano ao 5º ano, a instituição desde que passou a participar das avaliações de larga escala, aplicadas pelo MEC, vem apresentando resultados crescentes, ultrapassando a meta estabelecida para 2021 e ocupando o lugar de destaque no Estado.

topo ↕

DOURADOS AGORA - TEMPO REAL

Decreto presidencial institui o Ciência na Escola como programa de governo

O Programa Ciência na Escola passa a ser um programa de governo. O programa foi uma das primeiras ações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) em 2019, desenvolvido no âmbito do ministério e com foco na melhoria do aprendizado de ciências nos ensinos fundamental e médio.

O decreto que instituiu a criação foi publicado na terça-feira (3) no Diário Oficial da União (DOU).

O programa, lançado pelo MCTIC em parceria com o Ministério da Educação (MEC) em abril deste ano, possui quatro principais frentes de atuação, que foram também contempladas no decreto presidencial: chamada pública para selecionar e fomentar redes de instituições de abrangência regional, interestadual e estadual, no valor de R\$ 100 milhões, chamada para pesquisadores para selecionar e fomentar projetos de promoção do ensino de ciências nas escolas públicas brasileiras, estímulo à participação de alunos na Olimpíada Nacional de Ciências (ONC) e a especialização "Ciência é 10!", para a formação de professores de ciências.

Uma das novidades do decreto é a criação do Comitê Gestor do Programa Ciência na Escola, com a atribuição de coordenar as políticas de monitoramento e avaliação do programa e recomendar a contratação de estudos e pesquisas e criar a seu critério novas iniciativas e frentes dentro do programa.

O Comitê Gestor será coordenado pelo MCTIC, que indicará um representante. Também participam do Comitê um representante do MEC, um da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, um do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e um representante da sociedade civil.

A secretaria-executiva do Comitê será exercida pela Secretaria de Políticas para Formação e Ações Estratégicas (Sefae) do MCTIC. Segundo o secretário Marcelo Morales, o decreto já estava previsto no início do programa e formaliza o Ciência na Escola como um programa de governo.

"O decreto institucionaliza uma ação entre o MCTIC e o MEC, além de torná-la prioritária entre as ações dos 100 dias de governo", destaca o secretário.

"Com um decreto presidencial com objetivos muito claros, podemos perseguir de forma bastante contundente os objetivos do programa".

No texto, destacam-se os objetivos de aprimorar o ensino de ciências nas escolas de educação básica, promover o ensino voltado à solução de problemas, intensificar a qualificação de professores da educação básica para o ensino de ciências e estimular o interesse dos alunos pelas carreiras científicas, além de identificar talentos e fomentar soluções inovadoras para o aprendizado de ciências.

Com os editais já em andamento e as principais ações do programa em execução, o próximo passo, segundo o secretário Morales, é aplicar recursos de forma consistentes e monitorar as ações.

"O Comitê Gestor fará a governança do programa e vai acompanhar o desenvolvimento do programa", conclui.

topo ↕

GAUCHA - RS - TEMPO REAL

Pesquisadores de universidades internacionais buscam talentos em evento na Capital

Cerca de 100 estudantes disputam vagas para realizar suas pesquisas no Exterior

Com o objetivo de encontrar novos talentos para a ciência, um grupo de 17 pesquisadores de algumas das mais renomadas universidades internacionais estarão reunidos por três dias, em Porto Alegre, com cerca de 100 estudantes de graduação e pós-graduação brasileiros para conversar sobre projetos, linhas de trabalho e oportunidades. A ideia é que os escolhidos desenvolvam suas iniciativas em laboratórios do Exterior.

Conforme a organização do evento, um total de 180 estudantes foram inscritos. Desses, 80 estão em lista de espera. A ideia é repetir a iniciativa no ano que vem.

— Queremos democratizar a ciência e a tecnologia. Acreditamos que a diversidade é importante para arejar ideias e trazer novos pontos de vista que enriquecem as pesquisas. Para isso, é preciso dar acesso a esses estudantes que muitas vezes não teriam outra oportunidade de mostrar seu potencial — explica o idealizador do projeto, o pesquisador Marcelo Dietrich, professor de Medicina Comparada e Neurociência da Escola de Medicina da Universidade de Yale (EUA).

Nesta edição, que conta com a participação do Escritório de Relações Internacionais de Yale (OIA) e apoio financeiro da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, participarão pesquisadores de Yale, da Duke University, Helmholtz Diabetes Center, Rockefeller University, Hamad Bin Khalifa University, Mount Sinai Icahn School of Medicine, University of Manchester, Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O encontro será realizado no Museu Iberê Camargo, na segunda-feira (9), e no Centro Cultural da UFRGS, na terça-feira (10) e quarta-feira (11).

topo ↕

SURGIU - TEMPO REAL

Servidores da CGE participam de capacitação sobre editais de licitação

Os servidores da Controladoria-Geral do Estado (CGE) estão participando do curso de capacitação “Análise das Minutas de Termo de Referência e Edital” oferecido pelo Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO). O curso teve início nessa quinta-feira, 05, e prossegue até esta sexta, 06, no período de 9h às 12h e de 13h às 18h. Participam da formação 47 servidores da CGE.

O objetivo é orientar na correta especificação dos bens, ou descrição dos serviços. Tal iniciativa resulta na preservação dos recursos públicos, com projetos sem vícios ou imperfeições técnicas. “O curso tem grande valia para nosso conhecimento, pois vamos ter mais facilidade ao analisarmos processos licitatórios. A licitação se apresenta como um instrumento fundamental na preservação do princípio da igualdade de todos perante as leis”, ressalta a servidora da CGE Edilene Maria Borba.

“Objetivo é instigar nos servidores da Controladoria-Geral do Estado que trabalham com auditoria e fiscalização um senso crítico em relação a possíveis riscos nos procedimentos que antecedem o certame licitatório”, destaca o superintendente de Gestão e de Ações de Controle Interno da CGE, Benedito Martiniano da Costa Neto .

O curso está sendo ministrado pela diretora-geral de Controle Interno do TCE/TO, Dagmar Gemelli. O conteúdo traz, dentre outros tópicos, a fase interna e externa do processo de contratação na administração pública, a importância do planejamento, atores, finalidade e conceito e previsão legal da elaboração do termo de referência. Além disso, o curso prevê uma análise das decisões do TCE/TO e o posicionamento do Tribunal de Contas da União-TCU quanto às principais irregularidades encontradas na elaboração dos Termos de Referência.

Os tópicos serão abordados com explanações teóricas e inserção de exercícios práticos, oficinas e análise de julgados do TCU e TCE/TO, bem como a análise dos Termos de Referência selecionados conforme o diagnóstico previamente aplicado à unidade demandante do curso. Estamos falando no futuro.

Instrutora

Dagmar Gemelli é doutora em Direito pela Universidade Ilhas Baleares-UIB, Espanha. Mestre em Políticas Públicas pelo Uniceub. Pós-Graduação em Direito de Estado. Administração e Planejamento para Docentes; professora do Curso de Direito, disciplinas de Direito Administrativo I e II, Orientadora de TCD, coordenadora da atividade de extensão “Grupo de Estudos de Direito Administrativo e Formação de Agentes de Controle”. Pesquisadora líder do Grupo de Pesquisa “Controle Social e Transparência” cadastrado no CNPq /CAPES; auditora de Controle Externo do TCE/TO e atualmente é diretora-geral de Controle Interno TCE/TO. (Com informações da Ascom/TCE)

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

A educação básica deve representar uma escada de ascensão social

O último resultado do Pisa-2018 constatou, mais uma vez, um diagnóstico ruim da qualidade da educação básica no Brasil. Contudo, pelos padrões da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico – OCDE, fica evidente que a rede privada brasileira constitui um núcleo de excelência, com nível de desempenho equiparável ao de países desenvolvidos. Com isso, comprova-se que o setor privado proporciona aos seus alunos um ensino com padrão de primeiro mundo.

A escola particular vem aumentando a sua representatividade na formação da educação brasileira, com mais de 9 milhões de estudantes na educação básica, mesmo em tempos de crise e com a diminuição da taxa de natalidade, aumenta sua participação, porque a sociedade investe na formação dos seus filhos.

Visando melhorar cada vez mais, as escolas particulares firmaram convênio com a Fundação Cesgranrio para a próxima edição do Pisa para Escolas, que será realizado em maio de 2020. Após a avaliação, as instituições receberão um detalhado dossiê, ao qual será possível reavaliar seus projetos de ensino, buscando aperfeiçoar seus resultados.

Neste sentido, entendemos que está na hora de aproveitar a expertise das instituições particulares para melhorar a educação básica brasileira, que se encontra estagnada.

Queremos ser chamados para ajudar no projeto de educação do Brasil. A educação básica deve representar uma escada de ascensão social para todas as pessoas, sem discriminação. Não é justificável uma criança não aprender a ler, mas isso acontece e não podemos mais aceitar.

É urgente a reestruturação de gestão nas escolas municipais e estaduais para um modelo que privilegie o aprendizado, especialmente de leitura. Precisamos sair do discurso que segrega. É possível sim resgatar a escada de ascensão social, com as mesmas pessoas, com as mesmas estruturas, buscando melhor desempenho. Os resultados gerados marcam um novo momento para as escolas brasileiras: de promoção da qualidade do ensino às novas gerações.

*Ademar Batista Pereira é presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep)

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Matrículas em cursos de especialização crescem 74% em quatro anos

Busca por qualificação profissional e indenizações por demissão são motivos apontados por instituições de ensino

São Paulo

Em um período de fraco desempenho da economia, disparou no país a procura por cursos superiores de especialização, mais ligados ao aperfeiçoamento profissional.

De um total de 683 mil alunos em 2016, eles passaram a ter 1,19 milhão em 2019, um crescimento de 74% em apenas quatro anos.

No mesmo período, os programas de mestrado e doutorado tiveram um crescimento bem mais tímido —18% e 9%, respectivamente—, alcançando um total de 381 mil.

Os números fazem parte de estudo feito pelo Semesp (sindicato das mantenedoras de ensino superior) com base em dados do segundo trimestre da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) Contínua, do IBGE, e do e-MEC, sistema do Ministério da Educação.

A pesquisa leva em conta apenas cursos com duração mínima de 360 horas.

Para Rodrigo Capelato, diretor-executivo do Semesp, as incertezas econômicas foram um fator decisivo para o crescimento das especializações (também conhecidas no meio acadêmico como modalidade lato sensu).

"Quando há uma crise, as pessoas se preocupam com empregabilidade: ou arrumar um trabalho ou se manter nele. E uma boa forma de fazer isso é investir na formação", afirma ele.

Segundo os dados levantados pela entidade, 85% dos alunos de especialização, como os MBAs, trabalham, dos quais 66% estão no emprego há dois anos ou mais; e 41% do total de estudantes são os principais responsáveis pelo domicílio onde vivem.

Outros fatores que, para Capelato, contribuem para o crescimento da modalidade são a redução do preço de alguns dos cursos e o aumento da oferta de aulas por meio da EAD

(educação a distância), cuja flexibilidade atende bem as necessidades do público que trabalha.

As matrículas do ensino remoto mais que dobraram e atualmente respondem por 32% do total.

A recuperação da atividade econômica, ainda que lenta, também contribui para a expansão do mercado de especializações.

Diretor de Educação Executiva da FGV-SP, Paulo Lemos afirma que, após uma queda entre 2014 e 2016, as matrículas nas especializações oferecidas pelas instituições voltaram a crescer e, no ano que vem, deverão superar a marca registrada em 2013.

Uma das razões é que muitas empresas que subsidiavam ao menos parte da formação de seus funcionários puderam voltar a fazê-lo.

Ele afirma ainda que a crise também fez surgir novas demandas, como a de profissionais qualificados para trabalhar com dados com o objetivo de qualificar a tomada de decisões de negócio complexas.

O perfil do aluno de um curso de educação executiva em geral é o de uma pessoa com cinco anos de carreira, em cargo de gestão, que busca acelerar a evolução da profissional, afirma Marcelo Orticelli, diretor responsável por essa área no Insper.

Além de se diferenciar dos demais no mercado, em um MBA o estudante tem a oportunidade de ampliar a sua rede de contatos na área em que ele atua.

Pró-reitor de educação continuada da PUC (Pontifícia Universidade Católica) de São Paulo, Silas Guerriero concorda e aponta ainda outro ingrediente da crise que turbinou o crescimento da pós-graduação lato sensu: as indenizações recebidas por profissionais demitidos de seus postos de trabalho, que muitos escolheram usar em um investimento na formação.

"Ter graduação virou o mínimo no mercado de trabalho. Para concorrer de verdade, é preciso ter algo a mais."

Embora esse diferencial também possa ser obtido com um mestrado profissional ou mesmo acadêmico, a especialização, além da rede de contatos, envolve mais conteúdo em sala de aula do que pesquisa.

"Nesses cursos, o aluno vai ter mais carga horária em sala de aula e vai mais receber conhecimento do que produzir por conta própria."

Segundo o levantamento do Semesp, 88% das matrículas em especializações estão em instituições privadas, que puxaram o crescimento da modalidade --elas aumentaram em 80% o número de alunos, quase o dobro da taxa de 41% da rede pública.

Assim como as particulares, as universidades estatais também podem cobrar uma taxa dos alunos, de acordo com decisão proferida em 2017 pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

A renda média dos estudantes desses cursos, de qualquer forma, é em média 150% maior do que a daqueles que apenas fazem uma graduação —R\$ 4.634,50 contra R\$ 1.860,30.

O perfil do estudante é predominantemente feminino (62,6%), o que pode ser explicado pelo alto número de alunos em cursos ligados à educação, saúde e serviços sociais. Elas tradicionalmente são maioria principalmente no mercado ligado ao ensino.

O Sudeste também domina as matrículas, com 44%, seguido do Nordeste, que tem participação de 23%.

O crescimento da pós lato sensu se dá em um momento de crescimento pífio no mercado da graduação.

De 2016 a 2018, o número de matrículas nesse nível de ensino cresceu apenas 5%, segundo o Censo da Educação Superior. O aumento é puxado pela EAD. Nos cursos presenciais, o número de alunos no setor privado vem caindo.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Crise e medo de desemprego levam a aumento de 74% de alunos em cursos de especialização

Pesquisa inédita do Semesp afirma que, de 2016 para 2019, número de estudantes de pós lato sensu cresceu 683.053 para 1.187.457

SÃO PAULO e RIO - Crise econômica e medo do desemprego têm aumentado a busca por programas de pós-graduação lato sensu no Brasil . De 2016 a 2019, o número de alunos que frequentam cursos de especialização de nível superior subiu 74%. O crescimento foi puxado pela especialização na rede privada, que registrou expansão de 80% — contra 41% na rede pública — e pelo Ensino à Distância (EaD).

Já são 1.187.457 alunos em especializações de nível superior no país — há quatro anos, eram 683.053 — divididos em mais de 73 mil cursos.

Os dados são do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp), que apresentou ontem uma pesquisa inédita sobre cursos de especialização lato sensu no Brasil.

O estudo mostra ainda que os alunos têm rendimento médio mensal de R\$ 4,6 mil, valor 150% maior do que a média dos que fazem graduação.

Oferta maior

Segundo o diretor-executivo do Semesp e coordenador geral do estudo, Rodrigo Capelato, o aumento surpreendeu os pesquisadores:

— Chama a atenção porque, geralmente, em países mais desenvolvidos, a educação é acíclica. Nos momentos de crise econômica, as pessoas procuram mais por educação porque ficam preocupadas com o desemprego. No Brasil sempre foi o contrário. Na crise, aqui se perde aluno por falta de capacidade de pagar (pelos cursos) .

Para Capelato, há ainda outras motivações, como a busca da especialização para se atualizar na área profissional ou aumentar as chances de empregabilidade.

É o caso de Ana Beatriz Brito, de 24 anos, que emendou a graduação em Marketing, Publicidade e Propaganda com uma pós em Comunicação Digital na Universidade Estácio de Sá no intuito de conseguir uma vaga na área.

— Vi que só a graduação não era suficiente para trabalhar nessas áreas. Com MBA tenho mais chance de conseguir um emprego. Não tenho experiência na área, mas o meu curso tem muita atividade prática. Isso me deixa mais preparada para o mercado — acredita a estudante, que atualmente trabalha como assistente administrativa em uma empresa.

Hoje há aproximadamente duas mil instituições de ensino que oferecem especialização de nível superior nas modalidades presencial e EaD. E mais de 90% delas, 1.868 instituições, são privadas.

— A oferta é muito maior de cursos de especialização do que mestrado e doutorado. Estes são difíceis de conseguir abrir, a **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, do Ministério da Educação)** é extremamente rígida, e tem de ser mesmo. Mas a oferta é menor, e as vagas são restritas, com mais concorrência. E a especialização é focada no mercado de trabalho — diz Capelato.

No mesmo período avaliado, o número de alunos em cursos de mestrado e doutorado stricto sensu não apresentou aumento tão significativo: o crescimento foi de 18% no mestrado e 9% no doutorado.

Considerando a população com 24 anos ou mais, estima-se que 5,7 milhões de pessoas tenham concluído um curso de especialização de nível superior de 2016 para cá. No mestrado, são 918 mil e, no doutorado, 384 mil.

— Ainda existe um funil imenso até a educação superior — diz Capelato. — Se considerarmos que 55 milhões de pessoas têm até o ensino fundamental no país, e 5,7 milhões concluem uma especialização, podemos dizer que, a cada dez pessoas que começam o ensino fundamental, apenas uma faz uma pós lato sensu. E apenas 0,3 chega a um doutorado.

No aumento pela especialização, cresceu também a modalidade de Ensino à Distância (EaD). Até 2018, o número de alunos em EaD aumentou 125%, com um a cada três alunos estudando nessa modalidade.

— O EaD se encaixa melhor ainda na pós. O público da graduação que faz o EaD é mais velho, acima de 30 anos ou mais, que, por sua vez, também é justamente a idade de quem faz pós-graduação — diz Capelato.
Exigência cada vez maior

Doutora em Educação pela PUC-Rio, Andrea Ramal defende que toda formação ajuda no mercado de trabalho. No entanto, ela ressalta que o MBA já teve mais peso no currículo.

— Como muita gente já tem (MBA no currículo), os profissionais agora estão buscando níveis cada vez mais acima para competir — afirma ela, para quem uma das

vantagens da especialização é o aprofundamento de temas proporcionado nesses cursos.

— Nesse tipo de pós-graduação tem que escolher um tema de pesquisa, apresentar trabalhos mais aprofundados, e isso pode coincidir com os interesses de certas empresas
— explica.

A pesquisa do Semesp traça ainda um perfil dos alunos que frequentam cursos de especialização. As mulheres são maioria (62,6%), e 88% estudam em instituições privadas. O estado de São Paulo reúne 24% dos alunos, seguido por Minas Gerais (11%). Rio de Janeiro, Bahia e Paraná empatam, com 7% cada um. A região Sudeste concentra 44% do total de estudantes lato sensu.

topo ↕

CARTA CAPITAL - SP - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Jovens saídos da universidade têm empregos precários e empobrecem mais que a média

Subiu de 25% para 30% o percentual de graduados que ocupam funções de nível médio ou fundamental

No dia em que rabiscou a ficha do vestibular, Bruno Calloni imaginava um futuro diferente. Sonhava ser administrador de empresas. Além da influência paterna, pesou a chance de conquistar uma vaga tão logo os quatro anos de curso terminassem – a profissão está no Top 5 das mais demandadas pelo mercado. Ainda estudante, descolou um bem pago estágio em uma famosa instituição bancária. Com o canudo nas mãos, nunca mais conseguiu trabalho. “As coisas não eram assim em 2015”, lamenta o paulistano de 24 anos, há meses desempregado. Depende hoje da renda do pai, que entrou na profissão em uma época em que o diploma ainda era garantia de bom salário e estabilidade.

SEJA SÓCIO

Essa virada surpreendeu famílias e jovens. Houve no início dos anos 2000 uma aposta enorme na educação superior como passaporte para uma vida melhor. O bilhete foi emitido. Desde 2003, o contingente de universitários brasileiros mais do que dobrou, resultado da expansão e descentralização das universidades públicas e de programas como o ProUni e o Fies. E, pela primeira vez, negros tornaram-se maioria nas instituições públicas. Mas o futuro teima em não chegar. Nos últimos cinco anos, os empregos minguaram e a renda despencou para toda a pirâmide etária brasileira. Mas quem tem 20 e poucos anos empobreceu mais.

Enquanto os grupos marginalizados perderam duas vezes mais que a média geral, entre os jovens de 20 a 24 anos o declínio foi de cinco vezes. É o que diz um estudo da FGV publicado no mês passado. A base são os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE. Além do desemprego, puxaram essa alta a redução na jornada de trabalho e a queda na relação entre o salário e os anos de estudo. Também cresce a massa daqueles que ocupam postos para os quais o diploma não é necessário. O percentual de graduados que atuam em funções de nível médio ou fundamental passou de 25% em 2014 para quase 30% no segundo trimestre de 2019, segundo estudo da consultora iDados sobre a Pnad Contínua. Entre aqueles que recebiam um salário mínimo ou menos, quase metade (45,4%) tinha ensino superior completo. Há cinco anos eram 39%. Esse número pode ser ainda maior. Como as universidades brasileiras não acompanham o desempenho de seus egressos no mercado, estudos na área ficam restritos aos números do IBGE.

Nos início dos anos 1980, ficou famosa uma lanchonete chamada O Engenheiro Que Virou Suco, aberta por um jovem profissional da área com o dinheiro que recebera da própria demissão. A dispensa dos engenheiros foi um dos símbolos da amarga recessão daqueles anos pós-ditadura, e a empresa virou assunto em tevês e jornais. A esperança com a vitória de Tancredo Neves pariu um medíocre governo Sarney. O Brasil quebrou duas vezes e trocou de moeda outras seis.

As universidades eram restritas à classe média moradora das capitais. Vinte anos depois, com a moeda domada e projeções otimistas para a economia, o cenário era outro. Em 2008, o País viveu a chamada janela demográfica: quando a população economicamente ativa é maior que o total de crianças e idosos. A educação superior daria a essa massa a chance de disputar mais e melhores empregos, e, ao País, alcançar a qualificação da mão de obra indispensável ao crescimento sustentável. O esforço surtiu efeito. A renda dos pais passou a pesar menos no futuro dos filhos. Entre 1996 e 2014, a associação entre a renda das duas gerações caiu de 75% para 55%, em boa parte graças à expansão do acesso à educação básica e fundamental. A partir de 2015, o capital social adquirido com a educação passou, no entanto, a valer menos, e os mais estudados terminaram como os mais prejudicados.

Quem hoje beira os 30 anos e conseguiu uma vaga antes do agravamento da crise patina para avançar na carreira. A perda salarial entre os universitários que têm entre 25 e 29 anos, por exemplo, foi quase o dobro do que aquela entre os jovens sem diploma da mesma faixa etária, segundo a pesquisa da FGV. Uma explicação possível é o aumento da concorrência com trabalhadores mais velhos, em geral mais qualificados e experientes. Na briga por vagas cada vez mais escassas, é comum que o novato seja mais flexível na negociação do salário.

Quem deixou a faculdade em meio à recessão, como é o caso de Calloni, enfrenta ainda mais dificuldades. Entre 2014 e 2018, caiu 8 pontos o percentual de recém-formados que conseguiram trabalho, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Eram 78%, hoje são 71%. No mesmo período, o número de desempregados cresceu 5 pontos percentuais: de 8,2% para 13,8%. O Dieese constatou que foi ainda pior entre os universitários oriundos de famílias pobres. Em 2018, estava sem trabalho quase metade (45%) dos recém-formados cujos lares tinham rendimentos per capita de até meio salário mínimo.

O engenheiro que virou suco, Odil Garcez Filho, morreu em 2001 sem jamais retornar ao mercado. Depois da lanchonete, foi vendedor de roupas, dono de construtora e vendedor de carros usados. Sem oportunidades na própria área de formação e sem poder contar com o dinheiro da rescisão para abrir o próprio negócio, os jovens de agora têm olhado para as áreas que prometem melhores ganhos no futuro. Calloni aproveita o tempo livre para estudar marketing digital e programação. Outros jovens perceberam mais cedo a hora de priorizar o plano B. É o caso de Francielle Soares, de 24 anos. Apesar de formada em Engenharia Civil em uma das mais conceituadas universidades paulistas, com bolsa integral do ProUni, ela trabalha como programadora em um banco. É a única negra entre os colegas, majoritariamente loiros ou ruivos. O gosto pelas linhas de código foi providencial diante do desmonte do setor pela Lava Jato. “Meus colegas que seguiram na engenharia estão desempregados, e os que estão comigo no banco são visivelmente infelizes”, lamenta. Francielle ganha 5 mil reais. O salário atual é maior do que a renda de toda a família somada. A trajetória da jovem é um ponto fora da curva

diante da realidade de quem tem a mesma idade. Mas o futuro poderia ser ainda melhor. Se fosse engenheira contratada conforme os ritos da categoria, ganharia 8.234 reais.

Em junho, o banco americano Goldman Sachs apontou que esta é a recuperação mais lenta de todas as recessões vividas pelo Brasil desde os anos 80 do século passado. O mesmo relatório indicou que a América Latina deve viver uma “segunda década perdida”. Agora, sob o tímido crescimento, revisou alguns décimos acima a previsão, mas não o suficiente para mudar a perspectiva geral. Terão os jovens brasileiros de manter na gaveta o diploma? “Caso a economia não melhore logo, o risco é que essa geração nem sequer chegue a atuar na área de formação, pois será substituída pelos mais jovens”, avalia Ana Tereza Pires, pesquisadora do iDados.

As perspectivas de mobilidade social também não são alentadoras. Para o economista Marcio Pochmann, ex-presidente do Ipea e professor da Unicamp, uma volta aos padrões pré-crise só deve ocorrer depois de 2022, mas sem o mesmo nível de empregos, pois o setor mais afetado pela recessão é justamente o industrial, responsável pela maior fatia das vagas de boa qualidade. A minúscula recuperação, aponta Pochmann, é assentada em trabalhos precários, como os de contrato intermitente ou do Uber e outros aplicativos. “Honestamente, considero esta uma geração perdida.”

Estima-se que, até 2030, os millenials ocupem 7 em cada 10 postos de trabalho no Brasil. É grave que todo esse contingente tenha mais dificuldades em constituir família, comprar casas ou abrir o próprio negócio, ficando refém de uma adolescência prolongada e reduzindo, inclusive, os efeitos positivos das políticas de acesso à educação das últimas duas décadas. Sem uma economia pujante, os brasileiros que têm hoje entre 20 e 30 e poucos anos podem repetir aqui o drama dos países ricos, onde essa geração vive pior que os pais. No time que integra a OCDE, 6 em cada 10 millenials são considerados de classe média. Entre os baby boomers, são 7 em cada 10. Além de ganhar menos, a geração do milênio é menos bem-sucedida que os antecessores quando jovens.

Nos Estados Unidos, um estudo do Banco Central mostrou que os millenials homens recebem o mesmo hoje que aqueles da geração X (nascida entre os anos 60 e 80) ganhavam na mesma idade – apesar de a economia ser maior e o país mais rico. As mulheres ganham ainda menos do que aquelas da geração X. Soterrada em dívidas estudantis, enojada com Donald Trump e ameaçada pelo risco de uma nova recessão, essa geração tem esquecido o american dream. Ao contrário da tendência mundial de desapego, os jovens brasileiros ainda valorizam a propriedade. Por aqui, 9 em cada 10 acham extremamente importante ter uma casa e 5 em cada 10, um carro. Os números globais são 40% e 15%, respectivamente, segundo um estudo do ItaúBBA divulgado a investidores em setembro. O mesmo vale para bens como tênis e roupas de grife. O elevador social, porém, enguiçou.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

MEC – Mais de dois milhões de alunos já podem solicitar a ID Estudantil

Prazo para cadastrar estudantes no Sistema Educacional Brasileiro continua aberto. O cadastro é feito por representantes das instituições. Os estudantes que querem saber se está tudo certo com seus dados no sistema podem verificar no site

idestudantil.mec.gov.br

Mais de dois milhões de alunos já podem ter acesso à carteirinha estudantil do Ministério da Educação (MEC), a ID Estudantil, de acordo com o levantamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Para aproveitar os benefícios da nova carteira, os estudantes cadastrados no Sistema Educacional Brasileiro (SEB) precisam baixar o aplicativo “ID Estudantil” nas lojas virtuais de celular.

Até as 19 horas de quinta-feira, 5 de dezembro, 3.493 instituições de educação básica e 684 de educação superior haviam cadastrado seus estudantes no SEB. O total de alunos registrados chegou a 2.001.731 alunos. O cadastro é feito por representantes das instituições. Eles devem alimentar a plataforma com informações como nome completo, número do CPF e data de nascimento do aluno. Também serão registrados nível e modalidade de educação de ensino.

Os registros dos representantes e das informações são no site do sistema, que fica dentro da página do Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao MEC. O prazo para as instituições indicarem um representante para registrar as informações no sistema continua aberto.

Os estudantes que querem saber se está tudo certo com seus dados no sistema podem verificar no site idestudantil.mec.gov.br. O portal conta também com informações sobre o programa, com conteúdos em vídeos, um “perguntas e respostas”, além de um “emitômetro”, espécie de contador de carteiras emitidas diariamente.

Passo a passo

Se a instituição tiver enviado os dados, basta os alunos baixarem o app, na área “Governo do Brasil”, nas lojas virtuais. Os usuários vão precisar inserir o CPF, o nome completo, telefone para envio de SMS e e-mail. O próximo passo é aceitar os termos e políticas de uso do aplicativo. Depois disso, os estudantes deverão acessar “Minha ID Estudantil” para, então, ter o documento em formato digital.

A nova carteirinha estudantil tem custo zero ao usuário. Para o governo, custa R\$ 0,15 a unidade. A emissão faz parte de contrato com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), que também inclui o desenvolvimento do aplicativo, serviço de hospedagem na internet, manutenção, entre outros. O valor global do contrato é de pouco mais de R\$ 12 milhões, com vigência de 12 meses, renováveis por mais 60.

Controle

O SEB será uma forma de controle. O ano de 2020 será de transição, mas a partir de 1º de janeiro de 2021 toda e qualquer instituição que for emitir a carteirinha deverá consultar o banco de dados antes. Isso serve para assegurar que o beneficiário da identificação estudantil é, de fato, um aluno.

Na ID Estudantil, a tecnologia vai combater as fraudes desde o início. Os estudantes de 18 anos ou mais devem tirar uma foto do próprio rosto para comparar com a da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) disponível no banco de dados do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). Caso não seja habilitado, deve tirar foto de frente e verso da Carteira de Identidade (RG) para comparação da imagem da face. Isso servirá

para coibir fotos falsas ou de terceiros.

O CPF é informado pelo representante da instituição de ensino no SEB. Tanto o CPF quanto o login único gov.br, onde constam diversos serviços do governo federal, são importantes para o serviço. No caso dos menores de idade, é preciso que o responsável legal baixe o app e permita que o jovem tenha acesso. Só aí é que os alunos poderão fazer o download da ID Estudantil..

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Programa oferece dez vagas para pós-graduação em cirurgia na Ufam

Entre os dias 6 e 24 de janeiro, estarão abertas as inscrições para o Programa de Pós-Graduação em Cirurgia (PPGRACI) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). O curso é destinado para aqueles que possuem graduação nas áreas de Ciências da Saúde e são disponibilizadas dez vagas - entre regulares e suplementares.

As inscrições podem ser feitas no site do Programa, onde também está disponível o edital.

A seleção será feita em quatro etapas:

Prova de Conhecimentos (caráter eliminatório e classificatório, com peso três);

Análise de Proposta do Projeto Científico-Tecnológico e Entrevista (caráter eliminatório e classificatório, com peso quatro);

Prova de Títulos (caráter classificatório, com peso dois);

Prova de Proficiência em Língua Estrangeira (caráter classificatório, com peso um).

Os interessados precisarão comprovar exercício de atividade profissional na área da graduação – seja na Saúde ou outra que apresente interseção com cirurgia.

A divulgação do resultado final está prevista para 28 de fevereiro. Os candidatos aprovados deverão efetuar a matrícula entre os dias 9 e 10 de março - na secretaria do PPGRACI - situada na Faculdade de Medicina da Ufam, Centro de Manaus.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Pesquisa revela crescimento de 74% dos alunos de pós-graduação no país

No Brasil, o número total de alunos que frequentam cursos de especialização de nível superior vem aumentando desde 2016 e a sua grande maioria frequenta cursos em instituições privadas (88%). Nos últimos quatro anos, houve um crescimento de 74% puxado pela rede privada, que aumentou 80% contra 41% na rede pública.

Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (6) pela pesquisa Cursos de Especialização Lato Sensu no Brasil, um levantamento inédito elaborado pelo Instituto Semesp (Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior) sobre o cenário dos cursos de pós-graduação lato sensu nas instituições de ensino superior públicas e privadas e traz ainda um perfil dos alunos matriculados nesses cursos.

Na opinião do diretor executivo do Semesp, Rodrigo Campelato, uma das razões que explica o crescimento da área é a crise econômica. “Quando há crise econômica as pessoas estão preocupadas com a empregabilidade, o desempregado faz a especialização para se recolocar no mercado de trabalho e também a pessoa pode estar ameaçada de ser demitida, então ela busca a especialização para ter mais chance de empregabilidade, além de se atualizar”.

Considerando apenas a população com 24 anos ou mais, estima-se que 5,7 milhões tenham concluído um curso de especialização de nível superior, número três vezes menor em comparação aos que concluíram a graduação (cerca de 19 milhões).

Há aproximadamente duas mil instituições de ensino que ofertam cursos de especialização de nível superior nas modalidades presencial e ensino a distância (EAD), sendo que 91% delas são privadas.

A maior parte dos alunos de especialização frequenta cursos na modalidade presencial (68%). No entanto, a modalidade de ensino a distância (EAD) está ganhando espaço: no período de 2016 a 2018, o número de alunos aumentou 125% e, em 2018, sua participação já representava um a cada três alunos.

“O EAD na pós graduação cresceu a oferta e ele se encaixa melhor ainda na pós porque é um público mais velho, na faixa de 30 anos ou mais. Esse também foi um impulsionador para o crescimento”, analisou Capelato.

Em 2019, aproximadamente 45% dos alunos que frequentam um curso de especialização de nível superior têm idade entre 25 a 34 anos. Nos anos 2016 a 2019 é possível verificar um leve aumento na idade média dos matriculados, de 34 para 35 anos. Na modalidade EAD, a média de idade dos alunos é de 36 anos, um pouco superior em relação aos alunos no presencial (34 anos).

“Outro dado que nos chamou a atenção são as áreas, são muito parecidas com as concentrações na graduação: 31% dos cursos são nas áreas de ciências sociais, negócios e direito, ou seja, principalmente na área de gestão, ainda temos 35% na área de educação e 24% na área de saúde, semelhante a proporção dos cursos na graduação”, observou o diretor do Semesp.

A pesquisa também revela que os alunos que frequentam cursos de especialização de nível superior possuem rendimento médio mensal em torno de 4,6 mil reais. O valor é 150% maior do que a média de rendimento daqueles que fazem cursos de graduação. O rendimento médio ficou em 4,8 mil reais mensais para os alunos da rede privada e 3,7 mil reais mensais para os da rede pública.

A pesquisa foi realizada pelo Instituto Semesp com base nos dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Dados) divulgados pelo IBGE, referentes ao segundo trimestre dos anos 2016 a 2019. Também foram consideradas informações contidas no site do e-MEC e no Guia do MBA 2019 do Estadão.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Resultado do Enceja já pode ser consultado no site do Inep

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) já disponibilizou em seu site os resultados do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Enceja) de 2019. Para acessar as notas é exigido CPF e a senha.

Terá direito ao certificado de ensino fundamental ou médio o candidato que obtiver a nota mínima exigida em todas as quatro áreas de conhecimento e na redação, sendo 100

pontos nas provas objetivas e 5 na de texto.

O certificado será emitido pelas secretarias de Estado de Educação. Segundo o MEC, os institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia que firmaram adesão ao Encceja também são certificadores do exame, porém somente do ensino médio.

O Encceja é um exame que tem por objetivo aferir competências, habilidades e saberes de jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental ou o ensino médio na idade adequada. Nessa edição, teve recorde de 1.185.945 participantes, número que representa um aumento de 45% em relação à edição do ano passado.

topo ↕

UFMG - NOTÍCIAS

UFMG apresenta iniciativa em prol de Brumadinho com uso da web Evento teve presença do ministro Marcos Pontes, de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

A UFMG, em parceria com Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações e o Centro de Estudos sobre Tecnologias Web (Ceweb.br), do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), lançou nesta sexta-feira, 6, o projeto Mover-se na Web – Articulação pró-Brumadinho, que vai fomentar projetos com base em tecnologias web para atender demandas específicas da comunidade de Brumadinho, afetada pelo rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, da Vale, no dia 25 de janeiro deste ano.

As propostas, que poderão ser submetidas sob a responsabilidade de professores ou funcionários de institutos de ciência e tecnologia, receberão R\$3.200 reais por mês, durante 12 meses. O critério principal para seleção é que seja apresentado um produto final com base em tecnologias web — acessíveis, por exemplo, em dispositivos móveis como aparelhos celulares.

O titular do MCTIC, ministro Marcos Pontes, que participou da solenidade inaugural do Mover-se na Web, no auditório do Centro de Atividades Didáticas de Ciências Exatas (CAD 3), ressaltou que ciência e tecnologia são "ferramentas poderosas" para o desenvolvimento econômico e social. "O tripé educação, ciência e tecnologia é a base dos países desenvolvidos. E esse projeto é um exemplo da utilização das tecnologias para buscar soluções que possam ajudar a melhorar a vida das pessoas", afirmou.

A reitora Sandra Regina Goulart Almeida expressou satisfação com o fato de a iniciativa do Mover-se na Web ter partido da comunidade, com intermediação do Departamento de Ciência da Computação (DCC) do ICEx e ter conquistado a adesão do MCTIC. "A Universidade brasileira faz muito mais que formar recursos humanos, com muita seriedade e qualidade. Fazemos também pesquisa e extensão, que são imprescindíveis. Fazer extensão é estar em contato com a sociedade, propondo caminhos para resolver seus problemas. Por isso, educação, ciência e tecnologia não representam gasto, mas investimento", afirmou .

Capacitação

Estudantes de graduação e pós-graduação podem se inscrever reunidos em equipes, que podem estar vinculadas a empresas de base tecnológica, como startups, desde que estas estejam, por sua vez, ligadas a alguma instituição de ensino superior.

O período para submissão das propostas será de 45 dias, a partir do dia 10 de dezembro, conforme chamada que será publicada na página da Ceweb.br.

“A UFMG e outros parceiros que se juntarem à iniciativa oferecerão capacitação para os vencedores dos projetos, no período de sua vigência, anunciou o gerente da Ceweb.br, Wagner Diniz.

“O Ceweb.br está preocupado com o futuro do Brasil e acredita que a tecnologia é um instrumento capaz de ajudar na solução de problemas dos cidadãos. E essa chamada tem a ver exatamente com isso: precisamos encontrar propostas de soluções para problemas reais, de pessoas reais”, afirmou Diniz. “Todos nós perdemos com essa tragédia de Brumadinho. Eu, pessoalmente, perdi meu filho, minha filha e minha nora, grávida de cinco meses. Muitas pessoas perderam familiares ou amigos. A cidade perdeu e está sofrendo. O Estado também. O país teve sua reputação manchada internacionalmente. Então, o Ceweb não poderia ficar indiferente a essa tragédia”, afirmou.

Segundo Wagner Diniz, em reunião realizada no mês de agosto, em Brumadinho, com representantes de 15 instituições ligadas à sociedade civil, a governos e à academia, foram definidas, para fazer frente às demandas da comunidade, duas frentes prioritárias. Uma delas será materializada na criação de duas redes: uma de pessoas, para conectar a comunidade que necessita trocar informações, vivências e resgatar tradições e identidade; e outra de vigilância ambiental. “Após o desastre, a comunidade tem mais de 100 viúvas. Portanto, as mulheres são as que mais estão sofrendo as consequências da tragédia. Essa rede visa fortalecer suas vivências culturais, seus produtos artesanais ou os que possam reforçar sua identidade e resgatar sua dignidade”, pontuou.

A outra frente de atuação é a ampliação da oferta de arranjos produtivos de matrizes sustentáveis, o que significa desenvolver soluções de tecnologia web para o monitoramento dos recursos hídricos.

Ministro do MCTIC, Marcos Pontes, destacou tripé educação, ciência e tecnologia como base do desenvolvimento

Marcos Pontes destacou o tripé educação, ciência e tecnologia como base do desenvolvimento

Foca Lisboa / UFMG

Os representantes da associação (ainda não registrada) dos amigos de Brumadinho, Gabriel Parreiras e Lorena Castelli, e da ONG NaAção e da startup Projeto Marvin, Dante Nolasco, concordam que o Mover-se na Web poderá contribuir para resolver uma das maiores dificuldades enfrentadas pelas 42 comunidades afetadas pelo desastre: a falta de instrução da população sobre seus próprios direitos. Eles acrescentaram que a colaboração que se inicia será fundamental para a troca de dados, informações e otimização das frentes de trabalho nas comunidades.

Geração de conhecimento e riquezas

O ministro Marcos Pontes disse que “é preciso sempre pensar nas pessoas” e, por isso, a missão do MCTIC é “atender objetivos práticos, que passam pela geração de conhecimento, que o país realiza muito bem nas universidades e instituições científicas, e de riquezas, por meio de novas empresas e produtos de base tecnológica, para contribuir com a qualidade de vida das pessoas”.

“Quando falo em resultados práticos, falo da importância da pesquisa básica, fundamental para as inovações. E também da importância dos professores e dos estudantes que, nesse processo, têm a responsabilidade de utilizar o conhecimento para propor soluções”.

Reitora Sandra Regina Goulart Almeida:

Sandra Goulart Almeida: "ciência e educação representam investimento"

Foca Lisboa/UFMG

Para Sandra Goulart Almeida, a parceria com o poder público potencializa a capacidade de transformar o país. "Precisamos estar juntos em iniciativas como essa, que se soma a outras realizadas pela Universidade, por meio do Programa Participa UFMG, que organiza frentes de trabalho em Mariana, Brumadinho e no Rio Doce, e, mais recentemente, das pesquisas que subsidiarão a Justiça nas ações contra a Vale", afirmou.

A reitora também destacou a postura de parceria do MCTIC na luta das universidades públicas contra o bloqueio de recursos para educação, ciência e tecnologia e contra a fusão da **Capes** com o CNPq. "Essas instituições são completamente diferentes e de extrema importância para o país. A **Capes** contribui para a formação de recursos humanos, por meio do cuidado e da avaliação da pós-graduação, e o CNPq financia todas as áreas de pesquisa pública.”

O secretário de Empreendedorismo e Inovação do MCTIC, Paulo César de Carvalho Alvim, afirmou que "as startups são uma prioridade, e o Ministério trabalha pela convergência de todos os seus instrumentos para agregar os atores federais com o objetivo de ampliar os ciclos de vida dessas empresas".

VEJA - SP - RADAR

Ordem no batalhão

Jair Bolsonaro reuniu seu núcleo duro nesta semana para uma bronca geral. A turma falou demais: Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) lançou Sergio Moro a vice em 2022. Já Paulo Guedes (Economia) flertou com a privatização do Banco do Brasil. Abraham Weintraub, o mais queimado com o chefe, só não rodou no MEC porque a imprensa pediu a cabeça dele ó Bolsonaro, por ora, não quis dar o gostinho.

[topo](#)

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

“O conhecimento transforma uma nação”

Vanderlan Bolzani, presidente da Aciesp e conselheira da SBPC, ressalta em seu depoimento para a campanha “Ciência, pra que Ciência?” o poder do conhecimento científico de desenvolver uma sociedade e gerar riqueza. A SBPC convida todos a também participar da campanha e compartilhar suas histórias sobre a importância da ciência para suas vidas e para o Brasil. Participe!

“A ciência é a base que precisamos para que nós, brasileiros, possamos ser reconhecidos neste mundo global como um país soberano, poderoso, e que pode transformar conhecimento em bens sociais”. A declaração é da presidente da Academia de Ciências do Estado de SP e conselheira da SBPC, Vanderlan Bolzani, em seu depoimento para a campanha “Ciência, pra que Ciência?” divulgado nesta sexta-feira, 6 de dezembro, pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Com o objetivo de chamar a atenção para o desmantelamento do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação brasileiro, a SBPC lançou no dia 4 de setembro, a

campanha “Ciência, pra que Ciência?”. Com mais de 160 vídeos já publicados na playlist de seu canal no YouTube (SBPCnet), a iniciativa reúne depoimentos de cientistas, professores e estudantes sobre como a ciência desenvolvida aqui no Brasil, com apoio das agências públicas, é importante para o desenvolvimento do País.

À medida que a crise no setor de CT&I se acirra, com risco iminente de extinção ou fusão das principais agências de fomento – Capes, CNPq e Finep – a comunidade científica tem buscado mais e mais apoio da população para sensibilizar e pressionar o governo a reverter esse quadro de desmonte e colocar ciência e educação como os pilares da retomada do crescimento do País. A participação na campanha é uma forma de envolver toda a sociedade na defesa da ciência brasileira.

“Ciência, pra que Ciência, neste momento, é uma iniciativa extremamente importante e nós precisamos que a sociedade entenda que da hora em que acorda até a hora em que dorme, a ciência permeia todos os avanços da humanidade em qualquer lugar do planeta e especialmente neste país, em que temos muita coisa a construir, já que temos uma riqueza tão grande e podemos ser uma grande nação”, ressalta Bolzani em seu vídeo, que pode ser acessado neste link.

Todos os vídeos estão disponíveis no canal SBPC, no YouTube, e nas redes sociais da SBPC (Facebook, Twitter e Instagram: @SBPCnet). Estudantes e pesquisadores, desde a iniciação científica até a pós-graduação, bolsistas e ex-bolsistas, profissionais de todas as áreas e todos os amigos da ciência estão convidados a participar da campanha e compartilhar suas histórias. Para participar, basta acessar o site da SBPC e conferir as instruções. Participe!

Jornal da Ciência

topo ↕

NE 10 - TEMPO REAL

Amargo exílio

Exílios podem ser voluntários. Como o de Fernando Pessoa, exilado nele mesmo. “Tenho saudades de mim”, disse em Carta do heterônimo Henri Moore. Outros, violência pura. “O pão amargo do exílio”, na definição de Shakespeare (em Ricardo II). Lembro três casos. Dois no passado.

Washington, julho de 1969. Um grupo de latino-americanos, que estudavam nos Estados Unidos, foi conversar com Paulo Freire. Autor da Pedagogia do Oprimido, doutor Honoris Causa em 35 universidades estrangeiras e exilado. No seu modesto apartamento, recebeu todos com um sorriso largo. E, depois de explanar sua visão sobre os compromissos com a educação, quiz se inteirar de como iam as coisas no Brasil. Ausente do país por muito tempo, não escondia sua curiosidade. Ficou preocupado especialmente quando lhe dissemos que a Ditadura estava ensinando Moral e Cívica (EPB), nas escolas. Para ele, educação era tudo. E, se o governo estava cuidando disso, iria durar bem mais do que esperávamos. Estava certo.

Paris, primavera de 1973. Josué de Castro, autor de Geografia da Fome, Presidente do Conselho da FAO e embaixador brasileiro da ONU, era outro exilado. Jantar no seu apartamento, às margens do Sena. Entre os talheres de sobremesa, 12 comprimidos. Foi fácil contar. Que era um comprimido e um gole d’água. Ritmadamente. Numa coreografia lenta, sem sentido e triste. Perguntei: “Por que isso?, dr. Josué. O senhor

está tão bem”. “Estou não, amigo. Estou morrendo”. “De que?”. “De saudade”. Três meses depois (em 24/9), o exílio era só aquela saudade pressentida. Traduzida num adeus.

O terceiro exílio mora no presente. Vivemos um momento crítico para a educação brasileira. No exame PISA (da OCDE), correspondente a 2018 (agora divulgado), andamos muito mal em leitura (57º lugar), ciências (66º) e matemática (70º). Claro que é culpa do passado. Mas precisamos avançar, para reverter esse quadro. Sem preconceitos. E o primeiro gesto do Ministério da Educação foi banir Paulo Freire de seus registros. A Plataforma Freire, que reúne informações sobre professores do ensino básico, agora se chama Plataforma **Capes** de Educação Básica. A explicação técnica é que foi ampliada sua abrangência. Nada contra. Mas não custaria manter o nome. São pequenas coisas que machucam. Sem contar que essa troca tem uma dimensão simbólica. Porque, e seria bom que alguém informasse o Ministro Weintraub, por disposição expressa da Lei 12.612 (de 13/4/2012), Paulo Freire é o Patrono da Educação Brasileira. Os dois primeiros exílios foram trágicos. Esse novo é um mau presságio.

José Paulo Cavalcanti Filho, jurista

topo ↕

SEGS - PORTAL NACIONAL - TEMPO REAL

Faculdade São Leopoldo Mandic inaugura pós-graduação em Ciências Médicas

Aprovação concedida pela **Capes** está inserida em Medicina III e apresenta duas áreas de concentração: cirurgia minimamente invasiva e medicina translacional.

A Faculdade São Leopoldo Mandic conquistou a aprovação da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** para inaugurar a pós-graduação em Ciências Médicas. O anúncio foi emitido na 190ª Reunião do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior|CTC da **CAPES**. A primeira turma deve iniciar no começo de 2020.

O programa aprovado está inserido em Medicina III e apresenta duas áreas de concentração: cirurgia minimamente invasiva e medicina translacional. Além de ser composto por profissionais experientes, com formação e competências distintas, possibilitando a realização de estudos multi, inter e transdisciplinares aplicados ao desenvolvimento científico e inovação tecnológica. O curso contará com o diferencial da Faculdade São Leopoldo Mandic com suas instalações que contam com laboratórios de pesquisa básica e o Hospital Robótico – um centro de treinamento equipado com diferentes tecnologias.

“Esse é mais um grande passo que a Faculdade São Leopoldo Mandic dá se consolidando como referência em Medicina e no que diz respeito ao estudo e contribuição para a qualificação dos profissionais da área”, afirma o diretor de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da faculdade, Prof. Dr. Marcelo Henrique Napimoga.

Em Medicina Translacional o objetivo será capacitar profissionais no desenvolvimento de novas ferramentas tecnológicas de promoção de saúde e aumento de qualidade de vida, com possibilidade de escalonamento de produção com registro de patentes para o futuro uso clínico.

“Com essa vertente, haverá a possibilidade do desenvolvimento de interface entre

pesquisa científica básica acadêmica, produção de novos medicamentos pela indústria farmacêutica e real aplicação clínica de novas possibilidades terapêuticas para os pacientes. A investigação translacional aplica descobertas de ciência básica em projetos de melhoria da saúde humana e do bem-estar. Pretende-se assim, aplicar achados em pesquisa básica na prática médica para produzir e introduzir novos alvos terapêuticos, medicamentos, dispositivos e opções de tratamento para os pacientes”, explica Napimoga.

Já a área de Concentração em Cirurgia Minimamente Invasiva terá como objetivo capacitar profissionais das mais diversas áreas do conhecimento na pesquisa e no desenvolvimento de novas metodologias de promoção de saúde e aumento de qualidade de vida. Com isso, aprofundando nas bases técnico-científicas para criar e desenvolver novas aplicações desse método, buscando cada vez mais a integração das várias áreas da cirurgia como disciplina e a capacitação técnico-científica de novos pesquisadores, além do estímulo ao desenvolvimento de inteligência artificial nessa área do conhecimento.

Sobre a São Leopoldo Mandic

Considerada uma das dez melhores instituições de ensino superior do País há 11 anos consecutivos no Índice Geral de Cursos (IGC) do MEC, a Faculdade São Leopoldo Mandic reúne, no corpo docente, professores doutores formados pelas melhores instituições de ensino do Brasil e do Exterior. Estruturada com laboratórios de última geração e clínicas odontológicas completas, a Instituição oferece aos alunos vivência prática nos cursos de Odontologia e de Medicina desde o 1º ano, atividades de pesquisa e prestação de serviços comunitários, convênio com hospitais e Unidades Básicas de Saúde, cursos de graduação e pós-graduação. A Faculdade São Leopoldo Mandic tem outras oito unidades distribuídas pelo País, que oferecem cursos de pós-graduação e mais uma unidade de graduação em Medicina, na cidade de Araras (SP). Canais: slmandic.edu.br; facebook.com/saoleopoldomandic.

topo 

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Pesquisa revela crescimento de 74% dos alunos de pós-graduação no país

No Brasil, o número total de alunos que frequentam cursos de especialização de nível superior vem aumentando desde 2016 e a sua grande maioria frequenta cursos em instituições privadas (88%). Nos últimos quatro anos, houve um crescimento de 74% puxado pela rede privada, que aumentou 80% contra 41% na rede pública.

Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (6) pela pesquisa Cursos de Especialização Lato Sensu no Brasil, um levantamento inédito elaborado pelo Instituto Semesp (Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior) sobre o cenário dos cursos de pós-graduação lato sensu nas instituições de ensino superior públicas e privadas e traz ainda um perfil dos alunos matriculados nesses cursos.

Na opinião do diretor executivo do Semesp, Rodrigo Campelato, uma das razões que explica o crescimento da área é a crise econômica. “Quando há crise econômica as pessoas estão preocupadas com a empregabilidade, o desempregado faz a especialização para se recolocar no mercado de trabalho e também a pessoa pode estar ameaçada de ser demitida, então ela busca a especialização para ter mais chance de empregabilidade, além de se atualizar”.

Considerando apenas a população com 24 anos ou mais, estima-se que 5,7 milhões tenham concluído um curso de especialização de nível superior, número três vezes menor em comparação aos que concluíram a graduação (cerca de 19 milhões).

Há aproximadamente duas mil instituições de ensino que ofertam cursos de especialização de nível superior nas modalidades presencial e ensino a distância (EAD), sendo que 91% delas são privadas.

A maior parte dos alunos de especialização frequenta cursos na modalidade presencial (68%). No entanto, a modalidade de ensino a distância (EAD) está ganhando espaço: no período de 2016 a 2018, o número de alunos aumentou 125% e, em 2018, sua participação já representava um a cada três alunos.

“O EAD na pós graduação cresceu a oferta e ele se encaixa melhor ainda na pós porque é um público mais velho, na faixa de 30 anos ou mais. Esse também foi um impulsionador para o crescimento”, analisou Capelato.

Em 2019, aproximadamente 45% dos alunos que frequentam um curso de especialização de nível superior têm idade entre 25 a 34 anos. Nos anos 2016 a 2019 é possível verificar um leve aumento na idade média dos matriculados, de 34 para 35 anos. Na modalidade EAD, a média de idade dos alunos é de 36 anos, um pouco superior em relação aos alunos no presencial (34 anos).

“Outro dado que nos chamou a atenção são as áreas, são muito parecidas com as concentrações na graduação: 31% dos cursos são nas áreas de ciências sociais, negócios e direito, ou seja, principalmente na área de gestão, ainda temos 35% na área de educação e 24% na área de saúde, semelhante a proporção dos cursos na graduação”, observou o diretor do Semesp.

A pesquisa também revela que os alunos que frequentam cursos de especialização de nível superior possuem rendimento médio mensal em torno de 4,6 mil reais. O valor é 150% maior do que a média de rendimento daqueles que fazem cursos de graduação. O rendimento médio ficou em 4,8 mil reais mensais para os alunos da rede privada e 3,7 mil reais mensais para os da rede pública.

A pesquisa foi realizada pelo Instituto Semesp com base nos dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Dados) divulgados pelo IBGE, referentes ao segundo trimestre dos anos 2016 a 2019. Também foram consideradas informações contidas no site do e-MEC e no Guia do MBA 2019 do Estadão.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Pesquisa revela crescimento de 74% dos alunos de pós-graduação no país

No Brasil, o número total de alunos que frequentam cursos de especialização de nível superior vem aumentando desde 2016 e a sua grande maioria frequenta cursos em instituições privadas (88%). Nos últimos quatro anos, houve um crescimento de 74% puxado pela rede privada, que aumentou 80% contra 41% na rede pública.

Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (6) pela pesquisa Cursos de Especialização Lato Sensu no Brasil, um levantamento inédito elaborado pelo Instituto Semesp (Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior) sobre o cenário dos cursos

de pós-graduação lato sensu nas instituições de ensino superior públicas e privadas e traz ainda um perfil dos alunos matriculados nesses cursos.

Na opinião do diretor executivo do Semesp, Rodrigo Campelato, uma das razões que explica o crescimento da área é a crise econômica. "Quando há crise econômica as pessoas estão preocupadas com a empregabilidade, o desempregado faz a especialização para se recolocar no mercado de trabalho e também a pessoa pode estar ameaçada de ser demitida, então ela busca a especialização para ter mais chance de empregabilidade, além de se atualizar".

Considerando apenas a população com 24 anos ou mais, estima-se que 5,7 milhões tenham concluído um curso de especialização de nível superior, número três vezes menor em comparação aos que concluíram a graduação (cerca de 19 milhões).

Há aproximadamente duas mil instituições de ensino que ofertam cursos de especialização de nível superior nas modalidades presencial e ensino a distância (EAD), sendo que 91% delas são privadas.

A maior parte dos alunos de especialização frequenta cursos na modalidade presencial (68%). No entanto, a modalidade de ensino a distância (EAD) está ganhando espaço: no período de 2016 a 2018, o número de alunos aumentou 125% e, em 2018, sua participação já representava um a cada três alunos.

"O EAD na pós graduação cresceu a oferta e ele se encaixa melhor ainda na pós porque é um público mais velho, na faixa de 30 anos ou mais. Esse também foi um impulsionador para o crescimento", analisou Capelato.

Em 2019, aproximadamente 45% dos alunos que frequentam um curso de especialização de nível superior têm idade entre 25 a 34 anos. Nos anos 2016 a 2019 é possível verificar um leve aumento na idade média dos matriculados, de 34 para 35 anos. Na modalidade EAD, a média de idade dos alunos é de 36 anos, um pouco superior em relação aos alunos no presencial (34 anos).

"Outro dado que nos chamou a atenção são as áreas, são muito parecidas com as concentrações na graduação: 31% dos cursos são nas áreas de ciências sociais, negócios e direito, ou seja, principalmente na área de gestão, ainda temos 35% na área de educação e 24% na área de saúde, semelhante a proporção dos cursos na graduação", observou o diretor do Semesp.

A pesquisa também revela que os alunos que frequentam cursos de especialização de nível superior possuem rendimento médio mensal em torno de 4,6 mil reais. O valor é 150% maior do que a média de rendimento daqueles que fazem cursos de graduação. O rendimento médio ficou em 4,8 mil reais mensais para os alunos da rede privada e 3,7 mil reais mensais para os da rede pública.

A pesquisa foi realizada pelo Instituto Semesp com base nos dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Dados) divulgados pelo IBGE, referentes ao segundo trimestre dos anos 2016 a 2019. Também foram consideradas informações contidas no site do e-MEC e no Guia do MBA 2019 do Estadão.

[topo](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Bolsonaro exclui Defesa e Ciência de cortes de verbas em 2020

O presidente Jair Bolsonaro optou por blindar despesas ligadas aos ministérios da Defesa e da Ciência e Tecnologia de bloqueios de verba no ano que vem, destaca o jornal O Estado de S. Paulo. Bolsonaro decidiu, porém, não livrar de eventuais tesouradas os gastos com compra de equipamentos para escolas infantis e de medicamentos para doenças raras, previstos no Orçamento de 2020.

A medida contrariou a equipe econômica, que havia recomendado ao presidente vetar qualquer tipo de tratamento diferenciado a ministérios na hora de contingenciar verbas. A estratégia é utilizada quando o governo enfrenta dificuldades para cumprir as metas fiscais. Neste ano, os sucessivos bloqueios de recursos ameaçaram paralisar o funcionamento da administração pública federal.

Ao todo, Bolsonaro blindou R\$ 7,2 bilhões em despesas ligadas aos dois ministérios, que incluem construção de submarinos, compra de aeronaves e de cargueiros militares. No caso da Ciência e Tecnologia, todo o orçamento da pasta no ano que vem - de R\$ 11,7 bilhões - passou a ser imune aos bloqueios. Este ano o Ministério de Ciência e Tecnologia tinha previsão orçamentária de R\$ 13,6 bilhões.

Dessa forma, caso o governo precise economizar dinheiro no ano que vem, por exemplo, poderá congelar gastos de universidades, mas estará impedido de bloquear o valor reservado para a compra dos blindados Guarani - veículos de combate do Exército -, sob pena de a medida ser interpretada como crime de responsabilidade.

Ao preservar investimentos vinculados às Forças Armadas, o presidente atende a uma solicitação antiga dos militares, uma das bases de sustentação do governo Bolsonaro. Ao longo do ano, comandantes das Forças reclamaram com o presidente dos bloqueios de verbas, que ameaçaram programas considerados estratégicos e até o pagamento de recrutas.

Produção científica

O Ministério da Defesa afirma que, ao ter os recursos protegidos, contribui para a produção científica do País em áreas militares, que empregam mais de um milhão de pessoas - entre empregos diretos e indiretos.

"Não quer dizer que o governo esteja dando uma prioridade (ao Ministério da Defesa). O orçamento que é destinado aos programas estratégicos está muito aquém das necessidades. Isso tem levado a aumentar cronogramas de entrega. Há projetos que só vão terminar em 2040, criando risco de obsolescência dos equipamentos", disse o general André Bastos Silva, assessor da Defesa para Assuntos Orçamentários. A ala militar ainda aponta que o orçamento total da pasta cairá de R\$ 107,7 bilhões, em 2019, para R\$ 72,4 bilhões no ano que vem.

De acordo com o secretário executivo do Ministério de Ciência e Tecnologia, Julio Semeghini, a atitude de Bolsonaro também garante o pagamento, em 2020, das bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) - que ficaram comprometidas neste ano, após os contingenciamentos -, além de fazer "decolar" o programa espacial brasileiro.

A escolha do presidente ocorreu quando ele sancionou a Lei de Diretrizes

Orçamentárias (LDO) para o próximo ano. Parlamentares sugeriram que o governo deixasse imune ao congelamento um número muito maior de despesas, que iam de reformas de aeroportos regionais ao programa Mais Médicos.

O Ministério da Economia recomendou o veto presidencial sobre todas as blindagens, mas Bolsonaro decidiu contrariar seus auxiliares e manteve a medida para os programas militares e de Ciência e Tecnologia.

O argumento da equipe do ministro Paulo Guedes foi o de que a limitação para contingenciar verbas contribui para "elevação da rigidez do Orçamento", dificultando o cumprimento das regras fiscais. Hoje, 96% do Orçamento é engessado.

A recomendação da equipe econômica foi seguida por Bolsonaro quando vetou 16 tipos de despesas que seriam blindadas, caso seguisse as propostas do Congresso feitas no projeto da LDO.

Procurado para explicar o motivo de manter a blindagem na Defesa e na Ciência e Tecnologia, o Planalto não se manifestou. O Ministério da Economia também não quis se posicionar. Para eventual revisão da decisão de blindar os orçamentos das pastas, será preciso que um novo projeto para alterar a LDO seja encaminhado ao Congresso. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

ALÔ BRASÍLIA - BRASIL

MEC lança projeto que estimula leitura infantil com familiares

O ministério da Educação (MEC) lançou hoje (05) o programa “Conta pra Mim”, que estimula a leitura de livros infantis no ambiente familiar. Alunos da rede pública que cursam o 1º e o 2º ano do ensino fundamental são o público-alvo da iniciativa. O programa faz parte da Política Nacional de Alfabetização e, além do estímulo da leitura diária, criará “cantinhos de leitura” para narração de histórias, atividades lúdicas e estímulo à atividade intelectual em creches, pré-escolas, museus e bibliotecas.

“Eu acredito que esse programa é revolucionário. Pela primeira vez no Brasil existe um programa de valorização da leitura em família. Crianças, pais, mães, avós, padrinhos, tios ou tias podem fazer parte. Eu verdadeiramente acredito na capacidade brasileira de se adaptar e buscar soluções. Cientificamente, os resultados são muito robustos para famílias que leem com seus filhos”, afirmou o ministro da Educação Abraham Weintraub.

O programa prevê o treinamento de “tutores” de leitura, que serão capacitados pelo MEC a partir de janeiro de 2020. Esses tutores receberão uma bolsa de incentivo de R\$ 300 a R\$ 400 para colaborar com os cantinhos de leitura. O treinamento desses tutores deve acontecer pela plataforma de ensino à distância do MEC, mas também será feito por aulas presenciais ministradas por técnicos da secretaria de Alfabetização do ministério. “Os dados mostram que o quadro de alfabetização não é bom. Nas duas últimas provas da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) tivemos mais de 50% dos alunos com desempenho muito abaixo do esperado. Isso significa que esses alunos não são leitores proficientes. Esse programa é a nossa resposta para mudar isso”, afirmou o secretário de Alfabetização do MEC, Carlos Nadalim.

O custo da iniciativa será de cerca de R\$ 45 milhões. Destes, R\$ 20 milhões serão

usados para a bolsa de incentivo aos tutores, R\$ 17 milhões serão usados na impressão do material e dos kits de leitura, e R\$ 8 milhões para a logística do programa.

topo ↕

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - GERAL

MEC lança projeto que estimula leitura infantil com familiares

O programa faz parte da Política Nacional de Alfabetização e, além do estímulo da leitura diária, criará “cantinhos de leitura”

O ministério da Educação (MEC) lançou hoje (05) o programa “Conta pra Mim”, que estimula a leitura de livros infantis no ambiente familiar. Alunos da rede pública que cursam o 1º e o 2º ano do ensino fundamental são o público-alvo da iniciativa. O programa faz parte da Política Nacional de Alfabetização e, além do estímulo da leitura diária, criará “cantinhos de leitura” para narração de histórias, atividades lúdicas e estímulo à atividade intelectual em creches, pré-escolas, museus e bibliotecas.

“Eu acredito que esse programa é revolucionário. Pela primeira vez no Brasil existe um programa de valorização da leitura em família. Crianças, pais, mães, avós, padrinhos, tios ou tias podem fazer parte. Eu verdadeiramente acredito na capacidade brasileira de se adaptar e buscar soluções. Cientificamente, os resultados são muito robustos para famílias que leem com seus filhos”, afirmou o ministro da Educação Abraham Weintraub.

O programa prevê o treinamento de “tutores” de leitura, que serão capacitados pelo MEC a partir de janeiro de 2020. Esses tutores receberão uma bolsa de incentivo de R\$ 300 a R\$ 400 para colaborar com os cantinhos de leitura. O treinamento desses tutores deve acontecer pela plataforma de ensino à distância do MEC, mas também será feito por aulas presenciais ministradas por técnicos da secretaria de Alfabetização do ministério. “Os dados mostram que o quadro de alfabetização não é bom. Nas duas últimas provas da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) tivemos mais de 50% dos alunos com desempenho muito abaixo do esperado. Isso significa que esses alunos não são leitores proficientes. Esse programa é a nossa resposta para mudar isso”, afirmou o secretário de Alfabetização do MEC, Carlos Nadalim.

O custo da iniciativa será de cerca de R\$ 45 milhões. Destes, R\$ 20 milhões serão usados para a bolsa de incentivo aos tutores, R\$ 17 milhões serão usados na impressão do material e dos kits de leitura, e R\$ 8 milhões para a logística do programa.

O secretário citou, ainda, o resultado do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, o Pisa, que mostrou estagnação no índice de compreensão de leitura na última década no Brasil. “Estamos abaixo da média. O problema é que descobrimos que 50% dos estudantes estão bem abaixo da média na proficiência de leitura. Apenas 0,2% dos estudantes atingiram o nível mais elevado. E isso é assustador”, explicou.

A idéia do programa, segundo Nadalim, é que as crianças levem para casa as práticas de contação de histórias, leitura, diálogo familiar e motivação da oralidade entre pessoas da mesma família. Professora de uma escola pública do Plano Piloto, em Brasília, Cíntia Pereira de Paula afirmou estar entusiasmada com a iniciativa. “Esse projeto é muito importante. Nos deparamos muito com crianças que possuem pais ou mães analfabetos, e essas crianças levam uma cultura de conversa, de leitura, de diálogo e de amor pelo conhecimento para um lar onde nada disso existe. É uma forma de inverter o aprendizado: é o pequeno ensinando o grande”.

O projeto prevê a distribuição de “kits de literacia”, compostos de uma “mini biblioteca” de livros infantis da Turma da Mônica – confeccionados especialmente para o programa -, caderno de desenho, giz de cera e um guia de orientações pedagógicas para o estímulo das crianças. Uma parte do conteúdo estará disponível no portal criado para a iniciativa.

A iniciativa do programa segue o princípio da Curva de Heckman, formulada pelo vencedor do Prêmio Nobel de Economia de 2000, James Heckman. De acordo com o economista, investimentos feitos nas camadas mais jovens da população têm maior retorno social.

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - GERAL

Pesquisa, extensão e prestação de serviços são receita de sucesso

Iniciativas culturais e de lazer realizadas no campus atingem milhares de pessoas

Trabalhando juntos, mas em projetos separados, o Centro de Educação Básica Francisco de Assis, o Museu Antropológico Diretor Pestana, a Rádio Educativa Unijuí FM e a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí) fizeram da Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Fidene/Unijuí) a vencedora do Prêmio Responsabilidade Social Assembleia Legislativa em 2019 na categoria Instituição de Ensino Superior. Mantenedora das quatro instituições, a Fidene/Unijuí desenvolve, constantemente, diversos projetos de pesquisa, extensão e de prestação de serviços para a comunidade, voltados ao bem-estar social e à preservação do meio ambiente. Dessa forma, aproxima e socializa o conhecimento produzido dentro de suas unidades com a comunidade regional.

O balanço social do ano, premiado pelo Parlamento gaúcho, apresentou dados importantes para a comunidade. Foram mais de R\$ 10,5 milhões investidos em projetos, ações e contribuições para a sociedade, mais de R\$ 28 milhões destinados a bolsas educacionais, 15.970 benefícios concedidos e mais 66 mil pessoas diretamente atendidas pelos projetos desenvolvidos na instituição. Indiretamente, os beneficiados são incalculáveis, diz a presidente da Fidene/Unijuí, Cátia Maria Nehring.

A integração com a sociedade é um dos mais sólidos pilares da atuação da instituição. Em uma série de iniciativas, estimula o desenvolvimento das pessoas e da comunidade.

Nesse cenário, a Agência de Inovação e Tecnologia, o Escritório de Relações Universidade-Comunidade, a Incubadora de Empresas de Inovação Tecnológica e a Incubadora de Economia Solidária, Desenvolvimento e Tecnologia Social aproximam a fundação da população, fortalecendo vínculos e promovendo resultados positivos. As ações alcançam diferentes segmentos, como saúde humana e animal, economia, meio ambiente e sustentabilidade, atenção ao idoso e à criança, entre outros.

A Fidene/Unijuí também acredita e valoriza seu papel como agente capaz de contribuir para a transformação do ambiente em que está inserida a partir de ações por diferentes caminhos. Alguns deles são a cultura, o esporte, o lazer e a socialização, eleitos como instrumentos que compõem um espaço para fomentar o surgimento de ideias inovadoras, sustentáveis e responsáveis. As iniciativas alcançam milhares de pessoas e vão desde momentos de lazer no campus até o incentivo aos grupos culturais e aos

encontros entre o corpo acadêmico e alunos do Ensino Médio em bate-papos que auxiliam na escolha profissional.

O envolvimento da Fidene/Unijuí, dos técnicos administrativos e de apoio e de docentes se dá de forma direta e constante. Seja por meio do contato com a comunidade no desenvolvimento dos projetos e atividades propriamente ditas, seja no apoio administrativo, promovendo a formalidade das ações. E foi esse conjunto de propostas e os seus resultados exitosos que levaram a instituição ao reconhecimento e à conquista do prêmio.

topo ↕

O TEMPO - MG - BRASIL

Reitores exigem que Weintraub prove plantio de maconha em universidades SÃO PAULO

Os reitores das universidades federais foram à Justiça exigir explicações do ministro da Educação, Abraham Weintraub, sobre declarações dele segundo as quais as instituições teriam “plantações extensivas de maconha” e laboratórios de produção de drogas sintéticas. A ação foi protocolada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) na Justiça Federal de Brasília. Na interpelação, os reitores pedem que Weintraub diga quais são as provas que amparam suas declarações, sobre quem especificamente elas foram dirigidas e quais foram as providências tomadas pelo MEC nesses casos – ou ainda que o ministro se retrate. A entidade diz que as manifestações do ministro podem gerar consequências civis para a União e civis e criminais para ele mesmo. Em entrevista ao Jornal da Cidade no último dia 21, Weintraub declarou: “Você tem plantações extensivas, e não três pés de maconha, mas plantações extensivas de maconha em algumas universidades. A ponto de ter borrifador de agrotóxico. Porque orgânico é bom contra a soja, para não ter agroindústria no Brasil, e para a maconha deles querem tudo que é tecnologia à disposição” O ministro compartilhou em suas redes sociais um vídeo sobre uma operação que terminou com três estudantes detidos, dois deles da UnB. A investigação desse episódio, não citada pelo ministro, constatou posteriormente que a plantação não estava em área da universidade. Os jovens também não foram condenados por tráfico de drogas.

topo ↕

JORNAL DA USP - SP - GERAL

Marisa Midori faz balanço da Festa do Livro da USP

A professora fala sobre os quatro dias da 21ª edição da festa e ainda comenta as mudanças atuais na Secretaria Especial da Cultura

A professora Marisa Midori fez um balanço da 21ª edição da Festa do Livro da USP, promovida pela Edusp, em sua coluna Bibliomania, que foi ao ar no dia 6 de dezembro. Ela disse que estamos em plena ressaca da Festa do Livro, que terminou no último sábado, com uma multidão correndo para a USP para conferir os livros. “Como frequentadora assídua da festa, posso dizer, assim como os jovens dizem, que a festa bombou.”

Além disso, Marisa cita um livro que chamou sua atenção na estante da Editora Veneta: Gramsci em Quadrinhos, de Néstor Kohan e do cartunista Rep, com posfácio de Lincoln Secco, professor de História da USP. “O Gramsci parece hoje uma leitura obrigatória. Pensemos que o Gramsci, esse grande filósofo italiano, elaborou o conceito de hegemonia cultural, que traduzindo em linhas rápidas significa a dominação ideológica de uma classe sobre a outra”, comentou Marisa.

“Ora, isso é importantíssimo, no momento em que estamos assistindo aos projetos de militarização das escolas públicas; assistimos consternados à crise da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, com corte das bolsas nos programas de pós-graduação, e de alguma forma nos discursos vigentes uma desqualificação da figura do professor”, ressaltou. Segundo ela, no campo da cultura, o nosso Ministério hoje não passa de uma secretaria especial do Ministério do Turismo. “Esse quadro bastante trágico da cultura e da educação torna obrigatória a leitura de Gramsci, de modo que publicar Gramsci em quadrinhos se apresenta como um gesto muito corajoso, senão irônico, mas sem dúvida revolucionário da Editora Veneta”, reitera.

topo ↕

O PARANÁ - PR - TEMPO REAL

Prova do Prêmio Capes Talento Universitário será no domingo

1ª EDIÇÃO - Estudantes que ingressaram no ensino superior em 2019 e fizeram Enem em 2017 ou 2018 concorrem a mil prêmio de R\$ 5 mil cada

As provas da primeira edição do Prêmio **Capex** Talento Universitário ocorrem neste domingo (8) em 60 municípios de todo o País. Os portões serão abertos às 13h e fechados às 14h (horário de Brasília), e as provas vão ter duração de quatro horas. Mais de 21 mil estudantes que ingressaram no ensino superior em 2019 e fizeram o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) em 2017 ou 2018 concorrem aos mil prêmio de R\$ 5 mil cada, num total de R\$ 5 milhões.

Para a realização do exame, os candidatos devem apresentar documento de identificação original com foto e utilizar caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente. Os lanches precisam estar em embalagens transparentes e serão vistoriados.

Celulares e equipamentos eletrônicos devem estar desligados dentro da embalagem fornecida pelo aplicador. É proibido o uso de lápis, borrachas, relógios e calculadoras, entre outros.

“Com os resultados, serão gerados indicadores para direcionar futuras políticas públicas de ensino”, diz a **Capex**.

O resultado será divulgado em fevereiro de 2020. Para conferir os locais de prova, basta acessar o site da instituição e clicar em “autenticação”.

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Prêmio CAPES Talento Universitário: atenção às regras da prova!

Mais de 20 mil participantes fazem a prova do Prêmio **CAPES** Talento Universitário no próximo domingo, 8. “Já está tudo preparado para que os estudantes façam a prova com tranquilidade, nos mais de 60 municípios em todo o país”, afirma **Anderson Correia**, presidente da **CAPES**.

Correia sugere que os participantes fiquem atentos aos horários de abertura e fechamento dos portões, além das regras para concorrer ao prêmio, e manda um último recado: “Boa prova a todos”.

Nas 60 localidades de prova das 27 unidades da federação, os portões serão abertos às

13h e fechados às 14h, no horário de Brasília. As provas terão 80 questões de múltipla escolha e o cartão de resposta deve ser preenchido com caneta esferográfica de tinta preta. Os candidatos devem ficar atentos ao que levar para a realização do exame e ao que causa eliminação:

IDENTIFICAÇÃO

Para realizar a prova é obrigatório apresentar um documento de identificação válido. São aceitos:

- Carteira de Identidade;
- Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com fotografia;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social, emitida após 27 de janeiro de 1997;
- Certificado de Reservista;
- Passaporte;
- Identidade expedida pelo Ministério da Justiça para estrangeiros, inclusive aqueles reconhecidos como refugiados;
- Protocolo Provisório de Solicitação de Refúgio emitido pelo Departamento de Polícia Federal;
- Carteira de Registro Nacional Migratório;
- Documento Provisório de Registro Nacional Migratório;
- Identificação fornecida por ordens ou conselhos de classes que por lei tenha validade como documento de identidade;
- Certificado de Dispensa de Incorporação;
- Identidade funcional.

O candidato que não puder apresentar o documento de identificação original com foto no dia de aplicação da prova, por motivo de extravio, perda, furto ou roubo, poderá realizar a prova se:

- Apresentar boletim de ocorrência (original ou com certificado digital) expedido por órgão policial há, no máximo, 90 dias do dia de aplicação da prova, e
- seguir o procedimento de identificação especial, que compreende a coleta de dados e da assinatura do candidato em formulário próprio.

ELIMINAÇÃO

Os atos e omissões que causam eliminação do certame são os mesmos que os jovens conhecem de provas semelhantes. Mas sempre vale a pena lembrar. Veja abaixo o que é motivo para um candidato ser eliminado.

Durante a aplicação da prova:

- iniciar as provas antes da autorização do aplicador;
- não se identificar no retorno à sala de prova quando for ao banheiro, antes do fechamento dos portões;
- for ao banheiro, a partir das 14h (horário de Brasília-DF), sem o fiscal;
- iniciar as provas sem a autorização do aplicador e a leitura das instruções contidas na capa da prova, e na folha de resposta;
- realizar anotações em qualquer documento que não seja a folha de resposta e a prova;
- não entregar ao aplicador a prova e a folha de resposta ao sair em definitivo a sala de prova;
- utilizar o banheiro do local de aplicação após o término de sua prova e saída definitiva da sala de prova;
- não obedecer às determinações do aplicador de sala.

Quanto aos pertences:

- Não acondicionar seus pertences em embalagem fornecida pelo aplicador;
- não manter os aparelhos eletrônicos desligados durante toda a aplicação da prova;
- portar, fora da embalagem fornecida pelo aplicador, lápis, caneta de material não transparente, lapiseira, borrachas, régua, corretivos, livros, manuais, impressos, anotações e quaisquer dispositivos eletrônicos, calculadoras, telefones celulares, smartphones, tablets, ipods®, gravadores, pen drive, mp3 e/ou similar, relógio de qualquer espécie, alarmes, chaves com alarme ou com qualquer outro componente eletrônico, fones de ouvido e/ou qualquer transmissor, gravador e/ou receptor de dados, imagens, vídeos e mensagens;
- usar óculos escuros e artigos de chapalaria durante a realização das provas;
- portar armas de qualquer espécie, exceto para os casos previstos no art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro 2003.

Sobre a fiscalização

- Não autorizar que o aplicador vistorie o lanche;
- Não autorizar que o coordenador vistorie os artigos religiosos, burca, quipá e outros;
- Não se submeter a revista eletrônica, a qualquer momento, por meio do uso de detector de metais.

PREMIAÇÃO

O Prêmio CAPES Talento Universitário vai premiar com R\$ 5 mil os primeiros mil colocados na prova, o que totaliza um investimento de R\$ 5 milhões. Com os resultados, serão gerados indicadores para direcionar futuras políticas públicas de ensino. O resultado será divulgado em fevereiro de 2020.

LOCAIS DE PROVA

Ainda não sabe onde fará o exame? Confira o local de prova aqui.

Redação CCS/CAPES

topo 

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

MEC lança projeto que estimula leitura infantil com familiares

Programa prevê treinamento de tutores de leitura capacitados pelo MEC

O ministério da Educação (MEC) lançou hoje (05) o programa “Conta pra Mim”, que estimula a leitura de livros infantis no ambiente familiar. Alunos da rede pública que cursam o 1º e o 2º ano do ensino fundamental são o público-alvo da iniciativa. O programa faz parte da Política Nacional de Alfabetização e, além do estímulo da leitura diária, criará “cantinhos de leitura” para narração de histórias, atividades lúdicas e estímulo à atividade intelectual em creches, pré-escolas, museus e bibliotecas.

“Eu acredito que esse programa é revolucionário. Pela primeira vez no Brasil existe um programa de valorização da leitura em família. Crianças, pais, mães, avós, padrinhos, tios ou tias podem fazer parte. Eu verdadeiramente acredito na capacidade brasileira de se adaptar e buscar soluções. Cientificamente, os resultados são muito robustos para famílias que leem com seus filhos”, afirmou o ministro da Educação Abraham Weintraub.

O programa prevê o treinamento de “tutores” de leitura, que serão capacitados pelo

MEC a partir de janeiro de 2020. Esses tutores receberão uma bolsa de incentivo de R\$ 300 a R\$ 400 para colaborar com os cantinhos de leitura. O treinamento desses tutores deve acontecer pela plataforma de ensino à distância do MEC, mas também será feito por aulas presenciais ministradas por técnicos da secretaria de Alfabetização do ministério. “Os dados mostram que o quadro de alfabetização não é bom. Nas duas últimas provas da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) tivemos mais de 50% dos alunos com desempenho muito abaixo do esperado. Isso significa que esses alunos não são leitores proficientes. Esse programa é a nossa resposta para mudar isso”, afirmou o secretário de Alfabetização do MEC, Carlos Nadalim.

O custo da iniciativa será de cerca de R\$ 45 milhões. Destes, R\$ 20 milhões serão usados para a bolsa de incentivo aos tutores, R\$ 17 milhões serão usados na impressão do material e dos kits de leitura, e R\$ 8 milhões para a logística do programa.

Resultado do Pisa

O secretário citou, ainda, o resultado do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, o Pisa, que mostrou estagnação no índice de compreensão de leitura na última década no Brasil. “Estamos abaixo da média. O problema é que descobrimos que 50% dos estudantes estão bem abaixo da média na proficiência de leitura. Apenas 0,2% dos estudantes atingiram o nível mais elevado. E isso é assustador”, explicou.

Aprendizado em família

A idéia do programa, segundo Nadalim, é que as crianças levem para casa as práticas de contação de histórias, leitura, diálogo familiar e motivação da oralidade entre pessoas da mesma família. Professora de uma escola pública do Plano Piloto, em Brasília, Cíntia Pereira de Paula afirmou estar entusiasmada com a iniciativa. “Esse projeto é muito importante. Nos deparamos muito com crianças que possuem pais ou mães analfabetos, e essas crianças levam uma cultura de conversa, de leitura, de diálogo e de amor pelo conhecimento para um lar onde nada disso existe. É uma forma de inverter o aprendizado: é o pequeno ensinando o grande”.

O projeto prevê a distribuição de “kits de literacia”, compostos de uma “mini biblioteca” de livros infantis da Turma da Mônica - confeccionados especialmente para o programa -, caderno de desenho, giz de cera e um guia de orientações pedagógicas para o estímulo das crianças. Uma parte do conteúdo estará disponível no portal criado para a iniciativa.

Metodologia

A iniciativa do programa segue o princípio da Curva de Heckman, formulada pelo vencedor do Prêmio Nobel de Economia de 2000, James Heckman. De acordo com o economista, investimentos feitos nas camadas mais jovens da população têm maior retorno social.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

MEC destina R\$ 45 milhões a programa voltado para incentivar pais a lerem para os filhos

"Conta Pra Mim" inclui distribuição de almanaques da "Turma da Mônica" com conteúdo formulado pelo ministério a partir de "assuntos da família brasileira"

BRASÍLIA- Após críticas de parlamentares e especialistas sobre a falta de ações no Ministério da Educação (MEC), sobretudo em relação à Política Nacional de

Alfabetização (PNA), o MEC lançou nesta quinta-feira o programa "Conta pra mim", que prevê o uso de R\$ 45 milhões para incentivar pais a lerem para os filhos. A medida é uma das estratégias do ministério para implementação da PNA.

De acordo com o MEC, o recurso será utilizado para financiar professores tutores para atuar em cinco mil espaços que serão criados em creches, escolas, museus e bibliotecas, chamados "Cantinho conta pra mim". Esses locais serão destinados a treinar os responsáveis a contarem histórias para as crianças e também poderão receber alunos para realização de atividades. A expectativa do MEC é que um milhão de famílias sejam atingidas pelo programa.

Os professores tutores da rede pública receberão uma bolsa com um valor que deve variar entre R\$ 300 e R\$400. Esses profissionais serão responsáveis por ensinar aos pais das crianças técnicas de "literacia familiar" ao longo de três encontros com duração de uma hora. Segundo o MEC, os tutores devem ajudar os pais a aplicar técnicas de leitura e contação de história para auxiliar as crianças da primeira infância a desenvolverem recursos cognitivos que auxiliem na alfabetização. Questionado sobre qual seria a estratégia do ministério para atender pais de baixa renda que não sabem ler e escrever o ministro afirmou que as oficinas também trabalharão a oralidade.

Atualmente, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem 11,3 milhões de analfabetos entre a população de 15 anos ou mais. Já o Indicador do Alfabetismo Funcional (Inaf), divulgado em 2018 pelo Instituto Paulo Montenegro, mostra que cerca de 30% dos jovens e adultos de 15 a 64 anos são analfabetos funcionais.

— Há técnicas que mostram que mesmo um analfabeto que conta história para o filho de cabeça gera um impacto gigantesco no ensino dele. Essa pergunta (sobre os pais analfabetos) foi a primeira que eu fiz quando apresentaram o programa. Acreditamos que mesmo pais analfabetos vão buscar os Cantinhos e buscar formas para conseguir suprir a necessidade. Não podemos trabalhar com exceção, o impacto vai ser muito grande — afirmou Weintraub, que não quis comentar sobre o relatório da Comissão Externa de acompanhamento do MEC na Câmara (Comex/MEC) criticando a gestão da pasta.

O secretário Nacional de Alfabetização, Carlos Nadalim, complementou a fala do ministro. Segundo ele, o programa pode ajudar pais analfabetos a desenvolverem técnicas que estimulem o vocabulários dos filhos por meio da conversa.

— A primeira interação é verbal, podemos ensinar pais analfabetos a melhorarem estratégia de conversação com crianças pequenas. A prática não se resume à leitura em voz alta feita para as crianças — disse.

Assuntos da família brasileira

O programa inclui a distribuição de "Kits de literacia", que incluirão livros infantis e orientações para os pais. Além desses kits, que custarão cerca de R\$17 milhões, alunos do 1º e do 2º ano do ensino fundamental receberão almanaques da Turma da Mônica, ilustrado pelo Instituto Maurício de Sousa com conteúdo formulado pelo MEC. Segundo Weintraub, os conteúdos presentes no material serão "assuntos da família brasileira". Perguntado sobre que tipos de assunto seriam esses, o ministro não deu

detalhes.

— Serão historinhas bonitinhas do Brasil, do folclore do Brasil. A preocupação de trazer Maurício de Sousa foi para dar o ar de brasilidade, resgatar a história, a cultura e os valores — disse o ministro.

Ao longo do programa, o MEC pretende disponibilizar 40 vídeos sobre o tema na internet. Com o lançamento do Conta pra mim, cinco vídeos já foram disponibilizados. O secretário de alfabetização argumentou que "para formar bons leitores é preciso formar bons ouvintes".

— Literacia familiar é um conjunto de práticas e experiências relacionadas ao desenvolvimento da linguagem, escrita e leitura. Práticas vivenciadas em casa pelos pais com seus filhos — disse Nadalim, acrescentando que o MEC não aposta em um único método, embora a PNA mencione apenas o método fônico. — Em nenhum momento apostamos em uma bala de prata, sabemos que há facilitadores precursores da alfabetização que são importantes. Os pais precisam encorajar os filhos para que tomem gosto pela leitura.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

AP anuncia instituições que vão receber projeto do MEC para escolas cívico-militares

Antônio Ferreira Lima Neto e Antônio Munhoz Lopes são as escolas estaduais selecionadas para o programa do Ministério da Educação.

Buscando implantar metodologia de ensino e gestão no Amapá, o Governo Federal escolheu duas escolas estaduais de Macapá para receber a implantação, a partir de 2020, do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério da Defesa.

As escolas selecionadas são Antônio Ferreira Lima Neto, no bairro Parque dos Buritis, e Antônio Munhoz Lopes, no conjunto habitacional Macapaba. Ambas estão situadas na Zona Norte da capital.

Cada escola selecionada receberá R\$ 1 milhão para a aplicação do novo modelo, com novas regras e estrutura. As escolas foram escolhidas por estarem em regiões com alta vulnerabilidade social e baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

A Secretaria de Estado da Educação (Seed) informou que foram realizadas consultas em 6 escolas que poderiam estar inseridas nos pré-requisitos, incluindo 2 do município de Mazagão.

Cerca de 54 escolas, de todo o Brasil, integrantes do projeto, terão gestores escolares e coordenadores pedagógicos capacitados pelo MEC em dezembro, quando irão participar de uma apresentação do Pecim e orientados sobre a aplicação do novo modelo.

Pecim

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares foi lançado pelo Governo Federal em setembro e visa estimular a criação de escolas cívico-militares nos estados e municípios.

O projeto fará com que a União coloque à disposição das gestões estaduais e municipais a estrutura e os profissionais das Forças Armadas, para que contribuam nas funções administrativas e de gestão das escolas.

O MEC afirmou que a meta é construir 216 escolas, no modelo Pecim, espalhadas pelos 26 estados e no Distrito Federal até 2023, visando melhorar a qualidade do ensino em todo país.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Estudante de Manaus ganha medalha de ouro nas Olimpíadas de Matemática das Escolas Públicas

Daniel Bastos Amaral ficou entre os 160 melhores estudantes do país na categoria em que participou.

O aluno Daniel Bastos Amaral, estudante do 7º ano da escola municipal Joaquim Gonzaga Pinheiro, localizada na Zona Oeste de Manaus, conquistou uma Medalha de Ouro, no nível 1, da 15ª edição das Olimpíadas Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep). Em 2018, ele participou de um curso preparatório e, em 2019, participou da competição e ficou entre os 160 melhores estudantes do país na categoria em que participou.

A Obmep 2019 é dirigida aos alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e aos alunos do ensino médio, de escolas públicas municipais, estaduais e federais, além de escolas privadas, bem como aos respectivos professores, unidades de ensino e secretarias de educação, todos localizados no território brasileiro. Neste ano, a Obmep recebeu mais de 18 milhões de inscrições e foi realizada em 99,71% dos municípios do Brasil.

Para conseguir a Medalha de Ouro, Daniel ficou entre os 160 melhores estudantes do Brasil no nível 1, destinado a estudantes do 6º e 7º ano do ensino fundamental. Em 2018, Daniel levou a menção honrosa, ganhou uma bolsa e participou de um curso de preparação para a Obmep de 2019.

“Eu fiquei muito feliz com o resultado, não esperava a Medalha de Ouro. Eu já tinha conseguido menção honrosa ano passado e resolvi fazer este ano de novo, então eu me preparei estudando muito. Eu já estava no pique da Obmep porque eu já estava recebendo um curso por conta do resultado do ano passado”, comentou.

Como prêmio pelo resultado, além da medalha, Daniel será convidado a participar do Programa de Iniciação Científica (PIC Jr.) como incentivo e promoção do desenvolvimento acadêmico dos participantes.

A participação no PIC inclui o recebimento de uma bolsa de Iniciação Científica Jr. do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A estrutura e o planejamento do programa serão definidos e divulgados no início de 2020 na página do programa.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Bolsonaro poupa Defesa e Ciência de cortes no Orçamento de 2020

Presidente contraria equipe econômica e preserva gastos na Ciência e Tecnologia e nos programas militares, mas permite bloqueio na Saúde

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) optou por blindar despesas ligadas aos ministérios da Defesa e da Ciência e Tecnologia de bloqueios de verba no ano que vem. Bolsonaro decidiu, porém, não livrar de eventuais tesouradas os gastos com compra de equipamentos para escolas infantis e de medicamentos para doenças raras, previstos no Orçamento de 2020.

A medida contrariou a equipe econômica, que havia recomendado ao presidente vetar qualquer tipo de tratamento diferenciado a ministérios na hora de contingenciar verbas. A estratégia é utilizada quando o governo enfrenta dificuldades para cumprir as metas fiscais. Neste ano, os sucessivos bloqueios de recursos ameaçaram paralisar o funcionamento da administração pública federal.

Ao todo, Bolsonaro blindou R\$ 7,2 bilhões em despesas ligadas aos dois ministérios, que incluem construção de submarinos, compra de aeronaves e de cargueiros militares. No caso da Ciência e Tecnologia, todo o orçamento da pasta no ano que vem — de R\$ 11,7 bilhões — passou a ser imune aos bloqueios. Este ano, o Ministério de Ciência e Tecnologia tinha previsão orçamentária de R\$ 13,6 bilhões.

Dessa forma, caso o governo precise economizar dinheiro no ano que vem, por exemplo, poderá congelar gastos de universidades, mas estará impedido de bloquear o valor reservado para a compra dos blindados Guarani — veículos de combate do Exército —, sob pena de a medida ser interpretada como crime de responsabilidade.

Ao preservar investimentos vinculados às Forças Armadas, Bolsonaro atende a uma solicitação antiga dos militares, uma das bases de sustentação do governo Bolsonaro. Ao longo do ano, comandantes das Forças reclamaram com o presidente dos bloqueios de verbas, que ameaçaram programas considerados estratégicos e até o pagamento de recrutas.

Produção científica

O Ministério da Defesa afirma que, ao ter os recursos protegidos, contribui para a produção científica do país em áreas militares, que empregam mais de um milhão de pessoas — entre empregos diretos e indiretos.

“Não quer dizer que o governo esteja dando uma prioridade [ao Ministério da Defesa]. O orçamento que é destinado aos programas estratégicos está muito aquém das necessidades. Isso tem levado a aumentar cronogramas de entrega. Há projetos que só vão terminar em 2040, criando risco de obsolescência dos equipamentos”, disse o general André Bastos Silva, assessor da Defesa para Assuntos Orçamentários. A ala militar ainda aponta que o orçamento total da pasta cairá de R\$ 107,7 bilhões, em 2019, para R\$ 72,4 bilhões no ano que vem.

De acordo com o secretário executivo do Ministério de Ciência e Tecnologia, Julio Semeghini, a atitude de Bolsonaro também garante o pagamento, em 2020, das bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) — que ficaram comprometidas neste ano, após os contingenciamentos —, além de fazer “decolar” o programa espacial brasileiro.

A escolha do presidente ocorreu quando ele sancionou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo ano. Parlamentares sugeriram que o governo

deixasse imune ao congelamento um número muito maior de despesas, que iam de reformas de aeroportos regionais ao programa Mais Médicos.

O Ministério da Economia recomendou o veto presidencial sobre todas as blindagens, mas Bolsonaro decidiu contrariar seus auxiliares e manteve a medida para os programas militares e de Ciência e Tecnologia.

O argumento da equipe do ministro Paulo Guedes foi o de que a limitação para contingenciar verbas contribui para “elevação da rigidez do Orçamento”, dificultando o cumprimento das regras fiscais. Hoje, 96% do Orçamento é engessado. A recomendação da equipe econômica foi seguida por Bolsonaro quando vetou 16 tipos de despesas que seriam blindadas, caso seguisse as propostas do Congresso feitas no projeto da LDO.

Procurado para explicar o motivo de manter a blindagem na Defesa e na Ciência e Tecnologia, o Planalto não se manifestou. O Ministério da Economia também não quis se posicionar. Para eventual revisão da decisão de blindar os orçamentos das pastas, será preciso que um novo projeto para alterar a LDO seja encaminhado ao Congresso.

topo ↕

PAINEL POLÍTICO - TEMPO REAL

‘Nem chineses estão dispostos a pagar preço da carne’, diz CNA

Os preços médios da carne bovina importada pela China saíram de US\$ 4.600 por tonelada para US\$ 5.200 por tonelada, com picos próximos aos US\$ 6 mil por tonelada

O preço da carne bovina chegou a um patamar que até mesmo os chineses não estão dispostos a pagar, o que deve provocar um recuo no valor, inclusive no Brasil, segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Os preços médios da carne bovina importada pela China saíram de US\$ 4.600 por tonelada para US\$ 5.200 por tonelada, com picos próximos aos US\$ 6 mil por tonelada. “São valores recordes que nem os chineses estão dispostos a pagar. Por isso, haverá o ajuste”, disse o superintendente técnico da CNA, Bruno Lucchi.

Mas o presidente da CNA, João Martins, alertou que os preços não voltarão aos patamares passados. “Ninguém espera que voltem os preços de 60 dias atrás”, disse Martins em evento de balanço anual da entidade, em Brasília. A própria ministra da Agricultura, Tereza Cristina, disse ao Estado que o preço da carne não volta ao patamar anterior.

No período citado por Martins, a arroba do boi em São Paulo subiu cerca de 45%, de uma média de R\$ 160 para R\$ 230, e boa parte desse reajuste chegou ao varejo. A disparada ocorreu depois do aumento das importações chinesas, da redução na oferta brasileira e do crescimento do consumo no mercado interno.

De acordo com o presidente da CNA, o ajuste será feito pelo consumidor e pelo mercado. Ele lembrou que o avanço favorece os pecuaristas, já que os preços estavam “achatados e custo de produção em alta”. Além do aumento nas importações chinesas, a redução na oferta brasileira e o crescimento do consumo no mercado interno motivaram a disparada no preço da carne bovina.

Lucchi afirmou que não há possibilidade de falta de carne no mercado interno, pois o

volume exportado do produto em novembro, pico das vendas, correspondeu a 22% a 23% da oferta total. “Se tomarmos esse volume como base, vamos exportar 28% da produção em 2020. Mas a capacidade de reação do pecuarista é grande e vamos ter aumento na oferta”, explicou.

Este ano houve um aumento de 39,5% das exportações da carne bovina brasileira para a China, mercado que representa 24,6% de todas as vendas do produto brasileiro. As vendas de suínos cresceram 49% para a China e as de frango avançaram 27,7%.

Segundo Lucchi, as carnes suína e de frango seguiram os aumentos “não tão proporcionais como o da bovina” e a entidade acredita que no início de 2020 haverá o ajuste também nesses produtos. “Normalmente, o consumo interno cai no início de cada ano. Isso está bem equalizado, porque a capacidade de resposta do setor produtivo é enorme.”

A CNA avalia que a Ásia continuará como “um importante parceiro do agronegócio brasileiro” em 2020, com aumento de exportações e inclusão de novos produtos na pauta de comércio, como frutas, lácteos, produtos apícolas, cafés especiais e pescados. Dos principais destinos de exportação do setor em 2019, três são asiáticos – China, Japão e Irã – e os outros são Estados Unidos e União Europeia. Esses cinco mercados responderam por 63% das vendas externas do setor.

O maior aumento observado foi para o Japão. De janeiro e outubro de 2019, o país importou do Brasil US\$ 913,9 milhões a mais do que no mesmo período de 2018. Outro destaque é a China, principal importador de carnes de frango, bovina e suína do Brasil. O país asiático enfrentou problemas de abastecimento, com a peste suína africana, e foi obrigado a importar proteínas animais de várias outras nações, principalmente do Brasil.

Em 2019, a soja em grão liderou o ranking das exportações brasileiras, com US\$ 23,2 bilhões em vendas. Em seguida vieram celulose (US\$ 6,56 bilhões), milho (US\$ 5,92 bilhões), carne de frango in natura (US\$ 5,5 bilhões), e carne bovina in natura (US\$ 4,98 bilhões). Via Estadão

topo ↕

PORTAL ÉPOCA - TEMPO REAL

Pelo fim da desigualdade nas salas de aula

Segundo relatório do Pisa, o Brasil está no grupo de países com maior segregação social entre escolas

A divulgação do Pisa, o exame feito pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), exige uma reflexão de toda a sociedade. A avaliação de jovens de 15 anos nas áreas de ciências, matemática e leitura é feita não apenas nos 36 membros da OCDE, em sua maioria países ricos, mas também em outras 43 nações, inclusive o Brasil. Segundo os últimos dados, quatro em cada dez estudantes brasileiros estão nos níveis mais baixos de desempenho em leitura, ciências e matemática. Somente 2% dos jovens brasileiros ficam no topo da escala de aprendizado.

Quem acha que nossos problemas de educação estão restritos a nossas escolas públicas está equivocado. O desempenho médio em leitura dos alunos brasileiros que estão entre os 25% de maior nível socioeconômico — público, portanto, com maior acesso às escolas privadas — fica abaixo da média de todos os alunos dos países da OCDE. Nossos estudantes mais ricos têm resultados inferiores aos dos alunos mais pobres de 11

nações, entre elas Cingapura, Canadá, Finlândia, Irlanda e Estônia.

Após um período de melhoria significativa nas médias entre 2003 e 2012, especialmente em matemática, o que temos visto nos últimos anos é estagnação. Ou seja, deixamos de melhorar e ainda estamos numa posição ruim. Continuamos bem longe das nações que estão no topo e não conseguimos brilhar nem quando comparados a outros países latino-americanos. Na região, estamos em posição intermediária. O reconhecimento da persistência de nossos graves problemas não deve, porém, eliminar do debate público alguns avanços. Aumentamos, por exemplo, o número de jovens matriculados no ensino médio entre 2000 e 2018 sem que os resultados do Pisa tenham caído no período.

Mas os últimos dados divulgados deixam claro que a questão mais importante no momento é o que devemos fazer para avançar no caminho de um sistema educacional de qualidade para todos e todas, no qual a melhoria nos resultados seja apenas consequência desse esforço. Várias ações fundamentais já foram apontadas algumas vezes, como a melhoria da formação e da atratividade da carreira docente, a busca por um financiamento adequado e eficiente e a melhoria da gestão de nossas escolas e redes de ensino, apenas para citar algumas. Sem prejuízo a essas ações, o Pisa nos alerta para outra dimensão essencial a ser enfrentada para avançarmos no ritmo desejado: a redução das brutais desigualdades de nosso sistema escolar, um reflexo da sociedade que somos. O relatório mostra, por exemplo, que o Brasil está no grupo de países com maior segregação social entre escolas, o que significa que a chance de um aluno de maior nível socioeconômico estudar ao lado de um de menor renda é muito inferior por aqui à verificada na maioria das outras nações analisadas.

Comparar resultados educacionais de países em contextos sociais e estágios de desenvolvimento tão diferentes é algo que precisa ser feito com cautela, mas o Pisa permite ao menos identificar características em comum entre as nações de alto desempenho. Uma delas é justamente o fato de a desigualdade de oportunidades educacionais ser menor nesses países, uma evidência de que é possível aliar excelência a equidade. O combate às desigualdades por vezes é entendido como uma competição entre os que estão no topo e aqueles em condições menos privilegiadas. No caso específico da educação, a experiência internacional mostra que é possível diminuir a distância entre os extremos sem prejuízo aos que estão no topo. O Pisa indica que os países onde há, proporcionalmente, mais jovens com desempenho nos maiores níveis de proficiência nas provas são também aqueles com menor percentual de estudantes nas menores escalas de aprendizado. Isso mostra claramente que, para fazer o sistema avançar como um todo, sem prejuízo de nenhum grupo, a melhor estratégia é concentrar esforços para melhorar as condições de aprendizagem dos alunos de menor nível socioeconômico. Ao priorizar esse grupo, todos os demais tendem a ser empurrados para cima.

O esforço para melhorar a educação brasileira é de toda a sociedade. Mas é esperado que o Ministério da Educação (MEC) lidere esse movimento. Isso precisa ser feito de maneira sensata e se concentrando nos problemas reais a serem enfrentados, com um projeto sólido construído a partir do exemplo de nossas melhores experiências locais e executado por meio de um diálogo respeitoso e construtivo com gestores, professores, pais e alunos. Sinais, infelizmente, em falta no atual comando do MEC.

[topo](#)

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

MEC lança projeto que estimula leitura infantil com familiares

O ministério da Educação (MEC) lançou hoje (05) o programa “Conta pra Mim”, que estimula a leitura de livros infantis no ambiente familiar. Alunos da rede pública que cursam o 1º e o 2º ano do ensino fundamental são o público-alvo da iniciativa. O programa faz parte da Política Nacional de Alfabetização e, além do estímulo da leitura diária, criará “cantinhos de leitura” para narração de histórias, atividades lúdicas e estímulo à atividade intelectual em creches, pré-escolas, museus e bibliotecas.

“Eu acredito que esse programa é revolucionário. Pela primeira vez no Brasil existe um programa de valorização da leitura em família. Crianças, pais, mães, avós, padrinhos, tios ou tias podem fazer parte. Eu verdadeiramente acredito na capacidade brasileira de se adaptar e buscar soluções. Cientificamente, os resultados são muito robustos para famílias que leem com seus filhos”, afirmou o ministro da Educação Abraham Weintraub.

O programa prevê o treinamento de “tutores” de leitura, que serão capacitados pelo MEC a partir de janeiro de 2020. Esses tutores receberão uma bolsa de incentivo de R\$ 300 a R\$ 400 para colaborar com os cantinhos de leitura. O treinamento desses tutores deve acontecer pela plataforma de ensino à distância do MEC, mas também será feito por aulas presenciais ministradas por técnicos da secretaria de Alfabetização do ministério. “Os dados mostram que o quadro de alfabetização não é bom. Nas duas últimas provas da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) tivemos mais de 50% dos alunos com desempenho muito abaixo do esperado. Isso significa que esses alunos não são leitores proficientes. Esse programa é a nossa resposta para mudar isso”, afirmou o secretário de Alfabetização do MEC, Carlos Nadalim.

O custo da iniciativa será de cerca de R\$ 45 milhões. Destes, R\$ 20 milhões serão usados para a bolsa de incentivo aos tutores, R\$ 17 milhões serão usados na impressão do material e dos kits de leitura, e R\$ 8 milhões para a logística do programa.

Resultado do Pisa

O secretário citou, ainda, o resultado do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, o Pisa, que mostrou estagnação no índice de compreensão de leitura na última década no Brasil. “Estamos abaixo da média. O problema é que descobrimos que 50% dos estudantes estão bem abaixo da média na proficiência de leitura. Apenas 0,2% dos estudantes atingiram o nível mais elevado. E isso é assustador”, explicou.

Aprendizado em família

A idéia do programa, segundo Nadalim, é que as crianças levem para casa as práticas de contação de histórias, leitura, diálogo familiar e motivação da oralidade entre pessoas da mesma família. Professora de uma escola pública do Plano Piloto, em Brasília, Cíntia Pereira de Paula afirmou estar entusiasmada com a iniciativa. “Esse projeto é muito importante. Nos deparamos muito com crianças que possuem pais ou mães analfabetos, e essas crianças levam uma cultura de conversa, de leitura, de diálogo e de amor pelo conhecimento para um lar onde nada disso existe. É uma forma de inverter o aprendizado: é o pequeno ensinando o grande”.

O projeto prevê a distribuição de “kits de literacia”, compostos de uma “mini biblioteca” de livros infantis da Turma da Mônica – confeccionados especialmente para o programa -, caderno de desenho, giz de cera e um guia de orientações pedagógicas

para o estímulo das crianças. Uma parte do conteúdo estará disponível no portal criado para a iniciativa.

Metodologia

A iniciativa do programa segue o princípio da Curva de Heckman, formulada pelo vencedor do Prêmio Nobel de Economia de 2000, James Heckman. De acordo com o economista, investimentos feitos nas camadas mais jovens da população têm maior retorno social.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Bolsonaro exclui Defesa e Ciência de cortes de verbas em 2020

O presidente Jair Bolsonaro optou por blindar despesas ligadas aos ministérios da Defesa e da Ciência e Tecnologia de bloqueios de verba no ano que vem, destaca o jornal O Estado de S. Paulo. Bolsonaro decidiu, porém, não livrar de eventuais tesouradas os gastos com compra de equipamentos para escolas infantis e de medicamentos para doenças raras, previstos no Orçamento de 2020.

A medida contrariou a equipe econômica, que havia recomendado ao presidente vetar qualquer tipo de tratamento diferenciado a ministérios na hora de contingenciar verbas. A estratégia é utilizada quando o governo enfrenta dificuldades para cumprir as metas fiscais. Neste ano, os sucessivos bloqueios de recursos ameaçaram paralisar o funcionamento da administração pública federal.

Ao todo, Bolsonaro blindou R\$ 7,2 bilhões em despesas ligadas aos dois ministérios, que incluem construção de submarinos, compra de aeronaves e de cargueiros militares. No caso da Ciência e Tecnologia, todo o orçamento da pasta no ano que vem – de R\$ 11,7 bilhões – passou a ser imune aos bloqueios. Este ano o Ministério de Ciência e Tecnologia tinha previsão orçamentária de R\$ 13,6 bilhões.

Dessa forma, caso o governo precise economizar dinheiro no ano que vem, por exemplo, poderá congelar gastos de universidades, mas estará impedido de bloquear o valor reservado para a compra dos blindados Guarani – veículos de combate do Exército -, sob pena de a medida ser interpretada como crime de responsabilidade.

Ao preservar investimentos vinculados às Forças Armadas, o presidente atende a uma solicitação antiga dos militares, uma das bases de sustentação do governo Bolsonaro. Ao longo do ano, comandantes das Forças reclamaram com o presidente dos bloqueios de verbas, que ameaçaram programas considerados estratégicos e até o pagamento de recrutas.

Produção científica

O Ministério da Defesa afirma que, ao ter os recursos protegidos, contribui para a produção científica do País em áreas militares, que empregam mais de um milhão de pessoas – entre empregos diretos e indiretos.

“Não quer dizer que o governo esteja dando uma prioridade (ao Ministério da Defesa). O orçamento que é destinado aos programas estratégicos está muito aquém das necessidades. Isso tem levado a aumentar cronogramas de entrega. Há projetos que só vão terminar em 2040, criando risco de obsolescência dos equipamentos”, disse o general André Bastos Silva, assessor da Defesa para Assuntos Orçamentários. A ala

militar ainda aponta que o orçamento total da pasta cairá de R\$ 107,7 bilhões, em 2019, para R\$ 72,4 bilhões no ano que vem.

De acordo com o secretário executivo do Ministério de Ciência e Tecnologia, Julio Semeghini, a atitude de Bolsonaro também garante o pagamento, em 2020, das bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) – que ficaram comprometidas neste ano, após os contingenciamentos -, além de fazer “decolar” o programa espacial brasileiro.

A escolha do presidente ocorreu quando ele sancionou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo ano. Parlamentares sugeriram que o governo deixasse imune ao congelamento um número muito maior de despesas, que iam de reformas de aeroportos regionais ao programa Mais Médicos.

O Ministério da Economia recomendou o veto presidencial sobre todas as blindagens, mas Bolsonaro decidiu contrariar seus auxiliares e manteve a medida para os programas militares e de Ciência e Tecnologia.

O argumento da equipe do ministro Paulo Guedes foi o de que a limitação para contingenciar verbas contribui para “elevação da rigidez do Orçamento”, dificultando o cumprimento das regras fiscais. Hoje, 96% do Orçamento é engessado.

A recomendação da equipe econômica foi seguida por Bolsonaro quando vetou 16 tipos de despesas que seriam blindadas, caso seguisse as propostas do Congresso feitas no projeto da LDO.

Procurado para explicar o motivo de manter a blindagem na Defesa e na Ciência e Tecnologia, o Planalto não se manifestou. O Ministério da Economia também não quis se posicionar. Para eventual revisão da decisão de blindar os orçamentos das pastas, será preciso que um novo projeto para alterar a LDO seja encaminhado ao Congresso. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Bolsonaro reclama de polêmicas provocadas por ministros no governo

Na avaliação do presidente, ele moderou as falas e calou os filhos, mas os ministros seguiram criando marolas

Jair Bolsonaro reuniu seu núcleo duro no Palácio do Planalto nesta semana para uma bronca geral. A turma, na avaliação dele, anda falando demais.

Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) lançou Sergio Moro a vice em 2022. Já Paulo Guedes (Economia) flertou com a privatização do Banco do Brasil. Abraham Weintraub, o mais queimado com o chefe, só não rodou no MEC porque a imprensa pediu a cabeça dele — Bolsonaro, por ora, não quis dar o gostinho.

Na avaliação do presidente, ele moderou as falas e calou os filhos — saíram dos holofotes nas últimas semanas -, mas os ministros seguiram criando “marolas” no governo. “Quer dizer que nós paramos e aí vocês começam?”, reclamou

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Bolsonaro reclama de polêmicas provocadas por ministros no governo

Na avaliação do presidente, ele moderou as falas e calou os filhos, mas os ministros seguiram criando marolas

Jair Bolsonaro reuniu seu núcleo duro no Palácio do Planalto nesta semana para uma bronca geral. A turma, na avaliação dele, anda falando demais.

Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) lançou Sergio Moro a vice em 2022. Já Paulo Guedes (Economia) flertou com a privatização do Banco do Brasil. Abraham Weintraub, o mais queimado com o chefe, só não rodou no MEC porque a imprensa pediu a cabeça dele — Bolsonaro, por ora, não quis dar o gostinho.

Na avaliação do presidente, ele moderou as falas e calou os filhos — saíram dos holofotes nas últimas semanas –, mas os ministros seguiram criando “marolas” no governo. “Quer dizer que nós paramos e aí vocês começam?”, reclamou

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

MEC lança projeto que estimula leitura infantil com familiares Programa, que faz parte da Política Nacional de Alfabetização, prevê treinamento de tutores de leitura capacitados pelo MEC

O MEC (Ministério da Educação) lançou na quinta-feira (5) o programa “Conta pra Mim”, que estimula a leitura de livros infantis no ambiente familiar. Alunos da rede pública que cursam o 1º e o 2º ano do ensino fundamental são o público-alvo da iniciativa. O programa faz parte da Política Nacional de Alfabetização e, além do estímulo da leitura diária, criará “cantinhos de leitura” para narração de histórias, atividades lúdicas e estímulo à atividade intelectual em creches, pré-escolas, museus e bibliotecas.

“Eu acredito que esse programa é revolucionário. Pela primeira vez no Brasil existe um programa de valorização da leitura em família. Crianças, pais, mães, avós, padrinhos, tios ou tias podem fazer parte. Eu verdadeiramente acredito na capacidade brasileira de se adaptar e buscar soluções. Cientificamente, os resultados são muito robustos para famílias que leem com seus filhos”, afirmou o ministro da Educação Abraham Weintraub.

O programa prevê o treinamento de “tutores” de leitura, que serão capacitados pelo MEC a partir de janeiro de 2020. Esses tutores receberão uma bolsa de incentivo de R\$ 300 a R\$ 400 para colaborar com os cantinhos de leitura. O treinamento desses tutores deve acontecer pela plataforma de ensino à distância do MEC, mas também será feito por aulas presenciais ministradas por técnicos da secretaria de Alfabetização do ministério.

“Os dados mostram que o quadro de alfabetização não é bom. Nas duas últimas provas da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) tivemos mais de 50% dos alunos com desempenho muito abaixo do esperado. Isso significa que esses alunos não são leitores proficientes. Esse programa é a nossa resposta para mudar isso”, afirmou o secretário de Alfabetização do MEC, Carlos Nadalim.

O custo da iniciativa será de cerca de R\$ 45 milhões. Destes, R\$ 20 milhões serão usados para a bolsa de incentivo aos tutores, R\$ 17 milhões serão usados na impressão do material e dos kits de leitura, e R\$ 8 milhões para a logística do programa.

Resultado do Pisa

O secretário citou, ainda, o resultado do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, o Pisa, que mostrou estagnação no índice de compreensão de leitura na última década no Brasil. “Estamos abaixo da média. O problema é que descobrimos que 50% dos estudantes estão bem abaixo da média na proficiência de leitura. Apenas 0,2% dos estudantes atingiram o nível mais elevado. E isso é assustador”, explicou.

Aprendizado em família

A idéia do programa, segundo Nadalim, é que as crianças levem para casa as práticas de contação de histórias, leitura, diálogo familiar e motivação da oralidade entre pessoas da mesma família. Professora de uma escola pública do Plano Piloto, em Brasília, Cíntia Pereira de Paula afirmou estar entusiasmada com a iniciativa. “Esse projeto é muito importante. Nos deparamos muito com crianças que possuem pais ou mães analfabetos, e essas crianças levam uma cultura de conversa, de leitura, de diálogo e de amor pelo conhecimento para um lar onde nada disso existe. É uma forma de inverter o aprendizado: é o pequeno ensinando o grande”.

O projeto prevê a distribuição de “kits de literacia”, compostos de uma “mini biblioteca” de livros infantis da Turma da Mônica - confeccionados especialmente para o programa -, caderno de desenho, giz de cera e um guia de orientações pedagógicas para o estímulo das crianças. Uma parte do conteúdo estará disponível no portal criado para a iniciativa.

Metodologia

A iniciativa do programa segue o princípio da Curva de Heckman, formulada pelo vencedor do Prêmio Nobel de Economia de 2000, James Heckman. De acordo com o economista, investimentos feitos nas camadas mais jovens da população têm maior retorno social.

topo ↕

REUTERS BRASIL - TEMPO REAL

Cruzeiro do Sul Educacional compra Universidade Positivo no Paraná

SÃO PAULO (Reuters) - A Cruzeiro do Sul Educacional anunciou nesta quinta-feira a compra da Universidade Positivo, no Paraná, ampliando sua base de alunos em 33 mil estudantes.

O valor do negócio não foi revelado. Dos 33 mil alunos da Universidade Positivo, 23 mil estudam na modalidade presencial em oito campi da empresa.

Em comunicado, o presidente da Positivo Educacional, Lucas Guimarães, afirmou que com a venda encerra a reorganização do portfólio de ativos do Grupo Positivo, que tem atuação no setor de tecnologia por meio da Positivo Tecnologia.

Com a aquisição, a Cruzeiro do Sul Educacional passa a atender cerca de 350 mil alunos e a contar com mais de 9.100 funcionários, por meio de 17 instituições presenciais de educação básica e ensino superior nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte-Nordeste.

O Grupo Positivo tinha colocado à venda suas divisões de educação à venda em meados do ano passado, buscando ofertas para três unidades de educação separadas: a universidade, escolas privadas e sistemas de ensino, disseram fontes à Reuters na época.

Em maio deste ano, a Arco Platform comprou o Sistema Positivo de Ensino por 1,65 bilhão de reais.

Além da Cruzeiro do Sul, tinham apresentado propostas pela Universidade positivo Yduqs e Ser Educacional, afirmaram as fontes.

Guimarães afirmou que com a venda da universidade o grupo poderá “priorizar foco e investimentos nas demais áreas de atuação, especialmente nas nossas frentes de ensino básico. Poderemos concentrar mais esforços em realizar novas aquisições e investir na qualidade de nossa rede de escolas”.

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

CAPES prorroga prazo para envio de propostas para o PAEP

Excelente notícia para quem não conseguiu se inscrever no Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP). A **CAPES** prorrogou de 3/12/2019 para 6/12/2019, o prazo de submissão de propostas para participar do edital nº 25/2019, que disponibiliza R\$ 15 milhões para a realização de eventos de caráter científico e tecnológico. As propostas passarão por quatro fases de análise até a divulgação do resultado.

Entre outras exigências, é necessário que o evento tenha relevância para o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), seja de curta duração, realizado no Brasil e envolva professores, alunos e pesquisadores. As instituições candidatas precisam indicar o tamanho do evento de acordo com a expectativa de participantes (pequeno, médio ou grande). Além disso, o evento deve ocorrer entre 1º de março e 31 de julho de 2020 e sua abrangência deve ser nacional ou internacional.

Em 2019, a **CAPES** apoiou 885 eventos científicos e tecnológicos pelo PAEP. Entre os objetivos do programa estão o suporte à divulgação da produção científica e tecnológica, a melhoria da qualidade da produção nacional, o fortalecimento da cooperação científico-acadêmica e o incentivo à integração entre professores, pesquisadores e estudantes de pós-graduação.

Serviço

Limite para submissão das propostas: às 16h de 6/12/2019

Divulgação do resultado preliminar: a partir de 5/2/2020

Divulgação do resultado final: a partir de 27/2/2020

Redação CCS/CAPES - 05.12.2019

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Bolsonaro exclui Defesa de cortes de verbas em 2020

Presidente contraria equipe econômica e preserva gastos na Ciência e Tecnologia e nos programas militares, mas permite bloqueio em Saúde e Educação

BRASÍLIA - O presidente Jair Bolsonaro optou por blindar despesas ligadas aos ministérios da Defesa e da Ciência e Tecnologia de bloqueios de verba no ano que vem. Bolsonaro decidiu, porém, não livrar de eventuais tesouradas os gastos com compra de equipamentos para escolas infantis e de medicamentos para doenças raras, previstos no Orçamento de 2020.

A medida contrariou a equipe econômica, que havia recomendado ao presidente vetar

qualquer tipo de tratamento diferenciado a ministérios na hora de contingenciar verbas. A estratégia é utilizada quando o governo enfrenta dificuldades para cumprir as metas fiscais. Neste ano, os sucessivos bloqueios de recursos ameaçaram paralisar o funcionamento da administração pública federal.

Ao todo, Bolsonaro blindou R\$ 7,2 bilhões em despesas ligadas aos dois ministérios, que incluem construção de submarinos, compra de aeronaves e de cargueiros militares. No caso da Ciência e Tecnologia, todo o orçamento da pasta no ano que vem - de R\$ 11,7 bilhões - passou a ser imune aos bloqueios. Este ano o Ministério de Ciência e Tecnologia tinha previsão orçamentária de R\$ 13,6 bilhões.

Dessa forma, caso o governo precise economizar dinheiro no ano que vem, por exemplo, poderá congelar gastos de universidades, mas estará impedido de bloquear o valor reservado para a compra dos blindados Guarani - veículos de combate do Exército -, sob pena de a medida ser interpretada como crime de responsabilidade.

Ao preservar investimentos vinculados às Forças Armadas, Bolsonaro atende a uma solicitação antiga dos militares, uma das bases de sustentação do governo Bolsonaro. Ao longo do ano, comandantes das Forças reclamaram com o presidente dos bloqueios de verbas, que ameaçaram programas considerados estratégicos e até o pagamento de recrutas.

Produção científica

O Ministério da Defesa afirma que, ao ter os recursos protegidos, contribui para a produção científica do País em áreas militares, que empregam mais de um milhão de pessoas - entre empregos diretos e indiretos.

"Não quer dizer que o governo esteja dando uma prioridade (ao Ministério da Defesa). O orçamento que é destinado aos programas estratégicos está muito aquém das necessidades. Isso tem levado a aumentar cronogramas de entrega. Há projetos que só vão terminar em 2040, criando risco de obsolescência dos equipamentos", disse o general André Bastos Silva, assessor da Defesa para Assuntos Orçamentários. A ala militar ainda aponta que o orçamento total da pasta cairá de R\$ 107,7 bilhões, em 2019, para R\$ 72,4 bilhões no ano que vem.

De acordo com o secretário executivo do Ministério de Ciência e Tecnologia, Julio Semeghini, a atitude de Bolsonaro também garante o pagamento, em 2020, das bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) - que ficaram comprometidas neste ano, após os contingenciamentos -, além de fazer "decolar" o programa espacial brasileiro.

A escolha do presidente ocorreu quando ele sancionou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo ano. Parlamentares sugeriram que o governo deixasse imune ao congelamento um número muito maior de despesas, que iam de reformas de aeroportos regionais ao programa Mais Médicos.

O Ministério da Economia recomendou o veto presidencial sobre todas as blindagens, mas Bolsonaro decidiu contrariar seus auxiliares e manteve a medida para os programas militares e de Ciência e Tecnologia.

O argumento da equipe do ministro Paulo Guedes foi o de que a limitação para contingenciar verbas contribuiu para "elevação da rigidez do Orçamento", dificultando o cumprimento das regras fiscais. Hoje, 96% do Orçamento é engessado. A recomendação da equipe econômica foi seguida por Bolsonaro quando vetou 16 tipos de despesas que seriam blindadas, caso seguisse as propostas do Congresso feitas no projeto da LDO.

Procurado para explicar o motivo de manter a blindagem na Defesa e na Ciência e Tecnologia, o Planalto não se manifestou. O Ministério da Economia também não quis se posicionar. Para eventual revisão da decisão de blindar os orçamentos das pastas, será preciso que um novo projeto para alterar a LDO seja encaminhado ao Congresso.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC lança projeto que estimula leitura infantil com familiares

O ministério da Educação (MEC) lançou hoje (05) o programa "Conta pra Mim", que estimula a leitura de livros infantis no ambiente familiar. Alunos da rede pública que cursam o 1º e o 2º ano do ensino fundamental são o público-alvo da iniciativa. O programa faz parte da Política Nacional de Alfabetização e, além do estímulo da leitura diária, criará "cantinhos de leitura" para narração de histórias, atividades lúdicas e estímulo à atividade intelectual em creches, pré-escolas, museus e bibliotecas.

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

"Eu acredito que esse programa é revolucionário. Pela primeira vez no Brasil existe um programa de valorização da leitura em família. Crianças, pais, mães, avós, padrinhos, tios ou tias podem fazer parte. Eu verdadeiramente acredito na capacidade brasileira de se adaptar e buscar soluções. Cientificamente, os resultados são muito robustos para famílias que leem com seus filhos", afirmou o ministro da Educação Abraham Weintraub.

O programa prevê o treinamento de "tutores" de leitura, que serão capacitados pelo MEC a partir de janeiro de 2020. Esses tutores receberão uma bolsa de incentivo de R\$ 300 a R\$ 400 para colaborar com os cantinhos de leitura. O treinamento desses tutores deve acontecer pela plataforma de ensino à distância do MEC, mas também será feito por aulas presenciais ministradas por técnicos da secretaria de Alfabetização do ministério. "Os dados mostram que o quadro de alfabetização não é bom. Nas duas últimas provas da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) tivemos mais de 50% dos alunos com desempenho muito abaixo do esperado. Isso significa que esses alunos não são leitores proficientes. Esse programa é a nossa resposta para mudar isso", afirmou o secretário de Alfabetização do MEC, Carlos Nadalim.

O custo da iniciativa será de cerca de R\$ 45 milhões. Destes, R\$ 20 milhões serão usados para a bolsa de incentivo aos tutores, R\$ 17 milhões serão usados na impressão do material e dos kits de leitura, e R\$ 8 milhões para a logística do programa.

Resultado do Pisa

O secretário citou, ainda, o resultado do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, o Pisa, que mostrou estagnação no índice de compreensão de leitura na última década no Brasil. "Estamos abaixo da média. O problema é que descobrimos que 50% dos estudantes estão bem abaixo da média na proficiência de leitura. Apenas 0,2% dos estudantes atingiram o nível mais elevado. E isso é assustador", explicou.

Aprendizado em família

A idéia do programa, segundo Nadalim, é que as crianças levem para casa as práticas de contação de histórias, leitura, diálogo familiar e motivação da oralidade entre pessoas da mesma família. Professora de uma escola pública do Plano Piloto, em Brasília, Cíntia Pereira de Paula afirmou estar entusiasmada com a iniciativa. "Esse projeto é muito importante. Nos deparamos muito com crianças que possuem pais ou mães analfabetos, e essas crianças levam uma cultura de conversa, de leitura, de diálogo e de amor pelo conhecimento para um lar onde nada disso existe. É uma forma de inverter o aprendizado: é o pequeno ensinando o grande".

O projeto prevê a distribuição de "kits de literacia", compostos de uma "mini biblioteca" de livros infantis da Turma da Mônica - confeccionados especialmente para o programa -, caderno de desenho, giz de cera e um guia de orientações pedagógicas para o estímulo das crianças. Uma parte do conteúdo estará disponível no portal criado para a iniciativa.

Metodologia

A iniciativa do programa segue o princípio da Curva de Heckman, formulada pelo vencedor do Prêmio Nobel de Economia de 2000, James Heckman. De acordo com o economista, investimentos feitos nas camadas mais jovens da população têm maior retorno social.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Contra gravidez na adolescência, Damares busca inspiração nos EUA para estimular jovens a não transar

Ministério realiza seminário com ativista americana que defende a abstinência como melhor método contraceptivo.

Com objetivo de prevenir a gravidez na adolescência, o ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos quer estimular os jovens a não transar. Nesta sexta-feira, a pasta comandada por Damara Alves promove um seminário com esse enfoque na Câmara dos Deputados, em preparação para a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, que ocorre no início de fevereiro.

À BBC News Brasil, a coordenadora-geral de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente do ministério, Cecília Pita, disse que a pasta não promoverá o uso de preservativos e outros métodos contraceptivos porque isso já é realizado com políticas da Saúde e da Educação.

Algumas dessas ações, porém, têm sido revistas no governo de Jair Bolsonaro - o presidente afirmou em março que o Ministério da Saúde iria recolher e reformular a Caderneta de Saúde do Adolescente, publicação que traz ilustrações sobre como usar preservativos. Na ocasião, ele também sugeriu aos pais que cortassem essas páginas da publicação, aproveitando o restante do material. A pasta não respondeu à BBC News Brasil se de fato está revisando o teor da caderneta, que segue disponível em seu site.

"No currículo escolar já tem a previsão do ensino dos métodos contraceptivos, não é nada que a gente precise fazer. A gente entende que é preciso, sim, ter educação sexual, mas que é preciso informar sobre os benefícios de uma iniciação (sexual) tardia, e os prejuízos de uma iniciação precoce", argumentou Cecília Pita.

A coordenadora-geral disse que a pasta comandada por Damares ainda está elaborando as ações e não soube informar quanto será gasto.

Dados do Ministério da Saúde mostram que os casos de gravidez na adolescência (até 19 anos) recuaram 36% no Brasil entre 2000 e 2017. Ainda assim, a incidência segue alta. Segundo o último relatório da ONU sobre o tema, o Brasil registra 62 jovens gestantes a cada mil jovens entre 15 e 19 anos, enquanto a taxa média mundial é de 44 a cada mil.

Além disso, tem aumentado no país a transmissão de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), devido ao pouco uso do preservativo. Dados da ONU, indicam que o Brasil apresentou aumento de 21% no número de novos casos de infecções por HIV de 2010 a 2018, o que vai na contramão mundial, já que, no mesmo período, a queda foi de 16% no planeta.

Inspiração americana

Segundo Cecília Pita, o principal objetivo do Seminário sobre Gravidez Precoce de Crianças e Adolescentes, realizado nesta sexta, é entender melhor como essa política vem sendo adotada nos Estados Unidos e avaliar sua implementação no Brasil. A promoção da abstinência sexual ganhou novo fôlego por lá após a eleição do presidente Donald Trump, apesar de críticas de organizações que consideram a educação sexual e a promoção do uso de métodos anticoncepcionais como forma mais eficiente de evitar a gravidez indesejada entre jovens.

Desde 2018, a Casa Branca estabeleceu novas diretrizes para o repasse de recursos a organizações que atuam na prevenção à gravidez na adolescência, aumentando o favorecimento das que promovem a abstinência.

O ministério chefiado por Damares convidou como palestrante do seminário Mary Anne Mosack, presidente da Ascend, organização que se descreve como "líder no campo de Prevenção de Riscos Sexuais (Sexual Risk Avoidance)". A instituição realiza cursos para qualificar educadores a incentivar os jovens a não transar. Na visão da Ascend, a contracepção deve ser entendida como um "método secundário" de prevenção.

"Acreditamos que os adolescentes precisam de informações clinicamente precisas e apropriadas à idade sobre contracepção. Mas a maneira como as informações são compartilhadas não deve normalizar o sexo entre adolescentes como um comportamento esperado e os adolescentes devem saber que a contracepção reduz, mas não elimina o risco", explicou Mosack à BBC News Brasil.

Também falará no evento o pastor Nelson Júnior, coordenador da organização cristã Eu Escolhi Esperar, que tem como propósito "encorajar, fortalecer e orientar os solteiros cristãos a esperarem até o casamento para viverem suas experiências sexuais".

Júnior conta que procurou Damares após a ministra defender em maio, em entrevista à BBC News Brasil, que "a abstinência fosse também um método a ser discutido em sala de aula".

Na ocasião, ela disse que o jovem que "está tendo relação sexual precisa se prevenir e precisa ser orientado" sobre uso de preservativo. Em seguida, defendeu que "o método

mais eficiente para a não gravidez não é a camisinha, não é o diu, não é o anticoncepcional, o método mais eficiente é a abstinência".

"Por que não falar sobre isso? Por que não falar de retardar o início da relação sexual? Eu defendo essa tese", reforçou ainda Damares.

Depois disso, Júnior propôs à ministra essa abordagem durante a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, prevista para acontecer sempre no início de fevereiro após lei aprovada pelo Congresso em 2018 e sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro no início de ano.

Abstinência sem viés religioso

Segundo Júnior, a proposta não é desconstruir políticas já existentes que promovem o uso de preservativos, mas apresentar a "preservação sexual" (abstinência) como mais uma alternativa para evitar a gravidez, inclusive para os que já não são mais virgens.

"O desejo da ministra quando conversou conosco, e o nosso também, é entender que precisa manter todas as políticas e ampliarmos a discussão. No Brasil, você tem quase todos (os métodos contraceptivos), mas, até mesmo por uma questão política, o único método que o governo nunca deu atenção é a preservação sexual", crítica.

"Quanto mais cedo (o adolescente) inicia sua vida sexual, mais tempo ele fica exposto aos riscos de uma gravidez precoce e de infecções sexualmente transmissíveis. O que a gente acredita é que, mostrando que esperar também é uma opção, isso vai cooperar para que esses índices diminuam", defende.

Júnior reclama que há muito "preconceito" contra seu movimento e afirma que a proposta é que o trabalho do governo nessa temática não tenha "viés religioso". "Seria uma linguagem para respeitar os valores familiares e religião de cada adolescente. Nossa intenção seria só mostrar que esperar também é uma escolha", ressalta.

"O que a gente percebe na prática é que muitos adolescentes que não têm relações sexuais na adolescência se sentem constrangidos, têm vergonha de admitir a decisão. Muitos adolescentes, principalmente meninas, acabam cedendo e iniciando sua vida sexual porque querem fazer parte de um grupo", disse ainda, ao defender seu movimento.

Abstinência não é método contraceptivo, afirma educadora sexual

Questionada sobre a nova linha proposta pela ministra Damares, a educadora sexual Lena Vilela disse à reportagem considerar positivo explicar aos jovens que transar ou não é uma escolha individual deles.

Segundo ela, o objetivo da educação sexual não é promover o sexo, mas tornar o jovem consciente dessa liberdade de escolha e também da responsabilidade que deve assumir caso decida começar a transar.

"Ninguém é obrigado a fazer sexo na adolescência. Você pode esperar. Se for uma escolha, está ótimo. Agora, se eu imponho que eu tenho que escolher esperar, já não é mais escolha, é obrigação. Tudo vai depender de qual é o discurso que vem com essa campanha. Se for um discurso de escolha, eu acho legal", afirma.

"O importante é entender, sim, que o sexo existe, que é algo que é parte da vida e que é algo que não tem nada de ruim. Ruim é não saber lidar com ele e suas consequências", disse ainda.

Vilela discorda, no entanto, do enfoque na abstinência como método contraceptivo. Ela lembra que as mudanças biológicas que garotas e rapazes vivenciam na adolescência aumentam o desejo sexual. Além disso, ressalta, o contexto social mais permissivo ao sexo nos dias de hoje favorece que eles tenham oportunidade de transar.

Para a educadora, ainda que outros órgãos do governo tenham ações que promovam o uso de preventivos, seria importante que a pasta comandada por Damares reforçasse essa política.

"Se as pessoas passarem a ter sexo só a partir de 18 anos, isso diminui a gravidez na adolescência. A questão é: eles vão conseguir que esses jovens não tenham sexo até os 18 anos? Eu duvido muito", critica.

"A gente não pode negar esse contexto biológico, cognitivo e social do adolescente. É você querer ter uma expectativa que ele não vai conseguir corresponder. E se eles não forem educados para saber como lidar com essa situação, provavelmente vão fazer sexo sem se prevenir e a gravidez e a doença vão acontecer", reforça.
Ministério da Saúde diz que ampliou distribuição de camisinhas

A BBC News Brasil questionou os ministérios da Saúde e da Educação sobre suas políticas para redução da gravidez na adolescência. Ambos não esclareceram se preparam algo especial para a semana de prevenção, em fevereiro.

A pasta da Saúde destacou que aumentou a distribuição de preservativos em 2019, quando foram repassados aos Estados 7,3 milhões de preservativos femininos (ante 1,6 milhão em 2018) e 462 milhões de preservativos masculinos (ante 333,7 milhões no ano passado).

Em relação à pílula do dia seguinte, foram adquiridas cerca de 906 mil cartelas de levonorgestrel 0,75 mg neste ano, superando também a marca de 2018 (784 mil cartelas). Os medicamentos são repassados aos Estados e municípios para distribuição.

"Em relação ao Planejamento Familiar, usuários e profissionais da Atenção Primária à Saúde devem definir juntos, dentro dos recursos disponíveis no SUS, o que melhor se ajusta individualmente, incluindo métodos de anticoncepção", disse ainda a pasta.

O Ministério da Saúde também lançou em novembro, ao custo de R\$ 15 milhões, uma campanha na televisão e internet estimulando o uso de preservativos para evitar as Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). Os vídeos estimulam os jovens a pesquisar imagens mostrando o impacto dessas doenças no organismo. "Se ver já é desagradável, imagine pegar. Sem camisinha você assume esse risco", é a mensagem ao final.

Já o Ministério da Educação deu respostas genéricas à reportagem. Segundo a pasta, "na abordagem do tema gravidez na adolescência, o Programa Saúde na Escola promove a

linha de ação direito sexual e reprodutivo, onde a promoção das ações de prevenção são prerrogativa dos municípios, que possuem autonomia para promover campanhas e ações locais".

"No âmbito da Educação Básica, as temáticas relacionadas à saúde sexual e reprodutiva podem ser abordadas dentro do Tema Contemporâneo Transversal (TCT) da Saúde, como recomenda a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que dá autonomia às Redes de Ensino (Estaduais e Municipais) a promoção de projetos integradores, campanhas e ações intersetoriais no âmbito dos órgãos que compõem o Programa Saúde na Escola", disse também o órgão.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Bolsonaro exclui Defesa e Ciência de cortes de verbas em 2020

O presidente Jair Bolsonaro optou por blindar despesas ligadas aos ministérios da Defesa e da Ciência e Tecnologia de bloqueios de verba no ano que vem, destaca o jornal O Estado de S. Paulo. Bolsonaro decidiu, porém, não livrar de eventuais tesouradas os gastos com compra de equipamentos para escolas infantis e de medicamentos para doenças raras, previstos no Orçamento de 2020.

A medida contrariou a equipe econômica, que havia recomendado ao presidente vetar qualquer tipo de tratamento diferenciado a ministérios na hora de contingenciar verbas. A estratégia é utilizada quando o governo enfrenta dificuldades para cumprir as metas fiscais. Neste ano, os sucessivos bloqueios de recursos ameaçaram paralisar o funcionamento da administração pública federal.

Ao todo, Bolsonaro blindou R\$ 7,2 bilhões em despesas ligadas aos dois ministérios, que incluem construção de submarinos, compra de aeronaves e de cargueiros militares. No caso da Ciência e Tecnologia, todo o orçamento da pasta no ano que vem - de R\$ 11,7 bilhões - passou a ser imune aos bloqueios. Este ano o Ministério de Ciência e Tecnologia tinha previsão orçamentária de R\$ 13,6 bilhões.

Dessa forma, caso o governo precise economizar dinheiro no ano que vem, por exemplo, poderá congelar gastos de universidades, mas estará impedido de bloquear o valor reservado para a compra dos blindados Guarani - veículos de combate do Exército -, sob pena de a medida ser interpretada como crime de responsabilidade.

Ao preservar investimentos vinculados às Forças Armadas, o presidente atende a uma solicitação antiga dos militares, uma das bases de sustentação do governo Bolsonaro. Ao longo do ano, comandantes das Forças reclamaram com o presidente dos bloqueios de verbas, que ameaçaram programas considerados estratégicos e até o pagamento de recrutas.

Produção científica

O Ministério da Defesa afirma que, ao ter os recursos protegidos, contribui para a produção científica do País em áreas militares, que empregam mais de um milhão de pessoas - entre empregos diretos e indiretos.

"Não quer dizer que o governo esteja dando uma prioridade (ao Ministério da Defesa). O orçamento que é destinado aos programas estratégicos está muito aquém das necessidades. Isso tem levado a aumentar cronogramas de entrega. Há projetos que só

vão terminar em 2040, criando risco de obsolescência dos equipamentos", disse o general André Bastos Silva, assessor da Defesa para Assuntos Orçamentários. A ala militar ainda aponta que o orçamento total da pasta cairá de R\$ 107,7 bilhões, em 2019, para R\$ 72,4 bilhões no ano que vem.

De acordo com o secretário executivo do Ministério de Ciência e Tecnologia, Julio Semeghini, a atitude de Bolsonaro também garante o pagamento, em 2020, das bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) - que ficaram comprometidas neste ano, após os contingenciamentos -, além de fazer "decolar" o programa espacial brasileiro.

A escolha do presidente ocorreu quando ele sancionou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo ano. Parlamentares sugeriram que o governo deixasse imune ao congelamento um número muito maior de despesas, que iam de reformas de aeroportos regionais ao programa Mais Médicos.

O Ministério da Economia recomendou o veto presidencial sobre todas as blindagens, mas Bolsonaro decidiu contrariar seus auxiliares e manteve a medida para os programas militares e de Ciência e Tecnologia.

O argumento da equipe do ministro Paulo Guedes foi o de que a limitação para contingenciar verbas contribui para "elevação da rigidez do Orçamento", dificultando o cumprimento das regras fiscais. Hoje, 96% do Orçamento é engessado.

A recomendação da equipe econômica foi seguida por Bolsonaro quando vetou 16 tipos de despesas que seriam blindadas, caso seguisse as propostas do Congresso feitas no projeto da LDO.

Procurado para explicar o motivo de manter a blindagem na Defesa e na Ciência e Tecnologia, o Planalto não se manifestou. O Ministério da Economia também não quis se posicionar. Para eventual revisão da decisão de blindar os orçamentos das pastas, será preciso que um novo projeto para alterar a LDO seja encaminhado ao Congresso. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.